

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA
DA AMAZÔNIA - PPGSCA

COLONO, MUTIREIRO E COMBINADOR: UM ESTUDO DO
COTIDIANO NA COMUNIDADE COLÔNIA CENTRAL DA RESERVA
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL TUPÉ.
MANAUS – AM

CLÁUDIO COSTA DE ARAUJO

MANAUS – AMAZONAS
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA - PPGSCA

COLONO, MUTIREIRO E COMBINADOR: UM ESTUDO DO
COTIDIANO NA COMUNIDADE COLÔNIA CENTRAL DA RESERVA
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL TUPÉ.
MANAUS – AM

CLÁUDIO COSTA DE ARAUJO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Witkoski

MANAUS - AMAZONAS
2008

CLAUDIO COSTA DE ARAUJO

COLONO, MUTIREIRO E COMBINADOR: UM ESTUDO DO COTIDIANO NA COMUNIDADE COLÔNIA CENTRAL DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL TUPÉ. MANAUS – AM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, na área de concentração Populações Humanas na Amazônia.

Dissertação apresentada e aprovada em 06 de Outubro de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Antonio Carlos Witkoski
Presidente

Profª Dra. Maria do PERPÉTUO Socorro Chaves
1º membro

Profª Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe
2º membro

Profº Dr. Sergio Ivan Gil Braga
1º Suplente

Profº Dr. Manoel Mazulo de Jesus da Cruz
2º Suplente

DEDICATORIA

A Deus, fonte de toda sabedoria, inspiração e
perseverança.

Aos meus pais, motivos da minha existência.

A minha filha Maitá, pelo novo sentido da vida.

A Edsa, companheira, querida e amiga.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Aba Pai por mostrar-me o caminho da serenidade e da ética e coragem para superar os desafios impostos pela vida;

Aos moradores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé, especificamente os da Comunidade Colônia Central por quem fui sempre muito bem recebido nas suas casas e em suas vidas. A vocês muito obrigado pela paciência, hospitalidade, carinho e confiança. A você Dalva e Luiz que, por diversas vezes, me acolheram em sua casa;

Ao profº. Dr. Antonio Carlos Witkoski, muito mais que um orientador, acima de tudo um amigo, que soube ter resiliência durante a construção desse trabalho;

Aos demais professores do PPGSCA, em especial, à Profª.dra. Yoshiko que, com uma simples palavra de apoio, num momento determinante do curso, fez com que eu voltasse a acreditar em mim mesmo. Obrigado professora;

Aos membros do projeto biotupé, reserva onde iniciei a minha trajetória de pesquisador;

Aos companheiros da Organização Não-Governamental Nymuendaju, Antônia Pinheiro, Eliane, Jéferson Lobato, Tiago da Costa, Edsa Nassara, Venina Savedra, Mônica Smith, Irismar dos Santos, Simone Marcela e demais membros, pela compreensão e carinho e apoio que sempre demonstraram pelo presente trabalho;

As companheiras de trabalho e luta dentro do Serviço Social, Professoras Francicléa, Francizelma, Valderez e Lílian Gomes com quem algumas vezes partilhei minhas idéias;

Aos líderes comunitários da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé, especialmente à dona Jane Albuquerque e Nidoval Santos, que não mediram esforços em ajudar-me para a realização do trabalho de campo. Tenham certeza de que muitas lutas virão e estaremos juntos. Obrigado pela amizade;

Ao coordenador administrativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé Marco Antonio Vaz que, por diversas vezes, me propiciou deslocamento para a reserva;

Às mulheres moradoras da Comunidade Colônia Central em especial às senhoras Ana Maria, Dalva, Lavina, Cleide, Maria do Socorro e Lulu que, com muita satisfação, abriram as portas de suas casas e suas vidas para que eu pudesse fazer meu trabalho de campo;

Aos moradores e amigos da Comunidade Colônia Central, em especial o Adison, Raimundo Santos, Hélio, Luiz, Brabo, Valente, José, Domingos, e outros que permitiram a minha inserção na comunidade para a realização desse trabalho e muito contribuíram para tal.

A Edsa que sempre acreditou na minha potencialidade e me estimulou nas horas em que o cansaço chegou. Muito obrigado companheira de todas as horas.

A Maitá que teve que ficar sem a minha presença durante alguns dias pela compreensão, obrigado.

A Graciete, minha mãe, a quem devo a minha educação e com quem aprendi a exercitar a honestidade e a ética no trabalho. Obrigado pelo apoio.

*Anda, quero te dizer nenhum segredo
Falo nesse chão da nossa casa
Vem que tá na hora de arrumar*

*Tempo, quero viver mais duzentos anos
Quero não ferir meu semelhante
Nem por isso devo me ferir*

*Vamos precisar de todo mundo
Pra banir do mundo a opressão
Para construir a vida nova
Vamos precisar de muito amor
A felicidade mora ao lado
E quem não é tolo pode ver*

*A paz na terra, amor
O pé na terra
A paz na terra amor
O sal da terra*

*És o mais bonito dos planetas
Tão te maltratando por dinheiro
Tu que és a nave nossa irmã
Canta, leva tua vida em harmonia
E nos alimenta com teus frutos
Tu que és do homem a maçã*

*Vamos precisar de todo mundo
Um mais um é sempre mais que dois
Pra melhor juntar as nossas forças
É só repartir melhor o pão
Recriar o paraíso agora
Para merecer quem vem depois*

*Deixa nascer o amor
Deixa fluir o amor
Deixa viver o amor
(o sal da terra).*

Beto Guedes e Ronaldo Tapajós.

RESUMO

Este trabalho descreve o modo de vida dos moradores da Comunidade Colônia Central, localidade situada no centro geográfico da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé, onde procuramos analisar seu processo de desenvolvimento no contexto da relação entre o homem e os recursos naturais como uma estratégia para a sua subsistência. Focamos nossa análise no processo produtivo que se caracteriza como sendo tradicional. O cotidiano é pesquisado a partir de três *locus* da vida desses atores sociais: a roça, a casa e o barracão. Adentramos na discussão a respeito de temas como a distinção entre o trabalho e o labor, tendo como fonte de pensamento as idéias de Arendt, sendo suas idéias contrastadas com o relato, discurso e material de campo, onde se estabelece uma relação entre o saber elaborado cognitivamente e os saberes práticos dos moradores. Outro aspecto abordado diz respeito à relação entre o conceito do termo desenvolvimento sustentável e o processo de formação e consolidação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé, área geográfica onde se localiza a comunidade estudada. Por outro lado, o processo de produção e reprodução do *modus operandis* dos atores sociais é fortemente influenciado pelos aspectos culturais da simbologia representada no viver em ambiente propício para o surgimento de elementos sobrenaturais que fazem parte do imaginário amazônico. A mulher é estudada no contexto da divisão social do trabalho, com a sua compreensão sobre esse aspecto, sendo focada na dimensão cultural do processo das relações sociais produzidas pelos moradores. Outra temática estudada é quanto ao processo produtivo para a subsistência das famílias, onde se desenha uma relação de dependência quase que total dos recursos da natureza. A utilização de instrumentos dos meios de produção é rudimentar, reforçando o caráter tradicional do modo de vida dos moradores na Comunidade Colônia Central.

Palavras-chave: colono, mutireiro, combinador, comunidade, trabalho, labor, cotidiano, cultura.

ABSTRACT

This paper describes the livelihood of the residents of Cologne Community Center, situated in the geographic center of the Booker Tupé for Sustainable Development, where he tried to analyze the process of developing such community in the context of the relationship between man and natural resources as a strategy for their livelihood. Focus our analysis on the production process which is characterized as being traditional. The routine is searched from three locus of life of those social actors: the countryside, the house and shed. Enters the discussion about topics such as the distinction between work and labor, and as a source of the ideas of thought ARENDT, and his ideas contrasted with the story, speech and equipment field, where he establishes a relationship between the knowledge developed cognitively and the practical knowledge of the residents. Another point raised concerns the relationship between the concept of the term sustainable development and the process of formation and consolidation of Sustainable Development Reserve Tupé, geographical area is located where the community studied. Moreover, the process of production and reproduction of the modus operandi of social actors is strongly influenced by cultural aspects, whether represented in the symbolism of living in an environment favorable for the emergence of supernatural elements that are part of the imaginary Amazon. The woman is considered in the context of the social division of labor, with its understanding on this point is focused on the cultural dimension of the process of social relations produced by the residents. Another important aspect is studied as the process for the livelihood of families, where it draws a relationship of dependency that almost all the resources of nature. The use of the means of production is rudimentary, reinforcing the character of the traditional way of life of residents in the Colony Community Center.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UCEEA - Unidades de Conservação Estadual Ecológica de Anavilhanas

APA - Área de Proteção Ambiental

ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico

Apud - Expressão em Latim que significa citado (a) por

AM - Estado do Amazonas

CCC - Comunidade Colônia Central

CNUMAD - Conferencia das nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

ECO - Encontro da Conferencia Ecológica

FOPPEC - Fórum em Defesa das Políticas Publicas e Ambientas das Populações Rurais de Manaus

ITEAM - Instituto de Terras do Estado do Amazonas

INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária

INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazonia

LOMAM - Lei Orgânica do Município de Manaus

ONU - Organização das Nações Unidas

PMM - Prefeitura Municipal de Manaus

PDUAM - Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PERN - Parque Estadual do Rio Negro

PIM - Pólo Industrial de Manaus

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REFLOR - Reserva Florestal

ROTPA - Relatório de Ocupações de Terras Publicas no Amazonas

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SEDEMA - Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente

SEMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UNA - Unidade Natural Ambiental

UCs - Unidades de Conservação

ZFM - Zona Franca de Manaus

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Localização da RDS Tupé com relação a cidade de Manaus. Pág. 24
- Figura 2** – Localização da RDS Tupé com relação ao Mosaico de Unidades de Conservação. Pág. 28
- Figura 3** - Vista aérea da Praia do Tupé. Pág. 33
- Figura 4** – Limites da RDS Tupé, seu entorno e localização das comunidades. Pág. 38
- Figura 5** – Ambiente das casas na Comunidade Colônia Central. Pág. 46
- Figura 6** – Ramal Perimetral, onde os moradores moram e trabalham. Pág. 57
- Figura 7** – Mulheres moradoras da Comunidade Colônia Central. Pág. 74 85
- Figura 8** – Casa típica do morador na Comunidade Colônia Central. Pág. 87
- Figura 9** – A roça: espaço simbólico de trabalho e labor masculino. Pág. 88
- Figura 10** – Área de trabalho dos moradores da Comunidade Colônia Central. Pág. 117
- Figura 11** – Casa de farinha tradicional: O centro do processo produtivo na comunidade. Pág. 137
- Figura 12** – Vista parcial do ramal perimetral na Comunidade Colônia Central. Pág. 143
- Figura 13** – Vista parcial do barracão central: Dia de reunião da comunidade. Pág. 145

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Escolaridade dos moradores da Comunidade Colônia Central. Pág. 50

Gráfico 2 – Tipos de recursos naturais usados na construção das casas. Pág. 59

Gráfico 3 – Instrumentos de Trabalhos Utilizados pelos moradores na Comunidade Colônia Central na agricultura. Pág. 71

LISTA DE TABELAS

1 – Trabalho realizado pelos moradores da Comunidade Colônia Central. Pág. 113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mosaico das Unidades de Conservação próximas a Manaus. Pág. 27

Quadro 2 – Características das comunidades na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé. Pág. 31

Quadro 3 – Características das comunidades do entorno da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé. Pág. 32

Quadro 4 – Processos em tramitação acerca da titularidade de terras na RDS Tupé. Pág. 39

Quadro 5 – Mamíferos, aves e peixes consumidos pelos moradores da Comunidade Colônia Central. Pág. 77

Quadro 6 – Outros recursos florestais consumidos e/ou usados pelos moradores na Comunidade Colônia Central. Pág. 80

LISTA DE APENDICES

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Apêndice B – Roteiro de entrevista semi-estruturada.

Apêndice C – Questionário aplicado junto aos moradores.

Apêndice D – Roteiro de caderno de campo para a observação participante.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 - ATO DE CRIAÇÃO DA RDS TUPÉ – Fls. 1 a 3.

ANEXO 2 - SISTEMA MUNICIPAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – FI. 1.

ANEXO 3 - DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MANAUS – Fls. 1 a 2.

ANEXO 4 - DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS QUE REGULAMENTA A CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – FI. 1.

ANEXO 5 - DECRETO MUNICIPAL N. 4.581 DE 18 DE JUNHO DE 1999 QUE CRIA A ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO DO TUPÉ – ARIE TUPÉ – Fls. 1 a 2.

ANEXO 6 - PLANO DIRETOR URBANO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS – LEI N. 671 DE 04 DE NOVEMBRO 2002 QUE REENQUADRA A ARIE EM RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL TUPÉ Fls. 1 a 2.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	iv
AGRADECIMENTO	vi
EPÍGRAFE	vii
RESUMO	viii
PALAVRAS CHAVE	viii
ABSTRACT	ix
LISTA DE ABEVIATURAS E SIGLAS	x
LISTA DE FIGURAS	xi
LISTA DE GRÁFICOS	xii
LISTA DE TABELAS	xii
LISTA DE QUADROS	xii
LISTA DE APÊNDICE	xiii
LISTA DE ANEXOS	xiii
INTRODUÇÃO	15
CAPITULO I - A RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL TUPÉ E O CONTEXTO AMAZÔNICO	23
1.1 Gênese e historicidade das Unidades de Conservação no Brasil e da RDS Tupé em Manaus	23
1.2 A vida social, econômica, ambiental e cultural na Comunidade Colônia Central	44
CAPITULO II - O SIGNIFICADO DO TRABALHO E DO LABOR NA VIDA DOS MORADORES DA COMUNIDADE COLONIA CENTRAL	71
2.1 A prática agrícola tradicional: Subsistência e modo de vida dos moradores ...	71
1.1. A casa e a roça: Espaços simbólicos da divisão social do trabalho	86

2.3 Trabalho e labor: A inserção social da mulher nas relações de produção das famílias centrauense	94
2.4 A objetividade e a subjetividade do trabalho da mulher na Comunidade Colônia Central	100
CAPITULO III - A DIMENSÃO SIMBÓLICA DO TRABALHO NA COMUNIDADE COLONIA CENTRAL	
3.1 Trabalho e (Agri) cultura: Elos do cotidiano dos moradores.....	108
3.2 O cotidiano e as relações sociais de vizinhança dos moradores	130
3.3 A organização social do trabalho no cotidiano dos moradores da Comunidade Colônia Central	136
3.4 O mutirão e a tarefa como base da organização social dos moradores	142
3.5 O barracão central: <i>Locus</i> de consensos e conflitos dos moradores	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERENCIAS	158

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade realizar uma análise acerca do modo de vida no cotidiano da cultura dos moradores na Comunidade Colônia Central, localizada no centro geográfico da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé, área rural do município de Manaus, que é composta atualmente de aproximadamente 420 famílias.

Outro objetivo foi identificar os saberes que são incorporados nas práticas de trabalho dos moradores dessa comunidade que têm como base a agricultura tradicional familiar, caracterizando as formas de manejo dos recursos naturais na garantia da sustentabilidade, produção e reprodução de suas práticas sociais cotidianas, numa realidade marcada pelas questões que envolvem problemas socioambientais.

Essa área foi instituída como Unidade de Conservação (UC) na forma de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) a partir da década de 80, quando o poder público municipal se volta para a importância ambiental daquela área e pelo litígio de posse dessas terras. Bem antes dessa área ser transformada em UC, já era habitada por famílias que se caracterizam como tradicionais. No interior da reserva, existem seis comunidades que se relacionam e integram o chamado corredor ecológico de Manaus. Moram nestas comunidades famílias indígenas, caboclos, ribeirinhos e colonos como é o caso da comunidade estudada.

A RDS Tupé se localiza próxima à área urbana de Manaus, distando 25 vinte e cinco quilômetros em linha reta. A bacia hidrográfica do lago do Tupé tem aproximadamente 2.000 hectares com 13.000 ha de área geográfica. As

coordenadas geográficas estão situadas em Latitude de 02°57'S a 03°04'S e Longitude de 60°13'W a 60°19'W.

A RDS Tupé apresenta, atualmente, os seguintes limites: começa na confluência do rio Negro com a margem direita do igarapé Tatu e segue por esta até a sua nascente; desse ponto, segue por uma linha reta no sentido sul/norte até o igarapé Acácia, daí, por uma linha mediana, até a confluência com o igarapé Tarumã-Mirim; em seguida, por uma linha mediana, até a sua foz com o rio Negro, seguindo pela sua margem esquerda, até o ponto inicial do igarapé Tatu.

Este trabalho focaliza os moradores da Comunidade Colônia Central, localidade característica do cenário amazônico. Composta majoritariamente por agricultores. Sendo entendida como um lugar marcado por uma lógica camponesa, já que a produção para subsistência se constitui como os elementos-chave que orientam a lógica da reprodução de seus moradores.

A área de execução da pesquisa está localizada na região da reserva que possui um ramal denominado de perimetral com aproximadamente 20 quilômetros de extensão, situa-se na parte central da reserva. Os moradores da Comunidade Colônia Central têm como núcleo de seu modo de vida o trabalho que se centra na pequena agricultura familiar, no extrativismo, com a extração dos produtos produzidos pela floresta e culturas de fruticulturas por eles introduzidas.

A análise acerca do modo de vida e da cultura dos moradores da Comunidade Colônia Central identifica seus saberes, incorporados nas suas práticas de trabalho que garantem a sustentabilidade de suas práticas sociais cotidianas e abre espaço para um debate que tem desafiado o saber acadêmico, e, ao mesmo tempo, é uma oportunidade de auto-reflexão da práxis que esses atores sociais locais, considerados nesse trabalho como populações tradicionais, desenvolvem.

Ao incorporar neste trabalho a noção de que os moradores da Comunidade Colônia Central se caracterizam como populações tradicionais interessa entender os saberes que orientam as relações de trabalho que determinam o comportamento social e cultural e as interações ambientais predominantes na área de estudo. Para Diegues (2000), os saberes tradicionais desempenham um papel fundamental para

garantir a sustentabilidade social, econômica e ambiental na Amazônia, posto que estudar estes conhecimentos possibilita analisar os processos naturais da atividade humana no ambiente.

Considerando que, na perspectiva de Diegues (1996), populações tradicionais são *sociedades que compartilham e transmitem padrões de comportamentos, modelos de percepção, relatos e interpretação do mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de produtos materiais*, na Amazônia, as populações tradicionais apresentam características distintas, principalmente quanto aos modos de vida, pois garantem a sua subsistência e reprodução, basicamente agricultura familiar, dependendo menos das atividades de pesca e dos recursos florestais não-madeireiros.

Por outro lado, procurar compreender o cotidiano desses moradores significa buscar o desvendamento da realidade. Mas, ao mesmo tempo, esse cotidiano pode esconder a realidade. Dessa forma, Lefebvre (2001) determina a respeito do cotidiano que: *A análise da vida de cada dia constitui - em certa medida, apenas - a via de acesso à compreensão e à descrição da realidade; além das suas possibilidades, ela falseia a realidade*. Dessa maneira, o cotidiano tem que ser compreendido no contexto social em que se dá a sua reprodução.

O cotidiano não é apenas a soma mecânica de atividades diversas, mas a totalidade que as engloba e que determina a produção do espaço ou território, no caso da realidade estudada, é representado pelo ramal, pela roça, pela casa, pelo lote e pelas relações sociais estabelecidas.

Neste trabalho, partimos do princípio de que o saber cotidiano dos atores sociais estudados, construídos a partir das atividades produtivas, além de orientar as suas práticas sociais, permite resolver problemas práticos e imediatos, como manejar os recursos da floresta de forma sustentável. A existência histórica desse modo de vida produz e reproduz o *modus operandis* social e cultural de seu grupo familiar estruturando um modo de vida que se contrapõe ao modo de vida urbano.

Outro aspecto abordado neste trabalho é compreender a divisão do trabalho, tendo como lógica as relações culturais em detrimento da questão de gênero, como

é abordado por diversos autores. Preferimos estudar as principais atividades produtivas e formas de participação do homem e da mulher, reconhecendo a estrutura social existente nos discursos e na vivência desses grupos familiares.

A divisão social, e não sexual do trabalho, visto nesta perspectiva, possibilita uma compreensão da subjetividade estabelecida no desenvolvimento das atividades de cunho produtivo, social e comunitário, além de identificar a forma de participação dos diferentes atores sociais e suas respectivas importâncias em relação ao modo de vida produzido.

A metodologia para o levantamento de dados nos possibilitou uma vivência *in loco* na qual podemos inferir o reconhecimento de uma participação diferenciada das mulheres nas diversas atividades agrícolas, além de suas atividades realizadas na casa, comumente caracterizadas como espaço doméstico que inclui o quintal, a criação de animais domésticos e se apresenta como um espaço produtivo e de diferenciação entre o trabalho e o labor, onde há a participação significativa da mulher.

Apoiamo-nos nas idéias formuladas por Hannah Arendt, para discutirmos a divisão social do trabalho, onde a mesma procura estabelecer a distinção entre “labor” e “trabalho”. Para a autora, essa distinção só começa a aparecer quando a produtividade do labor ultrapassa o doméstico e consegue produzir algo mais duradouro que a manutenção física.

As relações que os homens estabelecem entre si para produzir a cultura se dão em diversos níveis que se complementam e se interpenetram, sejam estas através das relações de trabalho, das relações políticas e das relações culturais. Nesse processo, procuramos problematizar o conceito de comunidade, tendo, como elementos norteadores, teóricos que desenvolvem questões sobre o desenvolvimento de comunidade.

O título deste trabalho tem relação com o modo de vida dos atores sociais pesquisados, já que se autodenominam “*colonos*”, sendo esse termo utilizado de forma generalizada junto à população local. Para Hebette (1992), *Colonos* são aqueles que trabalham em suas pequenas parcelas de terra e que possuem uma

roça de subsistência. O produto principal da roça é a mandioca que processada se obtém diversos derivados como a farinha, o biju, a tapioca, croeira e outros que fazem parte da dieta alimentar das famílias.

A área geográfica da Comunidade Colônia Central é dividida em 54 (cinquenta e quatro) lotes. Portanto se formou uma comunidade com o mesmo número de famílias ou grupos domésticos que têm, como principal meio de subsistência, a agricultura através do trabalho marcado pela reciprocidade que se expressa nas relações de parentesco e de vizinhança.

A observação participante possibilita afirmar que as famílias existentes na comunidade estudada são estruturadas de acordo com as definições sugeridas por Wolf (1970): elas podem ser nucleares, ou seja, compostas pelo cônjuge e sua prole, que se agrupam em uma única estrutura nuclear. Na Comunidade Colônia Central, é possível observar que a maioria das famílias podem ser identificadas como nucleares, havendo poucos casos em que encontram famílias extensas.

A metodologia utilizada nesse trabalho tem como base, a etnográfica por considerarmos a mais adequada para este tipo de temática e problema pesquisado, pois optamos pela participação direta do pesquisador junto aos atores sociais estudados. O método etnográfico é aconselhável em trabalhos onde se procura demonstrar ou compreender determinada realidade a partir de seu modo de vida. Muito mais em se tratando de populações humanas que habitam a Amazônia. De acordo com Minayo (1994), *a Etnografia é o ramo da antropologia cultural que se preocupa com a descrição das sociedades humanas*. Assim, a etnografia preconiza a observação e a análise de grupos humanos considerados em suas particularidades, visando à compreensão o mais fiel possível da realidade pesquisada.

Para levantarmos as informações, procedemos de forma que houvesse de fato uma convivência do pesquisador junto aos pesquisados e nos fizemos presentes na comunidade por dois finais de semana ao mês por dezoito meses nos anos de 2007 e 2008 e dois períodos de convivência direta de duas semanas, no

período de março e outubro 2007, quando nos utilizamos dos seguintes procedimentos metodológicos:

Convivência *in loco* nas unidades familiares dos moradores, através da qual acompanhamos por seis meses as atividades sociais e produtivas, fazendo anotações no caderno de campo. Nesse processo, acompanhamos o cotidiano da roça, do barracão, das reuniões, das visitas de compadrio e todo o processo produtivo das famílias.

Realizamos doze entrevistas semi-estruturadas junto aos moradores com roteiros específicos para os homens e para as mulheres. Foram entrevistadas cinco mulheres e sete homens. A escolha dos entrevistados obedeceu aos critérios de família mais antiga na comunidade e que a moradia se localizasse na parte direita e esquerda do barracão. Procuramos dar ênfase à participação das mulheres para que elas pudessem ser consultadas permitindo a igualdade e a integração de homens e mulheres.

Em momentos de observação participante, realizamos entrevistas que serviram para ratificar as informações fornecidas anteriormente, por isso as perguntas e o grupo de entrevistados foram semelhantes.

Aplicamos questionário com perguntas fechadas e abertas junto à quarenta e dois moradores das unidades familiares, com questões que giraram em torno de aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Foram utilizadas 260 (duzentas e sessenta) horas de observação participante, quando convivemos diretamente nos domicílios dos moradores e em seu local de trabalho: a roça.

As informações secundárias foram obtidas principalmente no Instituto de Terras do Estado do Amazonas – ITEEAM para obter informações a respeito da disputa litigiosa da titularidade das terras, e na Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMMA, onde coletamos informações sobre o processo de formalização da área Tupé em Unidade de Conservação. Para melhor compreensão apresentamos este trabalho dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo: “A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé e o contexto Amazônico”, nos utilizamos do aparato teórico sobre as questões que giram em torno do desenvolvimento sustentável, situando a reserva Tupé no contexto do desenvolvimento da criação das Unidades de Conservação a partir do processo histórico de consolidação das questões socioambientais e da sustentabilidade. Os teóricos que buscamos como suporte foram Sachs (1993), Leff (2001) e as leis ambientais. Num segundo momento, demonstramos como a Comunidade Colônia Central se constitui a partir de um processo histórico em que se consolida o desenvolvimento de comunidade no Brasil e especificamente na Amazônia, tendo, como pano de fundo, elementos da cultura descrita pelos próprios moradores. Este capítulo tem como aporte teórico autores como Wagley (1988), Souza (2000), Fraxe (2004), Fernandes (1989) e Woortmann (1987).

No segundo capítulo: “O Significado do Trabalho e do Labor na vida dos moradores da Comunidade Colônia Central”, trazemos para discussão aspectos referentes a dualidade teórica e empírica existente entre trabalho e labor, divisão social e cultural do trabalho no cotidiano do modo de vida das famílias estudadas, tendo como lógica a representação simbólica que os atores sociais apresentam em relação ao seu modo de vida. Nesse aspecto, além do trabalho de campo, nos utilizamos das idéias de autores como Heller (2004), Maués (1999), Diegues (2000), Castro (2000) e Furtado & Quaresma (2002). Posteriormente nos debruçamos sobre o conceito entre trabalho e labor, tomando como elemento norteador a realidade das famílias, especificamente a condição da mulher neste contexto social. A divisão social do trabalho se mostra como um fator cultural e que tem uma dinâmica própria no modo de vida das famílias estudadas. Para tanto, o trabalho de campo é peça fundamental como fonte de informação, conjugado com autores como Arendt (1981), Polany (1980), Adeodato (1989), Bourdieu (1989) e Witkoski (2001).

No terceiro capítulo: “A dimensão simbólica do trabalho na vida dos moradores da Comunidade Colônia Central”, nos detemos em alguns conceitos sobre a categoria trabalho, onde nos propomos a realizar o processo histórico de desenvolvimento do mesmo e a sua relação com o processo de trabalho na agricultura tradicional realizado pelos atores sociais estudados. Ancoramo-nos em

autores como Viegas (2002), Marx (2004), Chauí (2003), Vázquez (1977) e Fernandes (1989). No segundo momento, determinamos o modo de vida, o cotidiano das famílias e o seu processo de trabalho na agricultura, assim como em outras atividades complementares como os produtos não-madeireiros que garantem a subsistência das famílias na localidade estudada. A pesquisa foi consolidada tendo como referência autores como Hebette (1992), Becker (1991) e os dados coletados na comunidade em pesquisa de campo.

Ao realizarmos o presente trabalho nos deparamos com um modo de vida que tem as suas definições gerais, como em outras comunidades já estudadas na Amazônia, mas também e principalmente há elementos de especificidade que só um olhar atento das ciências sociais pode trazer para o campo da problematização. São práticas culturais marcadas por saberes produzidos por esses grupos locais em seu cotidiano que produzem e reproduzem a economia e a conservação das comunidades tradicionais amazônicas. É no cotidiano da vida que se constrói o trabalho e o trabalho define o cotidiano a partir de relações sociais centradas em base solidária que personifica a figura do mutireiro e do combinador. A forma de vida tem a dimensão simbólica dos elementos que compõe a vida, o trabalho e o labor dessa população.

CAPITULO I

1 A RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL TUPÉ E O CONTEXTO AMAZÔNICO.

1.1 Gênese e historicidade das Unidades de Conservação no Brasil e da RDS Tupé em Manaus.

Adaptado à realidade local, mas com base na perspectiva da sustentabilidade proposta por Sachs (1996) e Leff (2001), o conceito de Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS tem forte vínculo com a Amazônia, estabelecendo-se como uma categoria de Unidade de Conservação apropriada às condições socioambientais de grandes áreas de terras e de suas populações.

Entendemos que as Unidades de Conservação nos parece ser uma tentativa de se promover a preservação dos recursos da natureza de forma socialmente responsável e com forte embasamento científico, servindo para um melhor planejamento do usufruto dos recursos da biodiversidade existente na ocupação socioespacial da Amazônia.

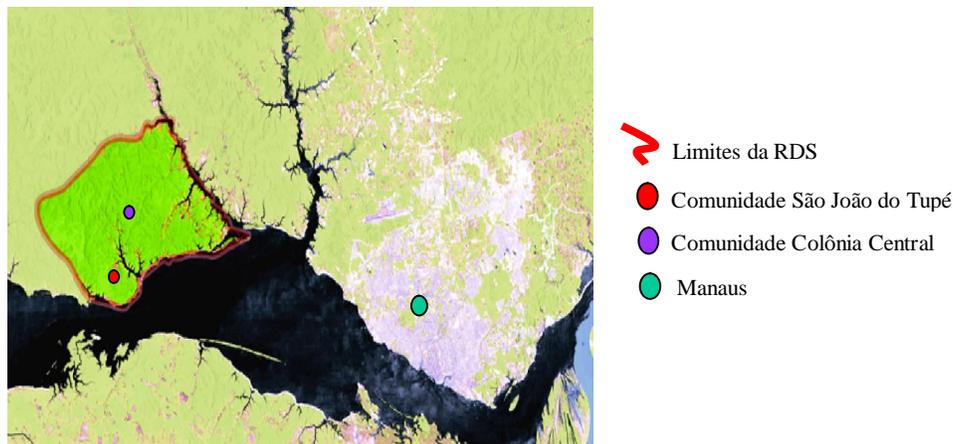
O que diferencia o modelo proposto em RDS das demais formas de Unidades de Conservação é a prerrogativa do reconhecimento da permanência e da participação no planejamento das ações das populações tradicionais residentes na reserva. Essa prerrogativa estabelece os princípios propostos pelo Relatório “Nosso Futuro Comum” de Brundtland (1987).

A perspectiva utópica que incorpora as Reservas de Desenvolvimento Sustentável como um instrumento de potencialização da sustentabilidade, está diante de fatos importantes para a sua objetivação e no início de um processo de concretização. A criação das RDS's é uma nova estratégia para a manutenção, valorização e desenvolvimento humano, a partir de suas experiências locais. Nesse sentido, voltamos aos preceitos que estabelecem a relação entre o modo de vida das populações que residem no bioma amazônico, mais precisamente em espaços determinados pela legislação como Unidades de Conservação.

Neste contexto se expressa o processo histórico do emergir do termo desenvolvimento sustentável que determinou o reconhecimento por parte de teóricos como Sachs (1996) e Leff (2001) e instituições de pesquisas de que a Amazônia detém a maior biodiversidade¹ do mundo, fazendo com que eles se voltem para a compreensão das diversas formas de vida existentes na imensa biodiversidade local.

A criação, formação e consolidação da RDS Tupé se configuram a partir desta conjuntura, culminando com as discussões dos novos paradigmas ambientais e no emaranhado de conflitos de interesses antagônicos que se encontram no bojo das questões que envolvem o desenvolvimento sustentável enquanto conceito paradigmático iniciado no século XX e em plena vigência para o século XXI. Temos então que a proximidade da reserva e, por conseguinte, da comunidade estudada com a área urbana de Manaus impõe uma pressão socioambiental sobre esse território, conforme expressa a figura 1, onde observamos a área geográfica da reserva e sua conexão proximal com a área urbana de Manaus:

Figura 1: Localização da RDS Tupé com relação à cidade de Manaus.



Fonte: <http://biotupe.inpa.gov.br>

A pressão a que nos referimos diz respeito ao processo de ocupação desse espaço, da sua condição como uma área de proteção ambiental e pelo modo como a população que habita nesse espaço desenvolve seu sistema produtivo, com esse processo sendo mediado pelas questões que giram em torno do significado da

Amazônia no contexto econômico, social, cultural e ambiental brasileiro e mundial.

A dimensão que tomou, nos dias atuais, o significado do termo *desenvolvimento sustentável* nos faz refletir e tentar entender melhor a conformação da RDS Tupé no contexto da realidade amazônica e no processo de constituição do ecodesenvolvimento e/ou desenvolvimento sustentável² estabelecido nos escritos teórico de Sachs (1993), onde o ecodesenvolvimento deve se estabelecer a partir de uma nova relação econômica entre os países ricos e pobres.

No estado do Amazonas, encontram-se números significativos desta sociodiversidade, principalmente no que diz respeito às populações humanas, destacando-se populações tradicionais como as indígenas, ribeirinhos, caboclos, agricultores e populações não-tradicionais urbanas que desenvolvem modos de vida característicos da sociedade mercantil e global.

Temos, portanto, que a RDS Tupé, na forma como foi definida pelo SNUC (2000:21), se caracteriza como sendo:

Uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

Essa compreensão mostra que uma reserva de desenvolvimento sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.

¹ O termo biodiversidade que estamos nos referindo foi cunhado por W.G. Rosen em 1985. Desde este momento, o termo e o conceito são muito utilizados entre os biólogos, ambientalistas e ecologistas do mundo todo. Para este significa a diversidade do mundo vivo na natureza, ou seja a grande quantidade de espécies em nosso planeta.

² Em sua obra "Estratégias de transição para o século XXI" (1993), o autor estabelece conceitos que designam sentidos de sinônimos para os termos *ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável*. Estabeleceu, com vistas ao futuro, objetivos concretos de sustentabilidade em diversas áreas, explicitando a necessidade de se buscarem recursos financeiros novos e adicionais para a complementação em nível global do desenvolvimento sustentável.

As principais características de uma Unidade de Conservação da categoria RDS determinada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) são: a manutenção da população local que participa nas atividades do manejo dos recursos naturais e na vigilância da reserva; a possibilidade de manejo da fauna e flora com base em sólida pesquisa científica; a flexibilidade para mudança de estratégias de acordo com os mercados; a manutenção da propriedade privada; a implementação de programas para valorização e melhoria das condições de vida da população local e o estabelecimento de parcerias estratégicas com organizações governamentais e não-governamentais para o desenvolvimento de propostas para o uso sustentado dos recursos naturais.

Estas características se encontram em vias de implantação e se relacionam com o processo histórico de criação da RDS Tupé. O aparato legal vai nos ajudar a entender como se constituiu a RDS Tupé, pois sua criação tem a ver com as questões colocadas até aqui. Questões que têm uma relação entre o meio ambiente e a possibilidade de termos um conceito de desenvolvimento sustentável que venha ao encontro do que se estabeleceu como o novo paradigma ambiental, baseado na equidade econômica e justiça social.

A área geográfica, genericamente chamada Tupé, está situada na margem esquerda do rio Negro, na área rural do município de Manaus, capital do Amazonas, e recebeu essa denominação em razão do lago, de mesmo nome, situado naquela localidade, à qual se tem acesso exclusivamente, por via fluvial, uma vez que não há nenhum acesso por via rodoviária.

A localização geográfica da RDS Tupé é determinada e interconectada ao bioma de dimensão ecológica que faz interface com a cidade de Manaus, por estabelecer uma relação com outras áreas protegidas vizinhas de âmbito municipal, estadual e federal, que formam um mosaico de unidades de conservação interconectadas, todas localizadas na margem esquerda do rio Negro.

Esta região está inserida também no corredor ecológico que envolve diversas Unidades de Conservação. Neste sentido, demonstramos a identificação destas áreas protegidas e sua respectiva vinculação administrativa no quadro 1

expressando a integração da RDS Tupé ao conjunto de áreas protegidas que integram a política do Estado em desenvolver um processo de preservação do bioma amazônico:

Quadro 1 - Mosaico das Unidades de Conservação próximas a Manaus.

ORDEM	DENOMINAÇÃO	GESTÃO
1	Estação Ecológica Nacional de Anavilhanas	Federal
2	APA Margem Esquerda do rio Negro	Estadual
3	Parque Estadual do rio Negro - Setor Sul	Estadual
4	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé	Municipal
5	APA do Tarumã - Ponta Negra	Municipal
6	APA do Puraquequara	Municipal
7	Reserva Florestal Adolpho Ducke	Federal
8	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Jatuarana	Municipal

Fonte: SEDEMA / UFAM – 2003.

Essas áreas protegidas possuem alto grau de conectividade e de integridade de seus ecossistemas, estando, portanto, inseridas no Corredor Central da Amazônia, área que integra o Projeto Federal “Corredores Ecológicos”. Essas áreas protegidas fazem parte do complexo e diversificado ecossistema amazônico, onde o mundo cotidiano dos moradores é baseado nas atividades produtivas de subsistência.

A RDS Tupé é a Unidade de Conservação mais próxima de Manaus, por isso determina uma característica peculiar em relação às demais, por ser pressionada pelo capital especulativo e pelas populações que migram para Manaus, determinando um fluxo intenso de ocupação. Identificamos esta realidade na figura 2 que retrata a imagem que insere a RDS Tupé nesse contexto, inserindo a Comunidade Colônia Central objeto de estudo desse trabalho:

Fig. 2 – Mapa da Localização da RDS Tupé com relação ao Mosaico de Unidades de Conservação do baixo rio Negro.



Fonte: Prefeitura Municipal de Manaus – PMM (Lei Nº 671/2002).

Assim como o termo desenvolvimento sustentável vem sendo construído historicamente, a partir dos conflitos econômicos e ambientais, a RDS Tupé, também, se insere neste contexto, pois a sua gênese se dá no início da década de 1990, quando estavam em pleno efervescer as discussões sobre o Relatório Brundlandt e o acontecimento da ECO 92³.

Este fator nos faz relacionar as perspectivas apontadas por Sachs (1996) e Leff (2001) em relação às possibilidades da sustentabilidade ambiental, o que vem sendo determinado pelas experiências locais vividas pelos moradores da RDS Tupé, que, em sua gênese, foi criada como uma Unidade Natural Ambiental (UNA). Uma categoria de UC que limita a presença humana, como parte do ecossistema dessa área.

O órgão gestor municipal da RDS Tupé; ou seja, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente (SEMMA), tem se voltado de maneira tímida para os problemas que acometem esta reserva, o que tem provocado um descompasso entre o que está estabelecido na legislação, no referencial teórico sobre desenvolvimento sustentável, e a realidade da vida cotidiana dos moradores.

³ Vinte anos após Estocolmo, quinze depois de Tbilisi e cinco depois de Moscou, chegou-se à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida com Rio-92, que se transformou num momento especial também para a evolução da Educação Ambiental. A Eco 92 foi como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas Para o Meio Ambiente e o desenvolvimento (CNUMAD) O grande Encontro da Terra, ocorrido no Rio de Janeiro, Brasil – promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) – PNUMA. <http://www.mre.gov.br>

Ao longo dos últimos dez anos, visando à proteção ambiental da região do Tupé, o poder público municipal instituiu os seguintes instrumentos legais: em 1995 através da lei municipal Nº 321, o espaço de terras denominado Tupé passa a fazer parte do Sistema Municipal de Unidades de Conservação (anexo A). Porém, antes da criação legal deste espaço territorial como uma Unidade Natural ambiental (UNA), já havia a concentração de pessoas residindo neste espaço, produzindo para sua subsistência, a partir da exploração dos recursos naturais existentes.

Em 1999, a UNA Tupé foi declarada como Área de Relevante Interesse Ecológico, (ARIE), outra categoria de Unidades de Conservação. pela Lei Orgânica do Município de Manaus (LOMAM) através do Decreto Municipal nº 4.581, de 18.06.99 (anexo B) e atribuiu à SEDEMA a gestão ambiental daquela Unidade de Conservação.

Ainda em 1999, por meio da Portaria nº 18/99, de 24.06.99, a SEDEMA instituiu o Regulamento da Área de Relevante Interesse Ecológico do Tupé (ARIE - Tupé), definindo os limites espaciais da mesma, bem como estabelecendo diretrizes e estratégias para a implantação e o funcionamento dessa unidade de conservação ambiental.

Em 2002, pela Lei Nº 671/02 e atendendo ao que estabelece a legislação federal referente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a ARIE Tupé foi reenquadrada como Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé. A transformação da região do Tupé de ARIE em RDS demonstra, portanto, sua nova definição e o quanto o aparato legal não dá conta da realidade das questões que giram em torno dos problemas ambientais. É o que se observa no relato de um dos primeiros moradores da reserva:

[...] fui o primeiro a chegar aqui, isso era no ano, mais ou menos assim, de 1945, não havia nada, nem a praia, nem morava ninguém, mas eu vim e fiquei e tirei madeira para os vapores e para a caldeira da energia de Manaus. Mas alguns anos depois, chegaram outros membros da família, viemos todos daí da banda de Tefé. E aos pouco foi chegando mais gente. Isso foi porque nós fizemos a praia. É isso mesmo, fizemos a praia, pois o senhor Zeca vinha e dizia que era o dono da terra e pagava pra gente limpar ali perto do lago, com isso formou a praia. Agora o pessoal diz que aqui é uma reserva, mas eu não sei o que é isso, só sei que o pessoal reclama que não pode mais caçar, nem pescar, o povo vai viver de que então. Só sei que antes de ser reserva, a gente já

morava [...]. (Sr. Glicério Lima, morador da Comunidade São João. Pesquisa de campo, 2006).

A fala do morador demonstra que a legislação imposta pelo Estado descumpra as determinações por eles estabelecidas, pois, ao definirem a área de terras denominada de Tupé em UNA, depois em ARIE e, recentemente, em RDS, não levaram em consideração o fator humano, já que a UNA e a ARIE restringem a presença de populações humanas no ecossistema que está sob sua jurisdição territorial.

Percebemos no relato do morador que há uma insatisfação na forma como o Estado estabelece a sua relação com os ocupantes daquele espaço, pois o que presenciamos é a sua intervenção para limitar as atividades de trabalho daquela população, já que ao transformar de forma unilateral a área em Unidade de Conservação esse modifica intensamente o modo de vida a partir da relação produtiva e a sua subsistência. Há a ausência do diálogo, são determinações que controlam o fazer cotidiano dos moradores.

O modelo adotado pelo Estado brasileiro que tem como base as Unidades de Conservação e especificamente a implantação de RDS, estabelece o uso sustentável dos recursos naturais pelas populações humanas que constitui seu ecossistema, com essa população vivendo em condições precárias de subsistência, sendo essa uma realidade genérica na Amazônia. Esse modelo não leva em consideração que essas populações vêm mantendo uma estrutura econômica pautada no extrativismo tradicional, ou seja, a base do produto de seu trabalho está na floresta, nos rios e na terra firme, como mostraremos mais adiante neste trabalho.

Se o movimento social ecológico é um fato recente, o modelo de Unidade de Conservação, no âmbito dos conceitos traduzidos como desenvolvimento sustentável é ainda mais, haja vista que pouca experiência tem se verificado no Brasil e na Amazônia de um modo geral que busque vivenciar objetivamente o conceito, ora estabelecido, de desenvolvimento sustentável.

A conformação da RDS Tupé está apenas no seu nascedouro. Sua transformação legal, de fato, ocorreu somente em 2002, porém a sua consolidação na perspectiva do desenvolvimento sustentável, ainda, necessita de longa

caminhada, já que a população humana que habita esse território tem tido pouca ou nenhuma participação nas decisões políticas de determinação dos rumos de como deve seguir suas vidas entrelaçadas na RDS.

A RDS Tupé como unidade de conservação apresenta, atualmente, os seguintes limites: começa na confluência do rio negro com a margem direita do igarapé Tatu e segue por esta até a sua nascente; desse ponto, segue por uma linha reta no sentido sul/norte até o igarapé Acácia, daí, por uma linha mediana, até a confluência com o igarapé Tarumã-Mirim; em seguida, por uma linha mediana, até a sua foz com o rio Negro, seguindo, pela sua margem esquerda, até o ponto inicial do igarapé Tatu. Apresentamos então no quadro 2, as características das seis comunidades existentes dentro da reserva, inclusive a comunidade *locus* dessa pesquisa:

Quadro 2 – Características da infra-estrutura existente nas comunidades na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé.

ORDEM	DENOMINAÇÃO	INFRA-ESTRUTURA	FAMÍLIAS
1	Agrovila	1 escola municipal, 1 posto de saúde comunitário, 1 templo religioso.	38
2	Central	Sede da associação comunitária	54
3	Julião	1 escola municipal, 1 posto de saúde, 1 templo religioso, 1 Sede associação comunitária.	130
4	Livramento	1 escola municipal, 1 posto de saúde, 2 templos religiosos, 1 antena de telefone, 1 associação com.	160
5	São João	1 escola municipal, 1 alojamento da SEDEMA, 2 templos religiosos, um Posto de saúde comunitário.	86
6	Tatu	1 templo religioso, 1 sede da associação comunitária.	30

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007. Org. dos dados: ARAÚJO, C. C., 2008.

Além dessas seis comunidades, apresentamos no quadro 3 as características das comunidades que se localizam no entorno da reserva, sendo que à exceção da comunidade Tatulândia, as demais comunidades, as de dentro e as do entorno, já são representadas por associações comunitárias, juridicamente constituídas, cujos dirigentes são definidos a partir de processos eleitorais realizados pelos respectivos moradores das comunidades, caracterizando a participação e o exercício da democracia e da cidadania.

Economicamente as comunidades se articulam para desenvolver a comercialização de sua produção agrícola. Socialmente as comunidades estão organizadas no fórum em defesa das políticas públicas e ambientais de Manaus (FOPEC), que serve como um elo condutor das discussões e reivindicações para a satisfação das suas necessidades. Temos então a sua interconexão com outras comunidades, o que nos dá a possibilidade de inferir a ampliação das relações econômicas e sociais dos moradores ampliadas para além do espaço territorial determinado pela legislação. O quadro 3 revela a precária infra-estrutura das comunidades do entorno da reserva, realidade compartilhada pelas demonstradas no quadro 2:

Quadro 3 – Características das comunidades do entorno da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé.

ORDEM	DENOMINAÇÃO	INFRA-ESTRUTURA	FAMÍLIAS
1	Arara	1 escola municipal, 1 posto de saúde Municipal, 1 sede da associação comunitária.	30
2	Bela vista	1 escola municipal, sede da associação comunitária, 1 templo religioso.	120
3	Ebenezer	1 escola municipal, 1 sede da associação comunitária, 1 posto de saúde comunitário	20
4	N.S. de Fátima	1 escola municipal, 1 posto de saúde Municipal, 2 templos religiosos, 1 associ. comun, 1 Posto policial.	80
5	São Sebastião	1 escola municipal, 1 posto de saúde Municipal, 2 templos religiosos, 1 sede da associação comunitária.	30
6	Tarumã-açu	1 escola municipal, 1 posto de saúde Municipal, 2 templos religiosos, 1 sede da associação comunitária.	50

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007. Org. dos dados: ARAUJO, C. C., 2008.

De modo geral, a comunicação na reserva (entre as comunidades e destas com a área urbana de Manaus) é incipiente em face do isolamento entre as casas, da distância física entre as comunidades e da precariedade de infra-estrutura local. A comunicação se dá por telefones públicos existentes em algumas comunidades e telefones celulares dos moradores.

A localização da RDS Tupé impõe uma pressão muito grande aos seus moradores, pois a proximidade geográfica com a cidade de Manaus determina um conflito cotidiano entre o modo de vida urbano e o rural, pois os recursos naturais existentes são apelativos ao turismo de massa. A figura 3 nos mostra as características ambientais da reserva, em especial a beleza de seu cenário natural e

de sua praia, que tem sido um dos locais mais procurados para o lazer e turismo da população manauara e de outros visitantes brasileiros e estrangeiros:

Fig. 3 – Vista aérea da Praia do Tupé.



Fonte: SEDEMA 2002.

A região amazônica apresenta uma marca de sazonalidade no regime hidrológico, que dimensiona os fatores ecológicos nas áreas alagáveis, com reflexo sobre toda a planície de inundação. O nível d'água máximo do rio Negro, em Manaus, ocorre nos meses de maio a julho, e suas flutuações são bastante significativas, chegando a uma variação média de 10 metros por ano, perto de Manaus. A bacia hidrográfica do lago do Tupé tem aproximadamente 2.000 hectares

A área geográfica da RDS Tupé é composta por diferentes tipologias vegetais, formando um mosaico que reflete, principalmente, a influência do ciclo de subida e descida das águas do rio Negro. Assim, nas margens do lago do Tupé, nota-se a predominância de áreas alagadas de igapó e, nas áreas livres das inundações, ocorre a Floresta Tropical Úmida de Terra Firme⁴.

A população que habita a RDS Tupé tem carências e deficiências básicas, comuns a muitas outras comunidades da região amazônica, principalmente, em saúde, educação, nutrição, trabalho, energia, saneamento, transporte e habitação. Na luta pela sobrevivência, os moradores buscam suprir suas necessidades básicas por meio da utilização dos recursos naturais disponíveis.

⁴ Utilizamos o conceito de terra-firme tal como abordado por Ademir Brasil et al, que considera como uma área distante das margens dos rios; não sofre inundações em qualquer que seja a época do ano.

A maioria das habitações da reserva são precárias, não possuem instalações hidro-sanitárias e elétricas e, em geral, são construídas nas proximidades dos cursos d'água (rio e igarapés), ora dispersas, ora agrupadas. Muitas vezes o lixo e os resíduos orgânicos são depositados diretamente no ambiente, contaminando o solo e as águas, superficiais e subterrâneas, causando a disseminação de doenças de veiculação hídrica.

Recentemente, tem-se observado, na maioria das comunidades da reserva, um processo acentuado de desmatamento para a construção de novas moradias por iniciativa de novos moradores que chegam àquela área, oriundos da área urbana de Manaus e de outras localidades do interior do Amazonas.

Em relação à vegetação, esta é secundária e de origem antrópica; pequenas pastagens e roçados se localizam em áreas de acesso facilitado, próximo às comunidades e moradias isoladas. Entretanto podem ocorrer áreas extensas de vegetação secundária em locais afastados, tradicionalmente utilizados para roçados.

A população local, além de utilizar a floresta como matéria prima para a produção de produtos madeiráveis para venda, fonte de energia, construção de residências e barcos próprios, pratica também a exploração extrativista de caioé, bacaba, açaí, paxiúba e outras espécies.

A sobrevivência dos moradores está diretamente relacionada à exploração e uso do solo como fonte produtiva. A agricultura, com destaque para a plantação de mandioca e a fruticultura, especialmente o cultivo do cupuaçu, representa a principal forma de uso, exploração e transformação do solo enquanto recurso natural. Essas atividades são realizadas em forma de derrubada, queimada e semeadura, em princípio rotativo de solo e de cultura.

Atualmente se observam iniciativas voltadas para a gestão integrada e participativa na RDS Tupé, envolvendo os moradores das comunidades, instituições públicas e não-governamentais, tendo como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria das condições de vida da população local e de exploração dos recursos naturais, bem como valorizando o conhecimento e as técnicas de

manejo do ambiente desenvolvidas pelas populações tradicionais lá residentes.

Recentemente, a gestão ambiental da RDS Tupé e de seu entorno passou a ser viabilizada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMA), que hoje substitui a SEDEMA, em parceria com as comunidades locais e, instituições de pesquisa, que desenvolvem estudos, projetos, programas e ações naquela unidade de conservação. A partir da perspectiva de reestruturação da forma de exploração dos recursos naturais, por meio da organização e da participação efetiva da comunidade no processo de educação dos valores inerentes aos conceitos e princípios do desenvolvimento sustentável, preconizado por Sachs (1996) e Leff (2001), esses recursos podem ser potencializados, através da implantação de outras atividades alternativas visando à subsistência e à geração de renda.

Principia-se, deste modo, o uso racional dos recursos naturais, possibilitando sua manutenção e/ou reprodução, bem como proporcionando melhoria das condições de vida dos comunitários.

Esse modo de vida determina uma forma alternativa com potencialidades que se contrapõem ao modelo dominante e hegemônico que nos cerca. Representa também a possibilidade de termos uma vida pensada e vivida, se não de todo, pelo menos em parte, alheio ao modo de vida baseado no consumo, pois a relação de cooperação ajuda mútua e solidariedade é muito presente no cotidiano dessas populações humanas.

Neste sentido, o processo de transformação a que foi submetida a RDS Tupé culmina nos dias atuais com a perspectiva possível de viabilidade do desenvolvimento sustentável, pois a reserva é uma categoria de Unidade de Conservação que leva em consideração as formas de relações entre as populações humanas e as populações naturais. A ação Antrópica⁵ tem a possibilidade de

⁵ Na perspectiva de Ribeiro (1999) a Ecologia como projeto de preservação da vida - não da vida da Terra, mas da nossa vida na Terra, pode ser vista como uma possibilidade de transformação de paradigmas. Estas transformações poderão nos levar as novas formas de vivenciar as relações intra e interpessoais, e do homem com a Natureza. O planeta é um todo, um sistema vivo e organizado! E não é assim por nenhuma entidade que lhe seja transcendente, externa e/ou superior, mas pelo dinamismo que lhe é inerente e o põe em constante auto-formação, reformulação. É óbvio e inegável que a ação antrópica existe e é nefasta! O problema está em saber como este Homem vai se ver frente a este planeta que ele está tornando inviável e, talvez até, inabitável, para a sua e outras espécies.

combinar o desenvolvimento econômico e social da população local, cuidando dos recursos naturais, visando a sua exploração de forma sustentável. Acreditamos nestas experiências locais como forma de garantir a sustentabilidade. A RDS Tupé está situada num bioma Amazônico, que está inter-relacionado à realidade econômica e social em nível nacional e mundial. Esta ponte determina que fatores particulares possam influenciar na conjuntura geral visando à garantia de uma sociedade mais justa no presente e no futuro.

A denominação da reserva em questão é proveniente do nome genérico que, historicamente, vem sendo usado para denominar a região em que essa reserva está situada. O termo *Tupé*, do tronco lingüístico tupi designa um tecido entrançado, feito com talas de arumã, uma palmeira regional, cor de palha natural e/ou tingido em cores variadas, usado para secar os produtos da lavoura, forrar o chão, cobrir embarcações, podendo ainda ser utilizado como peça artística e de artesanato.

Das seis comunidades da reserva, o *locus* dessa pesquisa se concentrou na Comunidade Colônia Central pelos seguintes aspectos: primeiro, pelas diferenças existentes no modo de vida dos moradores desta comunidade, cuja realidade permite que as categorias trabalho e subsistência se configurem como formas diferentes de compreender o cotidiano das pessoas que lá habitam, depois pela aproximação entre os moradores, pois, apesar de ser distantes, as moradias configuram um relacionamento social de compadrio. Por último, o fato de o pesquisador já se encontrar realizando observações em relação ao modo de vida dos moradores das comunidades da reserva, facilitando, desta forma, o deslocamento e a sua inserção como pesquisador junto aos moradores, quando das observações *in loco*.

A forma como se encontra estruturado o processo histórico de formação da Comunidade Colônia Central determinam a ação antrópica existente nos dias atuais. A sua gênese ocorreu a partir de um fato historicamente determinado. Talvez, aí se encontrem algumas justificativas para tantas diferenças no modo de vida, apesar de estarem situadas no mesmo espaço geográfico da RDS Tupé.

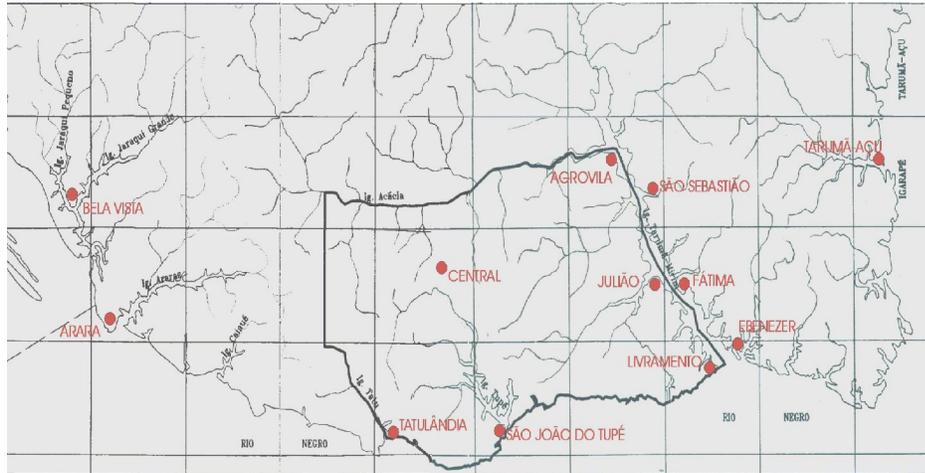
A população humana da Comunidade Colônia Central desenvolve atividades produtivas voltadas para subsistência de forma tradicional (roça e extrativismo). A agricultura de subsistência é realizada de forma tradicional, e o resultado do trabalho é escoado de quatro formas: realização de escambo na própria comunidade, escoamento para o mercado de Manaus, seu próprio consumo e escambo com os moradores da comunidade São João e Julião, como nos informa o morador da comunidade:

Aqui, aqui a gente planta cria, caça e coleta frutas da própria natureza. A gente tem que se virar, se for um cabra molhe não vive. A natureza ajuda, mas se a gente não trabalhar é mesmo que nada. Aqui a gente vive bem, trabalho não falta. A roça aqui é o nosso ganha pão, agora as frutas e as criações é que as vezes dá um pouquinho, mas quando é na época da safra, nós chega a trocar produtos por produtos, pois as vezes levar para Manaus não vale a pena, então é preferível trocar no Julião ou no São João. (Sr. José Mineiro, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo. Março 2007).

A prática produtiva, consumo e comercialização dos produtos derivados do trabalho, conforme o morador, acentua a diferenciação do modo de vida desse grupo social em relação à outras comunidades amazônicas e também denota a sua semelhança, na presença da solidariedade no uso e no consumo dos produtos de trabalho como pequeno agricultor familiar.

Outro aspecto que caracteriza o modo de vida dos moradores dessa comunidade é a forma de ocupação do espaço, que é determinada pela configuração geográfica em que a comunidade está situada. O espaço geográfico ocupado por uma comunidade determina a estrutura física geral da RDS e também dá uma noção espacial da distribuição das comunidades quanto ao seu distanciamento e proximidade. A forma como as comunidades estão distribuídas geograficamente interfere no modo de vida de sua população humana, apresentando suas contradições, conflitos, convergências e divergências. São vidas determinadas pelas formas dos relacionamentos com os recursos naturais, mas também pelo mundo envolvente, dominante. Esse aspecto é observado na figura 4 onde identificamos a localização geográfica das comunidades, inclusive da Comunidade Colônia Central:

Figura 4 – Limites da RDS Tupé, seu entorno e localização das comunidades.



Fonte: SEDEMA – 2003

A figura nos revela a forma como o espaço da RDS Tupé foi se constituindo e observamos que o fato comum entre elas é a sua localização as margens do rio Negro e da bacia do tarumã, a exceção se dá por conta da ocupação espacial da Comunidade Colônia Central, que diferente das demais se forma em terra firme, no meio mesmo da reserva, sendo a sua localização determinante para o nome dado a essa comunidade. As informações caracterizam aspectos relevantes de formação da RDS Tupé, levando-se em consideração que, desde os anos 80, do século passado, até os dias atuais, não foi definitivamente resolvido o problema referente à titulação de suas terras, por parte do Estado, no caso a Prefeitura de Manaus.

É uma área onde a população humana ali estabelecida, não possui nenhum título definitivo das terras que ocupam. Os moradores detêm a posse e o usufruto das terras, mas nenhum morador possui títulos de propriedade. Como uma característica básica do modo de vida da sociedade moderna, a propriedade privada se encontra engendrada numa lacuna em relação à prerrogativa desse direito, pois nem o Estado (poder público municipal), nem os postulantes (famílias tradicionais) e nem os ocupantes (moradores da reserva) detêm a propriedade privada da terra.

A área que hoje conhecemos como RDS Tupé se encontra em litígio, por conta de processos judiciais que se arrastam há dezenas de anos. A pesquisa de campo nos conduz a afirmar que esta área foi doada pelo governador da província do Grão Pará para a família Alvarães, por volta de 1896. Outras famílias manauara

questionam seus direitos à titularidade de extensões de terra situadas no espaço da Reserva.

Ao longo de nossa História, as terras públicas foram gradativamente sendo incorporadas ao patrimônio de famílias que vinham para o Brasil, em especial, a Amazônia, desde o século XVI, quando de sua ocupação. A esse respeito, o Relatório de Ocupações de Terras Públicas na Amazônia (ROTPA) (2002:582) revela que as terras públicas foram doadas para *os apadrinhados dos governantes, beneficiados com títulos de grandes áreas (capitanias, sesmarias, datas de terras e outras figuras congêneres), das quais nunca se exigia aproveitamento adequado.*

O litígio a respeito da titulação das terras onde se localiza a RDS Tupé se arrasta há décadas e nos parece que deverá permanecer por mais anos, pois não há a perspectivas de uma decisão política ou judicial a curto prazo. Enquanto esse problema continua, os moradores da Comunidade Colônia Central tiram dali seu meio de subsistência. A questão litigiosa foi levantada junto ao Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM), onde organizamos os dados conforme o quadro 5 que nos revela um processo de luta pela propriedade privada das terras da reserva, num litígio processual pela titularidade em que se busca fatar a área e o exercício de sua dominação enquanto produto do capital:

Quadro 5 - Processos em tramitação acerca da titularidade de terras na RDS Tupé.

nº do processo	Postulantes a titularidade de terras na RDS Tupé	ÁREA (ha)	Data de início do processo
TD/P/005	Mário Cunha	6.113,2716	25/11/1911
TD/P/056	Carlos Studart	2.261,0720	22/11/1925
TD/P/058	Hilário Francisco Álvares	169,3625	20/02/1896
TD/P/059	Grilo & Costa	461,5687	----
TD/P/060	Lucília Costa da Costa	414,5015	20/06/1954

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007. Org. dos dados: ARAÚJO, C. C., 2008.

A dimensão desses processos demonstra que, desde o final do século XIX, incide sobre aquele espaço geográfico interesses conflitantes. As pessoas nomeadas acima fazem parte de famílias economicamente abastadas e tradicionais do município de Manaus. Com certeza, esses processos têm origem ainda mais antiga em função da forma como essas terras foram tituladas em seus nomes por herança familiar.

O processo de “ocupação” dessa região data do Brasil Colônia, pois, à época, na Amazônia, a responsabilidade pela distribuição de terras era do Estado Colonial, como nos mostra DANIEL (2004:299) [...] *especialmente no Amazonas, podem ter quantas terras quiserem, e puderem cultivar, desfrutando delas tanta fartura para as suas casas, e famílias* [...]. Havia então, conforme o autor, uma facilidade para conseguir a titulação das terras colocadas à disposição das famílias que vinham da Europa para ocupar a Amazônia, ocasionando hoje o litígio entre as diversas famílias, o Estado e a população humana tradicional que ocupam esta região.

A problemática aqui levantada tem importância significativa para a vida dos moradores da reserva, e muito, em particular, da comunidade *locus* da pesquisa, pois é recorrente na vida cotidiana dos mesmos tratarem questões que giram em torno da titularidade da terra. Essa questão é manifesta no discurso do morador:

O problema de nós não ter documento da terra é ruim porque nós nunca vamos poder provar que somos donos, a comunidade não vai poder nunca ter nenhum benefício, onde a gente vai, eles pedem logo o documento da terra, aí a gente desiste logo, até pra aposentar, aqui ninguém consegue. Até hoje não sei como fazer, por isso a gente vive querendo que algum órgão dê pra nós o documento, dizendo pelo menos que nós mora aqui. Há muitos casos de pessoas que perderam algum benefício por conta de não ter um documento que comprove que está morando no seu lote e depois que transformou em reserva as coisas ficou pior, pois o pessoal da SEDEMA já disse que eles não podem fornecer nenhum documento e o pessoal do INCRA diz que também não podem se meter por que ali é uma reserva. (Sr. José Mineiro, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo. Março 2007).

Esse problema possui importância significativa na vida dos moradores, pois, durante a pesquisa de campo, por diversas vezes, essa temática foi tratada em reuniões dos moradores da comunidade, sendo o problema ponto de pauta várias vezes, com a queixa freqüente de muitos moradores. Isto é o que nós poderíamos classificar como um problema comum entre os moradores comunidade.

Diante dessa situação, podemos afirmar que existe uma contradição no cumprimento do papel do Estado neste caso, pois o Estado moderno tem como princípio básico a defesa da propriedade privada e, ao transformar aquela área em uma Unidade de Conservação, este garante o uso comum da terra em situação de litígio judicial, neste caso, o princípio da propriedade privada está *sub judice*, ou seja, suspenso.

Portanto nem a população humana que ocupa e usufrui dos recursos naturais para sua sobrevivência pode firmar-se como proprietária das terras, nem as famílias tradicionais que residem em Manaus, mas que reivindicam judicialmente a propriedade podem aclamar-se como tal, e, por outro lado, o Estado que, ao formalizar a criação da Unidade de Conservação, requerendo para si a responsabilidade de gestor da reserva, não pode assim exercer seu papel como proprietário.

Neste momento, reiterarmos as idéias iniciais que estabelecemos neste capítulo, quando afirmamos amparados nas idéias formuladas pelo socioambientalismo que se faz necessária uma crítica profunda ao modelo econômico vigente. Vários autores se detêm nas explicações da mais variadas crises: econômica, energética, social, educacional, moral, ecológica, espiritual, etc. Porém, baseado nos princípios abordados por Sachs (1993) e Leff (2001), o que temos hoje, de forma objetiva, é uma crise do tipo de sociedade que nós construímos ao longo dos anos e que estamos reproduzindo ainda hoje.

É necessário reafirmar a nossa compreensão de que esse modelo de sociedade não consegue criar riqueza sem produzir pobreza; não é capaz de gerar desenvolvimento econômico, sem simultaneamente produzir exploração social local e internacional. Sendo ainda antidemocrático porque está baseado num sistema político de controle e de domínio dos mais ricos sobre os mais pobres.

Esse modelo nega o processo de instauração de uma democracia que respeite as formas de organização social, assentada num regime de participação da maioria, forma esta que se articula ao redor do bem-estar da maioria mediante a participação ativa, que crie mais e mais níveis de igualdade e o sentimento de solidariedade e respeito às diferenças culturais.

A utopia da democracia socioambientalista se coaduna com os movimentos sociais reivindicatórios da libertação dos excluídos do processo produtivo que explora o homem pelo homem, devendo se contrapor a esta sociedade que explora e reproduz desigualdades. Esta democracia deve ser pautada no respeito à cultura, na valorização da cidadania, da participação, da solidariedade e, deve fazer apologia

a um desenvolvimento que atenda às demandas de todos e não apenas, dos mais bem aquinhoados economicamente.

Avaliando concretamente o modelo de desenvolvimento econômico atual, podemos observar que o conceito de *desenvolvimento sustentável* está por se construir, uma vez que o modelo vigente de sociedade não favorece a solidariedade, mas, a concorrência, não o diálogo e o consenso, mas, a luta de todos contra todos. Por isso, a potencialidade humana de sensibilidade pelo outro, de ternura pela vida, de colaboração desinteressada é negada para dar lugar ao processo de objetivação do consumo imediato das coisas produzidas, consolidando a exclusão social e a prática da vantagem pessoal. Essa opinião é compartilhada também por BOFF (1995:98) ao tratar da forma como o homem vem estabelecendo as relações econômicas na sociedade atual:

Para este tipo de economia do crescimento a natureza é degradada a um simples conjunto de "recursos naturais", ou à matéria-prima em disponibilidade dos interesses humanos. Os trabalhadores são considerados como "recursos humanos" ou pior ainda "material humano" em função de uma meta de produção. Como se depreende, a visão é instrumental e mecanicista: pessoas, animais, plantas, minerais, enfim, todos os seres perdem sua autonomia relativa e seu valor intrínseco. São reduzidos a meros meios para um fim fixado subjetivamente pelo ser humano que se considera o centro e o rei do universo. Este quer enriquecer e acumular bens para si.

A perspectiva de um desenvolvimento sustentável pautado nos paradigmas socioambientais estabelece que pobreza e miséria são questões sociais e não só naturais. Elas são produzidas pela forma como se organiza a sociedade. Hoje, busca-se a compreensão de que o ecológico é parte do social no seu sentido amplo.

Esse processo ecológico tem a ver com as relações sociais em todas as suas dimensões e, por conseguinte, tem a ver com o modo como as pessoas na Comunidade Colônia Central constroem seu processo produtivo. Tudo está interligado. Não há compartimentos fechados, o social de um lado, o ambiental de outro. O social e o ambiental interagem a partir da ação antrópica, tendo como base as formas de trabalho desenvolvidas pelo homem.

Essa é a realidade que se configura na vida dos moradores da Comunidade Colônia Central, pois o seu viver cotidiano se mostra ser de baixa condição

econômica, onde a alimentação está sendo subtraída da terra, a moradia é sem estrutura sanitária, a renda para consumir os bens produzidos pelo capitalismo são inexistentes. A forma de sua subsistência, ou reprodução como trabalhador, se dá na relação direta com a natureza. Essa condição se materializa no relato do morador ao se referir sobre a relação entre o seu trabalho e a sua forma de subsistência social e econômica:

Aqui, o trabalho é muito e o ganho é pouco. A gente se vira de todo jeito, faz a roça, cria uns animais, caça, colhe frutos do mato, vende a produção do cupuaçu. É aqui pra viver tem que fazer muitas coisas, se for esperar só da natureza, não vive. A nossa casinha é assim, de pobre, mas é nossa. Aqui ninguém vem tirar a gente. As dificuldades são muitas, mas com trabalho e fé em Deus a gente vai vencendo as barreiras. A gente somos assim pobres, mas ao menos nós não ta roubando, pra que ter muito e ficar roubando. É com suor que aprendi que a vida é melhor. (Luiz Monteiro, morador da Comunidade Colônia Central, pesquisa de campo, 2007).

A fala do morador expressa uma outra lógica de vida. Uma lógica desprovida das características do modo de vida hegemônico. Representa, em sentido amplo, a busca de um viver solidário, com a valorização e consumo da sua força de trabalho, nos remetendo ou nos aproximando de um modo de vida que aponta para um desenvolvimento local sustentável.

Neste sentido, os diversos movimentos pelos quais passaram as sociedades até os dias de hoje não bastam a si mesmos. O conservacionismo deve atentar para o fato de que hoje todo o planeta deve ser conservado, porque todo ele está ameaçado. Por outro lado, o preservacionismo deve observar que a lógica de se preservar os recursos naturais é importante, mas a participação e o papel do homem neste processo são determinantes para os rumos da humanidade e dos recursos naturais e, por conseguinte, o ambientalismo necessita entender que não é o homem por sua natureza o real causador da degradação ambiental, mas as formas como se estabeleceram as relações sociais e econômicas no decorrer histórico das diferentes sociedades.

A realidade nos mostra que o ser humano faz parte do meio ambiente e vice-versa. O homem é um ser da natureza com capacidade não só de modificá-la, mas também de transformar o meio social em que vive e a si mesmo e assim produzir uma sociedade mais justa. O processo histórico pelos quais as sociedades se constituíram demonstra que todas as fases se basearam e se baseiam na

exploração das pessoas e da natureza. No afã de produzir desenvolvimento material ilimitado, o homem desenvolveu desigualdades entre o capital natural, o capital produzido pelo homem no processo de trabalho.

Esse processo reproduz a exploração da força de trabalho com toda a consequência de deterioração da qualidade de vida das populações humanas, em particular, a que faz parte do *locus* de nossa pesquisa. Temos a convicção de que os moradores da Comunidade Colônia Central são vítimas do modelo econômico que construímos até hoje, por isso apresentam as condições sociais e econômicas que explicitamos de forma breve até aqui.

Entendemos que, diante desse contexto, emerge uma nova exigência, de uma ética que não apenas se restrinja aos comportamentos dos seres humanos entre si, mas em sua relação para com o meio ambiente (ar, terra, água, animais, florestas, etc). Ou seja, a ética não pode ser apenas ambiental, mas socioambiental, pois como vimos o ambiental vem marcado pelo social, e o social, pelo ambiental, numa relação dialética incessante. A vida dos moradores na RDS Tupé está diretamente determinada por esse continuum das relações sociais e das forças produtivas como afirma Freire (1986) “encharcado” pelo conceito de desenvolvimento sustentável.

Essa nova ética deve ser pautada na solidariedade, na equidade e democracia participativa dos atores sociais que transformam os recursos naturais em bens necessários para a subsistência humana, menos desigualdade no usufruto do trabalho produzido pelo homem e respeito aos valores culturais do outro como sujeito, além de uma relação mais responsável do homem para a natureza. Essa ética é representada pelo conceito utópico do desenvolvimento sustentável. Uma ética da ação antrópica determinada por uma menor desigualdade entre as diferentes sociedades.

1.2 A vida social, econômica, ambiental e cultural na Comunidade Colônia Central.

Em linhas gerais, autores como Fernandes (1973), Souza (2000), Ammann (1997) e Wagley (1988), vêm estabelecendo formulações conceituais a respeito do

significado do termo "comunidade". Este termo assume importância nas interpretações operadas por esses pensadores contemporâneos, por se voltarem para o esclarecimento conceitual do termo e na insistência em dar substância social a um conceito – o de comunidade – que se apresenta problemático para a sociologia, assim como para a maior parte do pensamento social contemporâneo.

O problema pode ser posto nos seguintes termos: a diferença socioeconômica entre a sociedade caracterizada como cidadania plena e as formas de vida na Amazônia como sendo suficiente para caracterizar esta última como uma entidade comunitária.

Na busca da compreensão do significado da palavra "comunidade", tal como hoje circula nos textos sociológicos e no âmbito acadêmico percebemos que a palavra comunidade pertence a uma linhagem conceitual caracterizada por apelos ao conagraçamento e a propostas coletivas, capaz de evocar, junto ao ativismo social, algo como um "espírito comum" ou uma "comunidade global dos espíritos", tal como fora preconizado por Ammann (1997) e Souza (2000) ao se referirem às experiências de comunidade no Brasil.

A busca pela compreensão do significado do termo "comunidade" nos levou à concluir que esta designação se tornou "um nominalismo vazio", na medida em que o conceito de comunidade implica coletivismo, conagraçamento, espírito comum, esta designação estaria produzindo um sentido social generalizador e totalizador, que acaba confinando os sujeitos que fazem o sentido de comunidade. Se partirmos nessa direção a existência de uma dicotomia está presente entre o espaço geográfico da comunidade e os sujeitos que as compõem. Sujeitos vivos, que produzem relações sociais e, portanto, produzem cultura, no âmbito de uma avaliação coletivizadora, com base em critérios éticos e morais que, via de regra, é desqualificada; Ou seja, a comunidade passa a ser "lida" como um coletivo de sujeitos inatos, vazios e anômalos, sem substância real e concreta do mundo das relações sociais. A nossa linha de pensamento e as características do modo de vida do grupo social centrouense se aproxima da definição de FERNANDES (1973:76) ao inferir sobre essa temática que:

A comunidade não constitui uma relação social simples e primitiva. Ela é ao mesmo tempo complexa, uma vez que associa, de maneira

muito frágil, sentimentos e atitudes heterogêneos, e aprendida, uma vez que somente graças a um processo de socialização, que, a rigor, nunca termina, aprendem a participar de comunidades solidárias. Ela já mais é pura, já que vínculos comunitários estão associados a situações de cálculo, conflito ou mesmo violência. Por isso, a falar de comunidade, é preferível falar de “comunalização” (*Vergemeinschaftung*) e investigar como se constituem e se mantêm certas “solidariedades difusas”. [...] o que caracteriza uma comunidade inicialmente é ter uma rede de interações interpessoais que possua, ao mesmo tempo, resiliência e plasticidade. Também são necessários certos “laços sagrados” (*sacred tiés*) que possam ser objeto de identificações simbólicas. É preciso enfim, que o grupo se ajuste sem choque ao sistema de interdependência (*society at large*) em que se encontra inserido. Sob essas condições, cada um desses grupos constitui uma comunidade.

Ao aprofundarmos o uso do termo "comunidade", tendo como base um agrupamento social que, no caso, vive em situação de precariedade de recursos, como é o caso dos moradores que habitam a Comunidade Colônia Central, de fato estaremos diante de uma comunidade, pois comunidade, no nosso entendimento, passa a ser o todo de uma sociedade. É a percepção de que um determinado modo de vida está situado geográfica e historicamente, estando situado numa condição *sine qua non* pelas condições de vida social, política e econômica de uma sociedade. A imagem identificada na figura 5 é significativa em relação a essa situação, pois a comunidade só existe na presença dos seus sujeitos, que determinam as diferentes formas de desenvolvimento do espaço geográfico da mesma.

Figura 5: Ambiente das casas na Comunidade Colônia Central.



Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Compreender o significado da palavra comunidade de outra forma, é ser levado ao reducionismo, é ter o termo no sentido da segmentação de interesses destes grupos sociais - que podem ser comuns, mas antagônicos também - mas o significado deste termo engendra aspectos complexos como a sua relação com as

questões que envolvem a condição do homem como um cidadão, já que, em nosso entendimento, a cidadania passa pelo interesse de cada membro que compõe determinada comunidade, elevando o significado do *locus* da sua abrangência.

Na vida em comunidade se apresentam interesses individuais e grupais, que se expressam em jogo de relações e de interesses, mas tendo como foco o que toda sociedade busca: O “ideal do bem comum através da sociabilidade”.

A Comunidade colônia Central está determinada pelo processo histórico de expansão da cidade de Manaus, pois sua origem foi influenciada por esse processo, quando um grupo de moradores se deslocou para aquele espaço, no bojo da formação de um assentamento de terras coordenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O modo de vida das pessoas que ocupam este espaço na atualidade é fortemente marcado pela condição do trabalho de subsistência. A comunidade que se constituiu a partir de então se movimenta a cada dia, de acordo com as peculiaridades sociais, políticas e econômicas que engendram a realidade local e nacional. O espaço de terras ocupado pelos moradores se transformou numa comunidade marcada pela sua característica e formação de valores culturais dos interesses individuais e coletivos.

De acordo com FERNANDES (1973: 57), o termo comunidade não pode ser confundido com o termo sociedade, antes os termos fazem parte de um mesmo processo, mas constituem-se de elementos diferentes, pois:

O conceito de “sociedade” é o que fica mais próximo da “integração profunda”, através dos laços de cultura, de solidariedade moral e de civilidade. No entanto, onde o conceito de “comunidade” não aparece como uma forma específica de integração societária (como na Inglaterra, nos Estados Unidos e, geral, entre sociólogos de orientação materialista), é ele que passa a refletir melhor o “sub-orgânico e o “orgânico na organização da vida em sociedade podendo-se falar, por isso, em comunidades [...] Doutro lado, onde o conceito de “comunidade” reduz-se a uma modalidade da existência societária – aquele que envolve os graus mais profundos de identificação espiritual e de comunhão ideal [...].

Definir ou mesmo conceituar o que vem a ser uma comunidade não é tão simples, pois há entre os diversos teóricos vários entendimentos a respeito da

temática, determinando uma compreensão cada vez mais complexa. Não podemos aceitar que um aglomerado de pessoas possa significar uma comunidade. Esta também é uma postura reducionista diante da amplitude e complexidade de significados do termo comunidade.

Desta forma, ao organizar as relações de trabalho, produção e exploração em família, torna-se possível o atendimento das necessidades básicas de subsistência das populações sob as diferentes condições ambientais, determinando assim, um conceito mais objetivo de comunidade. Por isso, o agricultor familiar não é tido apenas como ávido produtor interessado exclusivamente em rentabilidade econômica, mas, como um agricultor rural que considera também as necessidades e objetivos da sua família. É dessa forma que se insere a vida cotidiana do mundo do trabalho dos colonos da Comunidade Colônia central. Esses se estabeleceram a partir de um assentamento, mas construíram suas próprias formas de organização espacial e social. Seu modo de vida está diretamente relacionado e condicionado pelo entendimento do termo desenvolvimento sustentável.

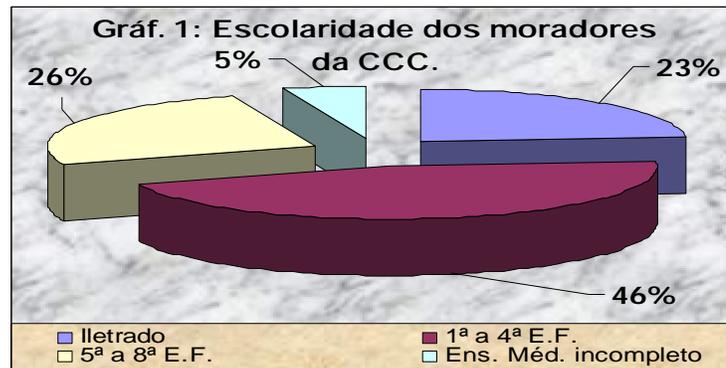
A gênese histórica desta comunidade, aqui já descrita, nos remete a esse processo, numa condicionante, onde a vida dos moradores sofreu essa influência, já que, na perspectiva do ambientalismo - avaliando concretamente o modelo de desenvolvimento econômico atual, podemos observar que o conceito de *desenvolvimento sustentável* está por se construir historicamente, onde modificações importantes na estrutura do modo de produção tem sido observado.

A Comunidade Colônia Central se insere neste contexto, pois os seus sujeitos - os moradores - que ocupam o seu espaço foram gradativamente dando forma às suas respectivas relações sociais e de produção, onde o trabalho *a priori* traz em seu fundamento material e imaterial o determinante da sustentabilidade, onde os mesmos ao se inserirem num determinado contexto sociopolítico e ambiental que caracteriza a sua identidade social como uma população humana tradicional, posto que, passam a assumir uma relação de pertencimento ao lugar, assim se expressando sobre o processo histórico de transformação daquela área em uma Unidade de Conservação:

Não, nós nunca fomos consultados sobre essa tal de reserva. Quando a gente soube já tinha transformado a área em reserva. Depois é que a SEDEMA chegou e fez uma reunião para dizer que a gente não podia mais degradar o meio ambiente por que a área agora era uma reserva. E assim ficou. A gente não foi informado sobre o que era esse negócio de reserva. Só sei que sentimos medo de perder as nossas terras por que proibiram a gente de caçar, de pescar, de plantar, de fazer qualquer coisa, a não ser se tivesse a autorização da SEDEMA, mas não deram alternativas não. Uma vez o pessoal da SEDEMA até falou que iam oferecer alternativas, mas até hoje não falaram nada. E a gente continua aqui. Hoje eu não sei se foi bom a área ter se transformado em reserva. (Adison Vieira, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

A fala do morador estabelece uma relação direta do seu modo de vida com as questões que giram em torno do desenvolvimento sustentável, onde o contexto social e político foram determinantes a partir de um processo histórico, transformando a área em uma Unidade de Conservação, inserindo de forma verticalizada as relações sociais ali estabelecidas num processo de contínuo devir numa conjuntura em que está envolvida a questão ambiental. A transformação da área em estudo numa Unidade de Conservação é determinante para modificar o modo de vida dos colonos, pois passaram a ter o seu processo produtivo e sua subsistência delimitada pela ação do Estado ordenando o comportamento dos moradores, sem ao menos conhecer esse mesmo modo de vida. No discurso do colono encontra-se uma lógica não hegemônica, que contradiz a constatação de que o tipo de sociedade e de desenvolvimento que reproduzimos não produz riqueza, sem, ao mesmo tempo, gerar degradação ambiental e social, pois a fome da população, as doenças, a falta de habitação, de educação e lazer, a ruptura dos laços familiares e sociais são o que podemos considerar agressões ecológicas contra o ser humano, especialmente, o mais indefeso que é o pobre e marginalizado, como é o caso dos moradores da Comunidade Colônia Central.

As políticas públicas, de um modo geral, a começar pelo acesso à educação não chegou à vida dos colonos nessa comunidade; ou seja, temos uma situação peculiar de um Estado de Direitos ausente. Essa realidade é vivida pelos moradores da Comunidade Colônia Central, sendo facilmente observada nas informações coletadas durante a pesquisa de campo, gráfico 1 em que a escolaridade dos moradores se encontra num nível que poderíamos classificar como abaixo da média nacional, o que demonstra a ausência do Estado junto a essa população:



Fonte: Pesquisa de campo, 2007. Org. dos dados: ARAÚJO, C. C., 2008

O nível de escolaridade de determinada população é elemento significativo para compreendermos a situação social e econômica desta. No caso dos moradores da Comunidade Colônia Central, observamos nos dados acima o baixo índice de escolaridade, pois até a 8ª série do ensino fundamental se encontram 95% dos moradores.

Essa realidade denota uma vida cotidiana de exclusão desses moradores em relação aos bens de consumo produzidos, porém não determina que estes não utilizem seus conhecimentos tradicionais para desenvolver um processo produtivo que, ao mesmo tempo, garanta a sua subsistência e preserve os recursos naturais, utilizando-os sabiamente para a sua manutenção.

É no trabalho que essa população tradicional determina seu modo de vida distinto, pois: *“O sítio é o lugar do trabalho por excelência. Mas ele é igualmente o resultado do trabalho, pois é um espaço construído; melhor dizendo, um conjunto de espaços articulados entre si, que lhe permite organizar-se como um sistema de insumos e produtos. [...]”*. WOORTMANN (1977:27).

Compreender o processo histórico do surgimento e da consolidação das relações sociais e de produção desenvolvidas pelos moradores da Comunidade Colônia Central, significa relacionar estes processos ao que está sendo formulado sobre o significado do termo desenvolvimento sustentável como uma interação teórica que não é distante da realidade vivida pelos moradores.

Historicamente, o estudo de comunidade tem se direcionado para os segmentos majoritários da população como usuários diretos dos seus processos de

trabalho. Já o Desenvolvimento de Comunidade se contextualiza como um processo técnico-metodológico de ação comunitária, tendo uma relação direta com as demandas do contexto sócio-histórico e ambiental em que se situa, determinando as suas estratégias metodológicas e os objetivos a serem atingidos. Seguindo essa mesma linha de pensamento SOUZA (2004:21), se refere à temática afirmando que:

O Desenvolvimento de Comunidade é uma forma e um processo de cooperação social. Sua atualidade e importância têm, nesse processo, algumas raízes que precisam ser compreendidas para que ele seja assumido em sua significação sócio-histórica, assim como em suas relações similares e/ou antagônicas com outros processos de atuação comunitária.

No Desenvolvimento de Comunidade, as aglomerações humanas situadas num determinado espaço geográfico constituem uma comunidade – objeto da prática do Desenvolvimento de Comunidade, na medida em que a organização do cotidiano leva à criação de canais particulares de expressão, cuja integração entre os membros abrangia todas as relações sociais.

A Comunidade Colônia Central se insere neste contexto considerando que sua gênese está determinada por fatores sociais (a relação de vizinhança), econômicos (a relação de subsistência), e ambientais (as formas de uso dos recursos naturais).

O desenvolvimento da Comunidade Colônia Central, a partir de então, expande-se em ações dos moradores que a integram como sujeitos desta comunidade e deste desenvolvimento, num vínculo orgânico indissociável, ajudando ou contribuindo para que os grupos e subgrupos de classe desse determinado espaço físico desenvolvam uma compreensão crítica da sua realidade, tendo como princípio o espírito participativo, na busca do equacionamento das suas problemáticas de ordem coletiva ou individual. Esse processo se consolida na realidade da vida dos moradores na vida cotidiana do trabalho para a garantia de sua reprodução, pois:

Plasmado sobre um esquema conceptual societário que se rege pelos supostos da harmonia e do equilíbrio, o Desenvolvimento de Comunidade é então definido como “processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país”. (AMMANN, 2003:32).

O desenvolvimento sustentável, portanto se insere nesse contexto, em nosso entendimento, posto que designa um esforço articulado e busca o enfrentamento dos interesses e preocupações da população comunitária, sendo esta um reflexo da ação ente seus moradores, a fim de minimizar as problemáticas no âmbito de suas relações na comunidade, passando a integrar e capacitar a comunidade para uma respectiva pró-ativa.

Por outro lado, nas idéias formuladas por Sachis (1993) o desenvolvimento sustentável supõe a organização da população local, pois é através desta que se dá a reflexão e ação sobre a sua realidade cotidiana. O desenvolvimento das relações sociais e de produção estabelecidas pelos moradores da Comunidade Colônia Central se caracterizam como um processo que depende da política e da ideologia historicamente assumidas por estes mesmos sujeitos numa determinada sociedade. Nesse sentido, WANDERLEY (1998:77) in Silva, tratando da relação ideológica no conjunto das ações participativas de determinado grupo social nos alerta que:

O desenvolvimento de uma comunidade define-se como um componente estratégico do processo de desenvolvimento, em virtude de promover a integração da participação organizada da população, nos momentos de decisão e de execução de diretrizes, objetivos, metas e programas de ação.

Cada comunidade está inserida num contexto histórico particular em condições de desenvolvimento. É a partir desta realidade que a prática do Desenvolvimento de Comunidade desenvolve os seus processos de trabalho, ultrapassando a dimensão individualizada para uma dimensão comunitária e coletiva. O espaço social da Comunidade, tido aqui como território, é mais do que um programa local de desenvolvimento, é, acima de tudo, um movimento que implica transformações das estruturas, no plano local, estando esse estritamente inter-relacionado ao processo de organização e ao modo de vida dos sujeitos que formam a comunidade.

São comportamentos que denotam ações que consolidam um modo de vida baseado no sentimento participativo e de responsabilidade para com o outro. Há uma vivência de solidariedade entre esses sujeitos estudados. O espaço comunitário é vivenciado para além dos interesses comuns. Nele se estruturam relações sociais

baseadas em comportamentos culturais específicos. Esse processo dinâmico e contextualizado socioambientalmente é que caracteriza em nosso entender o significado do termo desenvolvimento sustentável, com essa característica sendo percebida nas relações de trabalho dos colonos da comunidade estudada.

Essa é uma realidade que se presencia no cotidiano da vida dos moradores na Comunidade Colônia Central. Durante a pesquisa de campo, uma moradora assim se expressou sobre esse aspecto, corroborando as nossas formulações:

Nos sentimos felizes por estarmos morando aqui, apesar de todas as dificuldades, estamos sempre em contato com a natureza e sabemos que estamos ajudando a preservar a natureza. Aqui nos trabalhamos e não se preocupamos com os filhos que ficam em casa. Apesar de termos muitas coisas pra fazer ainda temos tempo para conversar com os vizinhos que aqui não é só amigos é também parceiros, porque agente se ajuda. Aqui é bom porque nós fazemos coisas juntos, mas também fazemos separados. Aqui nós vivemos em comunidade [...]. (Ana Maria, moradora da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

A fala da moradora expressa a forma como cada elemento participa na construção do processo coletivo, sendo que, ideologicamente, esta participação efetiva dos indivíduos se torna pressuposto da construção democrática, da relação social, superando o processo da situação do povo marginalizado, oprimido e dominado, construindo uma nova concepção de mundo, onde a comunidade luta pela reprodução de sua existência, buscando oportunidades e efetivação da garantia dos direitos humanos, para que tais transformações sejam profundas no sentido da igualdade e justiça social.

A Comunidade Colônia Central assim como outras localizadas na RDS Tupé e na região amazônica têm sido organizadas tendo como referência a busca do desenvolvimento sustentável numa perspectiva de mudança social, econômica e ambiental, para alcançar um desenvolvimento local, pautado nos princípios da sustentabilidade e do viver comunitário num contínuo processo educativo.

O processo de desenvolvimento da Comunidade Colônia Central conduz os sujeitos que a integram à tomada de decisão de forma crítica, na busca de ações democráticas que evidencia, nesta prática social, a busca de uma vivência igualitária e a promoção do bem-estar social entre os mesmos, amenizando os problemas

sociais e econômicos determinados pelo modo de produção vigente ao seu modo de vida.

É neste cenário que o modo de vida dos moradores da Comunidade Colônia Central se constitui numa dinâmica coletiva, onde cada indivíduo desenvolve seu papel na sociedade, dando vida ao seu cotidiano, expressando a sua historicidade de forma única, no contexto da realidade amazônica.

Para os moradores da comunidade estudada, a Amazônia não é só ambiente físico, nem só ambiente humano, mas também se constitui em um todo complexo que envolve aspectos políticos e sociais, é fruto de toda uma construção histórica do estabelecimento de relações sociais dos homens entre si e com a natureza, formatando o que consideramos neste trabalho como ação antrópica, na perspectiva do entendimento da relação histórica entre o homem e a natureza. Sobre esse aspecto um morador assim se expressa:

Eu não sei dizer muito sobre desenvolvimento sustentável, até mesmo porque as pessoas falam muito nisso, mas não explicam nada. Agora eu sei que a Amazônia é importante pra isso porque todo mundo está preocupado com o desmatamento, a poluição dos rios, com a extinção de animais. Agora eu acho que esse negocio de preservação só pode ser feito se nós pessoas humanas agir de acordo com a natureza. Eu sei que as grandes empresas não querem nem saber de preservar, querem é destruir tudo o que tiver, agora nós, colonos, os caboclos, os indígenas, os ribeirinhos a gente só quer explorar pra se manter, por isso a Amazônia não está tão desgastada. Desenvolvimento sustentável é a gente saber tirar da natureza, mas deixar que ela própria renasça e a sua gente possa ter uma vida digna. (Adison Vieira, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

A relação de respeito, de solidariedade e de harmonia para com os elementos da natureza que cercam suas vidas está presente no discurso do morador, ou seja, é evidente no pensar e no viver desses colonos uma relação que designa as proposições teóricas de Sachis (1993) e Leff (2002) quanto ao processo de construção de uma sociedade sustentável. Essa designa também uma lógica diferente das relações hegemônicas construídas historicamente pelo capitalismo.

A gênese histórica do desenvolvimento das relações sociais e de produção realizadas pelos moradores da Comunidade Colônia Central se deu no contexto

do processo de desenvolvimento e ocupação da Amazônia, tendo seu início com a migração dos povos do interior do estado em busca de refúgio e bem-estar social. São sujeitos que passam a ocupar o espaço amazônico durante os ciclos da borracha, da Zona Franca de Manaus (ZFM) e por último, o Pólo Industrial de Manaus (PIM). Estes modelos de desenvolvimento deixaram como órfãos milhares de pessoas excluídas do processo produtivo, que foram gradativamente ocupando os espaços amazônicos de Manaus: beira de igarapés, áreas periféricas e áreas rurais como é o caso da Comunidade Colônia Central, ao se estabelecerem naquele espaço determinado. Em relação a essa questão afirma o morador:

Na época a gente não falava em comunidade, era família, uma família chegava num lugar se assentava e passava de geração pra geração, então há mais ou menos quinze anos atrás que foi formando a comunidade, daí começamos a ter o nome de comunidade, na época não era comunidade, [...], a Comunidade Central. [...]Nos fomos chegando, eu o Baru e o Luiz, viemos de Manaus para ocupar aqui, por que disseram pra nós que era um assentamento. Como nós estava desempregado, aceitamos ocupar os terrenos. Foi assim que foi gerando essa comunidade, a minha foi a primeira família a vir pra cá, naquele tempo. Eu, por exemplo vim do maranhão por que disseram lá que aqui tinha muito trabalho, mas não é verdade. Uma pessoa como eu, sem estudos não consegue trabalho, por isso lutamos para nos acomodar nestas terras. (Adison Vieira, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

O espaço urbano e rural de Manaus em relação a sua ocupação tem sofrido a influencias dos diferentes ciclos econômicos existentes na região. Esse fato é também pertinente para a gênese da Comunidade Colônia Central, pois ocuparam esse espaço os deserdados do processo de desenvolvimento do capitalismo. Ali se estabeleceram e fundaram suas próprias formas de vida, forma essa que se contrapõe ao modelo hegemônico ao consolida seu modo de vida através do trabalho não assalariado, articulando os meios de produção (terra e equipamentos rudimentares) e sendo donos de suas próprias forças de trabalho.

No que se refere à historicidade da comunidade, a denominação Colônia Central se deu em função da localização geográfica da comunidade, conforme observamos na figura 3 (p.15), onde fica objetivada a sua localização no centro da área da abrangência da reserva. A Comunidade Colônia Central tem, em função da sua localização geográfica, aspectos que lhes são peculiar, que a diferenciam das demais comunidades existentes na reserva. Um dos principais aspectos diz respeito

à forma como se consolida a ocupação do espaço, pois todas as demais comunidades da reserva se localizam às margens do rio Negro, no entanto a Comunidade Colônia Central se situa em área de terra firme, no interior mesmo da reserva.

Essas especificidades determinam uma maior dificuldade em relação ao seu processo produtivo, econômico e social, alterando o modo de vida dos moradores desta comunidade, pois exige maior esforço físico e determinação para o desenvolvimento das atividades de subsistência. Durante a pesquisa de campo, esse aspecto da vida social e produtiva dos moradores se apresenta no discurso do morador ao relatar:

As coisas aqui é difícil, por que o acesso é ruim, não entra carro. A gente tem que levar a produção nas costas ou na bicicleta, quando se tem. A nossa produção as vezes se estraga por que a gente não tem como tirar daqui, como é o caso do cupuaçu e da farinha. É, a nossa vida é muito sofrida, mas eu gosto daqui. É aqui que tenho trabalho, em Manaus eu vivia sem trabalho. A nossa situação fica pior quando chega a seca do rio, pois para chegar até as lanchas a distancia é maior. (José Levi, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

Neste processo de ocupação da Amazônia, a Comunidade Colônia Central surgiu e se desenvolveu, passando a ser pensada não só como um *locus* de trabalho, mas também como uma busca da garantia do bem-estar social das famílias que habitam esta região. A família é o centro da vida social e com isso passaram a estabelecer, cotidianamente, relações sociais, mantendo um intercâmbio com a natureza, cujos valores e crenças seguiram os pressupostos da sabedoria indígena, num contínuo aprendizado acerca dos rios e da floresta, dando subsídios à sobrevivência, enfim, sujeitos às transformações nos processos socioeconômicos e culturais amazônicos.

Os moradores da Comunidade Colônia Central assim como em outras comunidades amazônicas possuem uma notória influência indígena visível no modo de viver das pessoas, seja através da sua alimentação, das crenças populares e de sua religião, seja nas técnicas e nas artes da caça e pesca. Possui uma vasta riqueza natural, apresenta ambientes distintos em um único espaço geográfico, tanto na área de terra firme, quanto na área ribeirinha, às margens do rio Negro.

No caso específico da Comunidade Colônia Central, 100% de seus moradores ocupam a área de terra firme, já que estão situados às margens do ramal denominado perimetral que tem aproximadamente 22 km de extensão, em linha reta, indo da comunidade Julião ao Igarapé Caniço, que deságua no rio Negro, na Comunidade Livramento. É, nas margens deste ramal, que as famílias se abrigam determinando seu modo de vida, dando dinâmica às relações sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais, conforme se observa na figura 6 ao qual expressa a forma como os colonos estão situados no espaço a partir do ramal perimetral:

Figura 6. Ramal Perimetral, onde os moradores moram e trabalham.



Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Na área de terra firme, as moradias são construídas às margens do extenso ramal, com uma distância de aproximadamente 2 km uma das outras, ou inseridas em localidades onde as ramificações são "isoladas", distanciando-se do ramal principal, com as moradias sendo interligadas através de trilhas feitas pelos próprios moradores. Com seu modo peculiar de produzir e reproduzir suas relações sociais, culturais e suas relações de trabalho estas famílias vivem numa total dependência dos recursos da natureza.

Os moradores da Comunidade Colônia Central são totalmente desassistidos pelo Estado, pois não há a presença de nenhum serviço público, conforme demonstrado nos dados do trabalho de campo no quadro 2 (p.8). A comunidade não é, portanto, reconhecida pelo Estado, apesar de sua proximidade com o centro urbano de Manaus. Porém o fato de o município ter formalizado aquela área como

uma Unidade de Conservação fica evidenciado que a Comunidade Colônia Central pertence juridicamente ao município de Manaus.

Portanto, no âmbito da história da comunidade, os moradores vivenciaram problemáticas relativas ao processo econômico, político e social, que se fazem presentes também em diversas comunidades amazônicas. Questão que conflitam entre igualdade e desigualdade, justiça e injustiça social, luta pelo cultivo da terra, pela preservação do rio e da floresta, fazem parte do cotidiano desses moradores seguindo a luz da sua história.

Observando, empiricamente, a partir do trabalho de campo, pudemos constatar que, nas relações sociais estabelecidas pelos moradores na Comunidade Colônia Central, se evidencia algumas características semelhantes às relações sociais estabelecidas na Comunidade Amazônica de Itá, descritas na obra de Wagley (1988), relacionados aos prestígios classificatórios que definem a posição social de Itá com a posição social que se encontram os moradores da Comunidade Colônia Central. Segundo Barbosa (1983:40), a valorização do binômio pessoa versus meio social através das relações sociais se consolida num processo onde:

O meio deixa de pertencer somente ao espaço, se a ele adicionar-se a palavra social. Ampliar-se até alcançar o horizonte do homem e os limites de seu poder de manter relações com seus semelhantes, e, se reduz até excluir todo aquele que não tem influência real sobre sua vida emotiva, mental e espiritual.

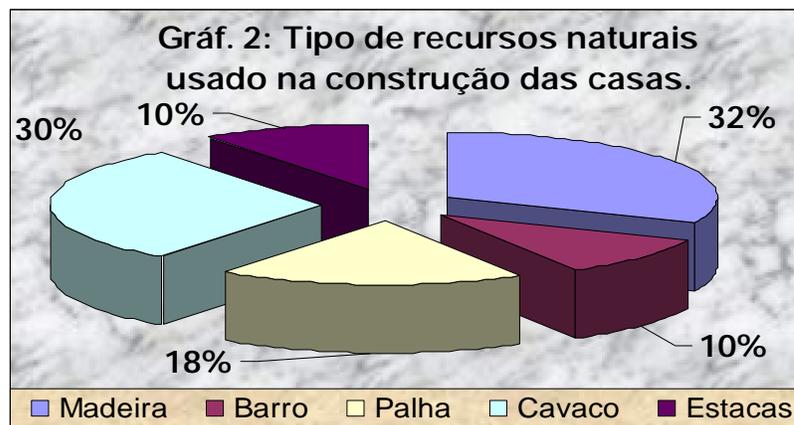
O ser humano, no meio em que vive, assume um posicionamento social de forma interativa com os demais indivíduos. Contudo, dentre as relações sociais desenvolvidas, haverá um destaque quanto à posição social que este assume. A localização geográfica dos sítios, ou lotes como são denominados pelos moradores e o desenvolvimento da produção é que determinam a posição na comunidade definindo a estratificação social por fatores econômicos.

Na Comunidade Colônia Central os moradores possuem um forte vínculo com suas raízes que são traçadas pelo processo histórico de ocupação daquele espaço pelas populações indígenas, que possuem significativos traços, seja relacionado ao tipo físico, sejam diretamente ligados aos costumes, crenças, cultura e outros.

Contudo este vínculo os leva, em alguns aspectos, a assumirem uma parcial posição social universal dentro da comunidade, pois segundo WAGLEY (1988:155): *a posição social em todas as sociedades humanas baseia-se numa combinação de patrimônio hereditário e relações pessoais.*

Quanto à condição da moradia, na Comunidade Colônia Central, ainda é notório encontrarmos construções típicas do interior, predominando nas construções recursos naturais daquele local, principalmente a madeira e a palha. São casas pequenas com no máximo 2 ou 3 compartimentos, geralmente cobertas de palha e/ou cavaco, com o piso de chão batido.

São casas pequenas, com imensos quintais, localizam-se sempre nas proximidades dos braços de igarapés que cortam a floresta e deságuam no rio Negro. A utilização de materiais extraídos dos recursos naturais para a construção de suas casas é um elemento predominante na vida dos moradores da Comunidade Colônia Central, é o que se identificou nos dados da pesquisa de campo expresso no gráfico 2, onde perguntamos os recursos naturais utilizados em suas moradias:



Fonte: Pesquisa de campo, 2006. Org. dos dados: ARAÚJO, C. C., 2008.

A madeira é utilizada nas paredes e, às vezes, assoalhos, nas casas das famílias de melhores condições na estratificação social da comunidade, assim como para a estrutura da casa em forma de esteios e atracadores. O barro é extraído *in natura* serve para a construção do piso das casas e, com exceção, usado nas paredes das mesmas. Os cavacos são confeccionados por determinados moradores que possuem a técnica de produzi-los. São extraídos de troncos de madeira que já

não exercem influências no ecossistema já que são denominadas de "mortas" por serem retiradas das árvores de grande porte desprezadas durante a queima da roça e, as árvores que sofrem o fenômeno natural da clareira⁶.

Poucas pessoas da comunidade possuem condução própria para realizar a comercialização dos produtos, frutos de seus trabalhos na roça ou fruticultura. Poucos são os moradores que possuem uma bicicleta, que é o meio de transporte mais usado para o escoamento da produção; ou mesmo a força física é usada. A rotina de trabalho se estende da comunidade Colônia Central à Comunidade São João, na cheia, à Comunidade Julião na seca do rio Negro.

A educação é um outro aspecto condicionante na relação social entre os moradores da Comunidade Colônia Central. A política educacional, nos dois níveis de governo, para a população que habita a área rural, é desenvolvida de forma incipiente e descompromissada pelo Estado e Município. É no interior que há um elevado índice de pessoas com baixa ou nenhuma escolaridade. Sobre a função formativa da escola, JESUS (2000:121) assevera que:

[...] envolve compromisso social, desenvolvimento de potencialidades e, em conseqüência, apropriação do saber social, saber este que permite uma melhor compreensão da realidade, que caminha pra a identificação de possíveis soluções dos problemas situados na base das estruturas sociais, as quais, infelizmente são injustas e excludentes.

A educação leva o homem a tomar um posicionamento crítico e esclarecido quanto aos seus direitos como cidadão, buscando conquistar espaços através das tomadas de decisões frente às mazelas vigentes nos diversos setores da vida social e pessoal, ou seja, em suas relações sociais.

Dentre as pessoas que possuem o ensino médio ou estão em curso, são os jovens, filhos dos moradores mais antigos da comunidade, que se deslocam até a área urbana de Manaus, onde freqüentam as escolas formais, porém ficam separados dos membros da família que moram na comunidade.

⁶ Segundo Ferreira, "Clareiras Naturais representam o resultado final da ação de distúrbio em florestas e são considerados como peças importantes para o entendimento da estrutura e dinâmica destes sistemas. Para esse a regeneração natural que ocorre em seu interior influencia importantes parâmetros das comunidades florestais, como composição, distribuição e riquezas das espécies, além dos processos de sucesso secundário.

Os adultos, na sua grande maioria, ficam à mercê da chegada de uma escola que nunca existiu, limitando seu conhecimento às primeiras séries. Essa realidade fica evidente na fala do morador:

Esse é um problema difícil aqui pra gente. Nós adultos não tivemos chance de estudar, sempre a nossa vida foi na lida com a roça. Agora vejo meus filhos também no mesmo caminho. Olha que a gente já lutou pra ter essa escola para os meninos, mas até agora não teve saída. As nossas crianças tão crescendo igual a gente, “burro”. Será que isso vai ser assim mesmo. Essa comunidade precisa ter uma política publica na escola. (Hélio Matos, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

Contudo, em meio às irregularidades das condições de infra-estrutura, os moradores da Comunidade Colônia Central poderão reverter o quadro “negativo” característico entre os adultos que, por alguma razão, deixaram de estudar em seu passado.

Em toda relação social estabelecida, a cultura se expressa sob diversas formas particulares que se exprimem nas mais variadas formas de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, sendo este um conjunto da síntese do cotidiano construído pelos moradores da Comunidade Colônia Central em determinado tempo e lugar histórico, de forma múltipla e variada, pois a cultura corresponde ao modo de vida de uma determinada sociedade, ou grupo de sujeitos em comunidade, constituindo e expressando o seu modo de sentir, pensar e agir. A cultura de um povo é o fator determinante que condiz com as formas que o homem manifesta suas relações sociais, as quais são transmitidas de geração a geração conforme suas necessidades e crenças.

A esse respeito, Laraia (1985) nos revela que cultura, neste contexto, diz respeito ao complexo mundo de produção do conhecimento, crença, arte, moral, leis, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade. A cultura amazônica recebe importante influência dos povos indígenas, destacando os elementos como a música, as artes plásticas, o artesanato e folclores regionais.

Esse processo de construção de um mundo cultural amazônico foi abordado por Fraxe (2002) apontando que, na percepção individual ou coletiva da identidade, a cultura exerce papel primordial para delimitar as diversas personalidades, os padrões de conduta e ainda as características próprias de cada grupo humano. O

ambiente exerce papel fundamental sobre as mudanças culturais, embora não único: os homens mudam sua maneira de encarar o mundo tanto por contingências ambientais quanto por transformações da consciência social.

Os moradores da Comunidade Colônia Central, além de exercerem o sentimento de fé através da religião, principalmente a católica, acreditam em outras crenças existentes, que se constituem como expressão da sua relação com os elementos que dão significados aos mitos e as crenças em seres da floresta ou dos rios, como o Boto, a Onça do Mato e a Matinta Perera.

Sobre essa temática, podemos afirmar que a vida cotidiana dos moradores da Comunidade Colônia Central sofre a influência desses acontecimentos, pois, segundo Pereira (2002), lenda é a *narração escrita ou oral, de caráter maravilhoso, no qual os fatos históricos são deformados pela imaginação popular ou pela imaginação poética*. Contrariando essa assertiva, entendemos que esses elementos são históricos sim, mas deformados não, pois esse processo mítico integra o cotidiano da vida dos colonos em estudo e interfere nas relações sociais e de trabalho. A realidade não é deformada por quem vive esses elementos que explicam através das suas representações simbólicas o mundo vivido por esse grupo social. Esses ocorridos não podem ser considerados como utilizados para definir o que não é verídico e sobrenatural, pois o discurso do colono a esse respeito manifesta um cotidiano que sofre objetivamente a influência dessa manifestação subjetiva representada por elementos míticos com simbologia da cultura material e imaterial:

A mata mete medo às vezes. Tem muita coisa que a gente não vê. Mas temos que enfrentar a mata porque a caça pra nós é importante. Não é só a noite, mas principalmente a noite a mata de vez em quando mostra pra gente surpresas. Ultimamente a gente tem ido caçar de grupo em função da grande onça que anda rondando as nossas matas. Teve um compadre que diz que viu a onça num momento nioutro era uma mulher. Eu mesmo já sai pra ver, mas dizem que ela só aparece pra alguns e para outros não, mas é certo que esta onça/mulher é a pessoa que guarda a floresta, assim como temos aqui a matinta perera. Ou bicho pra gritar feio, mas esse ai a gente já viu e já sabe quem é, mas ninguém mexe com ela. Ela é uma pessoa normal, mas algumas noites ela se vira em Matinta Perera. Sim, às vezes quando vamos pescar sentimos a companhia de pessoas vigiando ou espiando a gente na canoa, principalmente em noite de lua cheia no lago do Tupé. A gente sente a pessoa, de repente ouve um barulho na água como se alguém tivesse se jogado na água, ai olhamos e a gente vê o boto se afastar da canoa. É verdade mesmo, o boto vira gente, mas ele

só fica protegendo a gente. O problema é que ele espanta os peixes, pois nas noites que a gente vê ele, não pescamos nada. (Hélio Matos, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

No discurso do morador está intrínseca toda a contradição de Pereira, ao afirmar a sua convicção no fato de que esses acontecimentos deformam a realidade e são sobrenaturais. A matinta, a onça, a mulher, o homem e o boto são objetos da vida material e imaterial desse grupo populacional e que tem um significado na compreensão do seu modo de vida. O sobrenatural é desmistificado na presença da onça, que é um ser que integra a vida cotidiana dos moradores, sendo essa um ser da floresta, temida por esses moradores e ao mesmo tempo representa a força da caça, pois encontrar com a onça determina coragem, determinando seu status social na comunidade.

Por outro lado, a mulher que vira matinta tem um significado importante para a distinção entre o trabalho da mulher e do homem. A aparência feminina está expressa nesse fenômeno, onde geralmente quem é designada como matinta são mulheres idosas e viúvas, com poucos recursos e status social na comunidade. Por algum motivo essa mulher sofre do processo de exclusão social e principalmente do trabalho produtivo. O boto é um ser vivendi's nos rios amazônicos e se relaciona, neste caso, à sua interferência no resultado da pesca, ou seja, quando se encontra um boto, acredita-se que a pesca não dá bons resultados. Esses processos simbolizam a dimensão cultural do modo de vida desses colonos.

Fato diferente é a forma como a lenda do boto é descrita por Fraxe (2004: 329), onde o mesmo é considerado uma das lendas mais conhecidas na região amazônica. Os botos mais conhecidos na Região Amazônica são o “boto preto” e “boto vermelho”, sendo que, respectivamente, possuem características distintas como demonstram os caboclos em suas lendas, o primeiro tem como característica aquele que protege enquanto, o segundo, é o sedutor de moças donzelas e mulheres casadas, dessa forma o boto se transforma no:

Don-Juan de todas as moças que ignoram o pai do seu primeiro filho [...] fica perfeitamente ser humano e nada resta de sua aparência de peixe na maioria absoluta dos casos. Torna-se um caboclo alegre, forte, atirado, afoito, dançando bem e com uma sede incontestável. Não há melhor par mais simpático cavalheiro

num baile. Apenas não tira o chapéu para que não vejam o orifício por onde respira.

Contudo percebemos que são vastas as estórias sobre lendas na região, ligando os seres do meio ambiente e o sobrenatural, caracterizando, no entanto, como um atrativo aos curiosos na Comunidade Colônia Central.

Outro aspecto mitológico que se vivifica no cotidiano da vida dos moradores é a Matinta Perera. Depoimentos de moradores dão conta da presença deste ser, mas observa-se nas falas que, quando esta aparece é para dar algum aviso, quer seja de ruim ou de bom e não sabem se é uma pessoa ou um pássaro, mas alguns moradores em depoimento relataram a sua presença nos arredores de suas casas ou em momentos de caça.

A Matinta Perera se configura numa “personagem das matas, dos ares e dos rios amazônicos: um mito regional”. As narrativa a respeito deste mito tem sido tema de variadas formas de expressão artística, tal como a música, no teatro, artes plástica e na literatura. Mas a sua presença vivificada se dá mesmo na narração dos povos amazônicos.

Na Comunidade Colônia Central a Matinta Perera é figura presente como uma espécie de protetora da mata que vaga pela floresta. Por isso, os moradores apresentam dois tipos de sentimentos: medo e respeito pela Matinta Perera. O significado etnológico do termo Matinta Perera expressa bem esse processo de existência mítica desta visagem amazônica:

Mati (subst.) 1) Saci (subst). Exemplo: Espécie de pássaro. Tapera naevia, Cuculídeo. Etimologia: onomatopéia do grito. 2) Matinta Perera (subst).Exemplo: espírito da beira do rio que imita o canto do pássaro do mesmo nome. Etimologia: do nome do pássaro (Grenard & Ferreira,1989, p.99) . Matintapereira; mati, mati-taperê, nome de uma pequena coruja, que se considera agourenta [...] segundo a crença indígena, os feiticeiros e pajés se transformam neste pássaro para se transportarem de um lugar para outro e exercerem suas vinganças [...]. A Matinta Perera é uma modalidade do mito do saci pererê na sua forma ornitomórfica. A Matinta Perera não é realmente uma coruja, mas uma cuculida, tapera naevia, também conhecida como sem-fim (Casculo,1988, p.484). Matinta pereira [var. de Matinta Perera, do tupi [matintape're] S.m. Bras. Amaz. V. Saci [...]. (FERREIRA, 1975: 899).

Durante a realização da pesquisa de campo, observamos que, quando a matinta assobia, o caboclo respeita e se aquieta. Imitam eles, dizendo que *“em dada*

*noite estavam em tal lugar quando de repente ouviram o assobio da matinta*⁸. Na Comunidade Colônia Central, a Matinta Perera é um personagem sempre atribuído à senhora de idade. Porém percebe-se um respeito pela pessoa, pois esta é considerada também a curandeira do local. O fato é que todos que falaram sobre a questão apontam essa pessoa como sendo a Matinta Perera daquele local. Alguns moradores chegaram a falar o nome da pessoa, mas pelo respeito e temor pediram para não ser escrito, neste sentido, omitimos o nome, garantindo a sua integridade.

Outro elemento que faz parte da cultura dos moradores é a pessoa que vira bicho, no caso da Comunidade Colônia Central, o bicho propalado é uma onça. Essa onça começou a aparecer há pouco tempo, principalmente nas noites escuras, assusta aqueles que vão caçar, sendo vista também durante o dia nas roças. Quando tentam se aproximar, a onça desaparece no mato, não deixa nenhum rastro.

Dois moradores entrevistados afirmaram que já viram uma mulher que logo em seguida virou onça. A mulher-onça é reconhecida pelos moradores pelas vestes brancas. Num momento, ela é mulher, em outro, aparece a onça em seu lugar. A mulher é desconhecida para os que já a viram. Sabem que não mora na comunidade.

Nas periferias de algumas capitais da Amazônia, como é o caso de Manaus, não é difícil ouvir histórias de gente que vira bicho. São pessoas que, em determinadas noites, se isolam da sociedade para cumprir seu destino solitário. Cumprido o fado, o bicho volta a ser gente, veste suas roupas que ficaram escondidas em algum local ermo e volta para casa, como se nada tivesse acontecido, mas com apenas uma certeza no coração: numa próxima noite, o destino lhe baterá à porta novamente, até o final da vida.

A constante nessas histórias é o fato de que, o bicho-gente quando atingido de forma fatal, novamente se transforma em humano. Por isso, dizem que a única cura para o triste sofrimento de quem vira bicho é a morte. Assim descreve o morador quando foi lhe indagado sobre o fato:

O mato tem muita coisa que a gente não conhece. Aqui a gente tem que respeitar essas coisas porque eles são os donos da mata eu acho que eles existem pra proteger a mata, pra dizer pra não

acabar com tudo. Aqui a única pessoa que ainda caça só é o Baru, os outros só vão acompanhados. Eu não acreditava muito nessas coisas, mas eu mesmo vi. Teve uma um dia que saiu eu, o Luiz e o brabo. Fomos pro mato, como eles já tinham visto, antes de sai a gente rezou. Colocamos a armadilha e ficamos em cima da árvore esperando a caça. De repente a gente viu uma onça, agente sente primeiro o cheiro, ela veio se aproximou ficou olhando pra nós e nós sem coragem de atirar, parece que ficamos besta. Depois de um tempo ela saiu e parou mas na frente na trilha, quando nós descemos pra ir atrás a gente encontrou foi uma mulher, a lua iluminou e a gente jogou o foco da lanterna e eu vi ela se virar de novo em onça que saiu correndo pro mato. (Hélio Matos, morador da Comunidade Colônia Central, Pesquisa de campo, 2007).

O morador da comunidade, ao descrever a mulher que vira bicho, afirmou que ela é muito pálida, "parruda" no linguajar popular. Também é muito calada, talvez por temer a revelação do fatídico segredo. Há quem diga ter presenciado a transformação diversas vezes. Para ver uma cena dessas, afirmam os moradores, tem que ter muita coragem ou ser muito curioso, pois não é nada bonito de se ver. O ser, ainda em estado humano, retorce o corpo caído em algum local escondido, amargando o cruel sofrimento que está por vir. A transformação ocorre no mato ralo à beira de alguma trilha ou em clareiras dentro de mata fechada, as chamadas capoeiras.

No contexto deste trabalho, meio ambiente é considerado como uma categoria socialmente construída a partir de esquemas culturais associados às percepções de natureza, de ser humano e às possibilidades de apropriação e uso dos recursos naturais de uso comum por determinado grupo social. Portanto não podemos pensá-lo redutível à dimensão físico-biótica.

Na relação com a natureza, grupos sociais locais incorporam múltiplas formas e objetivos de convivência social e cultural, condicionados historicamente. Eles evocam o "campo ambiental" de formas distintas, numa relação direta com a dimensão "sobrenatural". Diferentes são os significados dados ao meio ambiente e aos modos sociais de apropriação e uso que fazem da base material e imaterial originado nessa relação. O seu significado muda no tempo e no espaço, de acordo com os valores, objetivos e configurações históricas de uma dada sociedade, grupos ou classes sociais.

Inserido no contexto das dinâmicas socioculturais, as formulações, pressupostos e sentidos do campo ambiental são construídos segundo as necessidades, interesses e objetivos de cada grupo social; ou seja, estão associados com as múltiplas relações que o ser humano mantém entre si e com a natureza.

A opção metodológica, neste estudo, de tratar o campo ambiental articulado com a dimensão simbólica decorre do entendimento de que é impossível negligenciar a mediação cultural de qualquer construção teórica-prática, conforme nos ensina Sahlins (1979), quando considera que toda ação humana é mediada por um projeto cultural que ordena a experiência prática para além de simples lógica utilitária.

Trata-se, na realidade, das diferentes formas através das quais os agentes sociais, na sua relação com a natureza dignificam o mundo material e desenvolvem suas estratégias econômicas, políticas e simbólicas para apropriá-lo. Dessa forma, a cultura se configura como elemento importante para compreensão dos fatos sociais, distinguir a organização da experiência e da ação humana por meios simbólicos como fenômenos únicos.

O mundo dos homens é simbolicamente constituído, e a sua singularidade está exatamente na cultura em sua expressão pluralista. O simbólico assume uma função mediadora nas diversas formas de apreensão do real. A dimensão cultural configura o sentido de estar do homem no mundo, e se constitui como importante elemento para a compreensão dos processos sociais. A sua unidade é constituída pelo significado.

É por meio da cultura que as experiências são significadas afirma Laraia (1995) em que a significação é uma qualidade simbólica. Sahlins (1979:70) argumenta que a lógica material não está separada do interesse prático e que o interesse prático do indivíduo, na produção, é simbolicamente instaurado. Assim, tanto as finalidades como as modalidades de produção são estabelecidas em função de necessidades culturalmente instauradas.

Assim, o processo de vivência de experiência sobrenatural faz parte do modo de vida dos moradores da Comunidade Colônia Central e é facilmente incorporado

ao seu *modus operandis* de vida, onde a sua ação Antrópica também determina a produção desse significado que se constitui num saber específico desse grupo social, num processo dialético em que se constrói numa determinada realidade histórica e dinâmica da relação homem e ambiente.

Nessa perspectiva, o meio ambiente é construído por uma ordem cultural, que não é meramente a expressão da natureza sob outra forma. Ao contrário, a ação da natureza se desdobra nos termos da cultura, isto é, sob uma forma que não é mais a sua própria, mas sim incorporada como significado. E o fato natural assume, portanto, uma nova forma de existência, desta feita como fato simbólico.

Na vivência dos moradores da Comunidade Colônia Central, a relação entre homem-natureza está intrinsecamente interligada. A busca da conservação ambiental tem sido um tema de suma importância no desenvolvimento da comunidade, em meio às relações existentes entre as ações humanas e o bem-estar do homem no ambiente em que vive e as transformações que estão ocorrendo no ecossistema e sua dimensão simbólica.

Na Comunidade Colônia Central, o meio ambiente é parte integrante da história da vida dos moradores em meio às questões intimamente ligadas ao desenvolvimento econômico da comunidade. Portanto o meio ambiente não se constitui apenas do meio físico e biológico, mas também do meio sócio-cultural e sua relação com os modelos de desenvolvimento adotados pelo homem.

É notório que as pessoas ao responderem à questão do que vem a ser o “meio ambiente”, respondem-na sob a visão do senso comum, e aquelas que nem ao menos conseguem responder a ela sabem da importância em preservar o “meio ambiente” e que estes estão intimamente inseridos neste contexto, ligando-o ao seu modo de viver e sobreviver.

Neste sentido, concluímos que as formas de relação homem-natureza que hoje se configuram no cotidiano da vida dos moradores da Comunidade Colônia Central, são resultados da construção histórico-social, cultural e ambiental dos homens em sociedade no estabelecimento de suas relações sociais. Enfim, sejam

através do estabelecimento de relações entre si e com a natureza numa relação mútua, predominantemente, evidenciada no seu cotidiano.

A organização econômica na lógica do desenvolvimento, ao longo da história, trouxe à tona as diversas formas de desigualdades sociais, contempladas pelos interesses do capital. O trabalho se constitui como alicerce de toda alienação face às necessidades de subsistência do homem, realizada por meio de uma atividade produtiva, pois:

As contradições da acumulação capitalista em curso na região amazônica revelam, na prática, e por razões historicamente óbvias que os precários meios de trabalho oferecidos e/ou disponíveis para o meio rural são fatores determinantes na vida do homem interiorano. (RANCIARO, 2004:89).

O mecanismo que os moradores utilizam para sobreviver no meio rural, muitas vezes se configura através da produção agrícola que, predominantemente não dá ênfase ao processo de acumulação de capital dos moradores, sendo esta uma base para sua sobrevivência e reprodução.

O trabalho humano é o resultado da cultura, ou seja, a cultura é criação humana, transforma o mundo material e a si mesma e, por meio do trabalho, instaura as relações sociais, criando modelos de comportamento, instituições e saberes, enfim, se constitui como uma ação transformadora dirigida por finalidades conscientes. As relações que os homens estabelecem entre si para produzir a cultura se dão em diversos níveis que se complementam e se interpenetram, sejam estas através das relações de trabalho, das relações políticas e das relações culturais.

O viver dos moradores da Comunidade Colônia Central está determinado por esses elementos, como pudemos observar no desenvolvimento deste capítulo, pois a vida em comunidade desses moradores sofre a influência das múltiplas dimensões das relações sociais estabelecidas pelos mesmos.

Trabalho, educação, recursos naturais são elementos que constroem a vida material e imaterial deste grupo social, são dimensões do mundo simbólico vivido no cotidiano estabelecido na rede de movimentos sociais construídos pelos atores

sociais objetos de nossa pesquisa e que serão analisados nos capítulos subsequentes.

CAPITULO II

O SIGNIFICADO DO TRABALHO E DO LABOR NA VIDA DOS MORADORES DA COMUNIDADE COLONIA CENTRAL

2.1 A prática agrícola tradicional: Subsistência e modo de vida dos moradores.

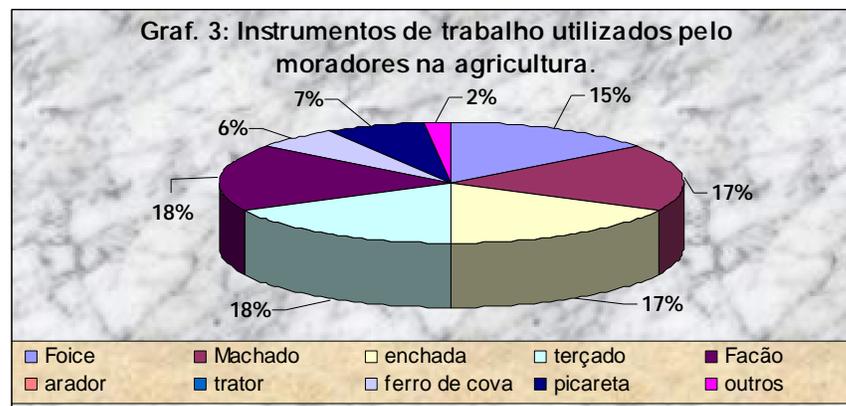
A agricultura tradicional - aqui compreendida como sendo aquela realizada pelas populações ribeirinhas, caboclas e indígenas, com pouco ou nenhum equipamento tecnológico da agricultura moderna - , é a principal atividade econômica observada na vida dos moradores da Comunidade Colonia Central. Considerando que o nível de desenvolvimento é bastante incipiente, podemos caracterizar a agricultura desenvolvida nesta comunidade como um sistema produtivo tradicional, pois os moradores utilizam as técnicas agrícolas de produção centradas em roças. Essas técnicas foram deixadas como herança das populações indígenas que habitam a nossa região, utilizando recursos e instrumentos rudimentares.

Esse processo determina a forma de trabalho de subsistência, onde os produtos da roça são cultivados de forma coletiva destinados principalmente à manutenção da família. Essa atividade constitui uma importante combinação para a economia de subsistência das famílias na comunidade em estudo, já que a produção resultante dessa atividade agrícola tradicional destina-se essencialmente, ao consumo familiar e à troca do excedente nas feiras e mercados de Manaus e entre as comunidades vizinhas à Comunidade Colônia Central.

Podemos inferir ainda, de acordo com observações realizadas durante o trabalho de campo, que esta forma de trabalho requer o dispêndio de significativa utilização da força de trabalho e um número considerável de horas de trabalho,

sendo a produtividade centrada no modo de uso do solo e a utilização das técnicas tradicionais, tendo um baixo rendimento dos produtos por áreas cultivadas.

Um aspecto observado durante a pesquisa de campo é o fato de o processo de trabalho dos moradores apresentar total dependência, ou uma necessidade dos recursos da natureza, ou seja, a atividade agrícola dos moradores está condicionada ao uso direto dos elementos naturais, principalmente o solo, floresta e a água. Esse elemento é combinado ao uso de instrumentos rudimentares, com a total ausência de elementos tecnológicos que caracteriza a produção agrícola predominante. Esse aspecto do processo de trabalho dos moradores da Comunidade Colonia Central se expressa nos dados levantados no gráfico 3, onde as ferramentas de trabalho são predominantes no trato das atividades agrícolas tradicionais:



Fonte: Pesquisa de campo, 2006. Org. dos dados: ARAÚJO, C. C., 2008.

O trabalho agrícola baseado na roça é uma prática que tem sua origem na vida de trabalho das populações tradicionais, sendo a mesma uma prática realizada em todo o espaço rural da região amazônica e que consiste na demarcação da área a ser utilizada, na brocagem e corte das árvores de pequeno porte com a utilização da foice ou do facão. Ao estudar esse processo de trabalho Woortmam (1997), se refere ao preparo da terra e do solo como sendo as primeiras etapas da construção do roçado:

A primeira etapa é a do preparo da terra, que antecede o preparo do solo, pois este não é dado pela natureza, mas construído. Poderíamos dizer que esta é a etapa do "vir-a-ser" do roçado. Seu primeiro momento é a *brocagem*.

A derrubada e o corte das árvores maiores se dá com a utilização do machado, geralmente 10 a 15 dias após a brocagem, em seguida, tem-se o trabalho de aceiramento da área com a realização da limpeza do espaço contornando o perímetro da área devastada (em média 3 metros) para evitar a propagação do fogo em áreas não desejadas. A queima é realizada em torno de 15 dias após a derrubada, dependendo da situação das árvores cortadas (devem estar bem secas), da umidade e do vento.

Figura 7: Processo de construção da roça: preparo da terra – brocagem.



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Em seguida, é realizado o encoivramento (a coivara) e após o esfriamento da área queimada, começa a limpeza com a retirada dos gravetos não transformados em cinzas, em seguida, faz-se o plantio. A roça é plantada com a participação de todos os membros da família e, em alguns casos, com a participação de vizinhos. Os principais produtos que derivam desse trabalho é o milho, arroz e a mandioca.

Figura 8: Preparo da roça: preparo do solo – encoivramento.



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Finalmente, após aproximadamente 6 (seis) meses do começo do processo produtivo, acontece a colheita: Realizada inicialmente do arroz, depois do milho e por último da mandioca. Após a colheita, aquela área é deixada em descanso (pousio) e passa a ser uma capoeira. A capoeira se dá quando, após a colheita do último produto, a roça é abandonada, seguindo-se a realização do plantio em outra área previamente determinada. Esse processo produtivo de cultivo na roça tem início nos meses de julho e agosto do ano vigente e se encerra após a última colheita em março ou abril do ano seguinte.

Fig. 8: Após o preparo do solo, ocorre a plantação da propriamente dita: mandiocultura.



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Essa forma de explorar os recursos naturais, (roça: corte e queima), é significativo para o uso agrícola da terra por períodos curtos, separados por longos períodos de pousio do solo. Esse processo é mais conhecido como “capoeira de longa duração”. O trabalho consolidado no nomadismo, como modelo e estilo de desenvolvimento do sistema produtivo, exige grandes extensões de terra, para possibilitar o que poderíamos chamar de “rodízio geográfico” do uso da terra e dos recursos florestais.

Este rodízio é necessário para assegurar a manutenção dos estoques da caça, da coleta e da pesca. Ele preenche, também, um papel importante no processo de recuperação das áreas utilizadas para fins de produção agrícola temporária. Essa forma de exploração, portanto, minimiza a chamada degradação ambiental, pois, desta forma, os moradores da Comunidade Colônia Central garantem a utilização racional dos recursos naturais disponíveis, mesmo sendo este

processo penoso e pouco rentável economicamente para a sua subsistência. A esse respeito, a fala do morador expressa essa realidade:

O modo como faz uma roça não é difícil de explicá. Primeiro a gente escolhe a área, tem que ser uma que tenha mata de capoeira, que já foi usada. Primeiro é o desmatamento, a gente derruba as árvores menores, depois prepara a coivara. Deixa o mato e as árvores secar mais ou menos uns trinta dias. Depois vem a queima da área, nesta vez tem que ter muito cuidado pra o fogo não ir pra fora da área da coivara. Deixamos a terra esfriar para iniciar a plantação. Aqui a gente planta mandioca feijão e milho. Alguns tiram carvão, como ali no Luiz, mas eu não tiro porque trabalho só e a minha roça não é grande. (Sr. José Levi, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo. 2007).

Essa é uma prática secular na Amazônia, onde se transforma florestas nativas em capoeiras, através do processo de derrubadas e queimadas. Porém, entre dois ciclos de produção agrícola, a terra é mantida em pousio, ou seja, passa por um período de não-uso, ocorrendo, dessa forma, o “descanso” da terra. Ao abandonar a roça, a área é invadida por espécies florestais pioneiras e assiste-se à formação de uma capoeira.

Fig. 9: O solo em estado de pousio dá origem à capoeira.



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

A capoeira é mantida por um período variável de tempo, em seguida, é cortada e queimada para dar lugar a um novo curto período de uso agrícola. Quando se trata de capoeiras de longa duração, o comunitário tira delas um maior proveito, incrementando a renda da família através da produção de carvão vegetal que é comercializado nas comunidades vizinhas e em Manaus.

Comparando os sistemas tradicionais de uso dos recursos naturais renováveis, praticados pelos moradores da Comunidade Colônia Central, podemos observar uma seqüência coerente e racional, que tem como ponto de partida o arquétipo primordial de uma agricultura migratória, que é determinada por ciclos de exploração que não agredem os recursos naturais e garantem a subsistência das famílias. Essa agricultura migratória se caracteriza pelo uso de capoeiras de longa duração, com melhoramento do solo, e sua substituição gradativa por formas mais avançadas de agricultura semi-sedentarizada, com capoeiras enriquecidas e manejadas pelo homem. Esse sistema produtivo guarda semelhança com o modo de vida e de trabalho realizado pelo camponês da várzea expressado nos estudos formulados por Witkoski (2007:212), ao ter como análise os moradores de comunidades situadas em região de várzea, onde:

Apesar do progresso tecnológico, os processo de produção na fabricação da farinha pelos camponeses amazônicos são fundamentalmente os mesmos utilizados pelos seus ancestrais diretos – os ameríndios. A única inovação verificada, além do forno que não é de argila, mas de chapa de ferro, é o emprego de motores a explosão (motores a gasolina) e/ou motores a diesel [...].

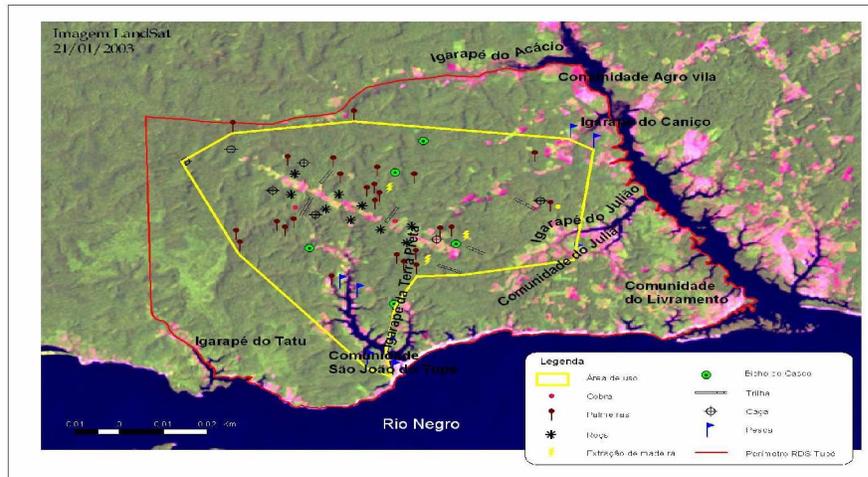
Se os elementos tecnológicos são poucos presentes no sistema produtivo dos camponeses que habitam a várzea amazônica, muito mais se expressa essa ausência no sistema produtivo dos colonos da comunidade em estudo, pois o que predomina é o uso da força de trabalho, um maior dispêndio dessa força, em detrimento de elementos tecnológicos.

Na Amazônia e especificamente na Comunidade Colônia Central, as populações não subsistem somente da agricultura tradicional, mas também do extrativismo, ou seja, da caça, da pesca e da colheita de produtos encontrados na floresta da região onde se localiza a RDS Tupé. São comunidades que, geralmente, exploram os recursos naturais da região em pequena escala. Essa é uma característica fundamental do processo de trabalho de subsistência dos moradores da Comunidade Colônia Central.

Como podemos observar, existe uma preocupação, espontânea ou não, por parte dos moradores quando da exploração dos recursos naturais, como é o caso da forma como exploram os produtos derivados de materiais madeiráveis para a sua

subsistência, esta prática está baseada no enriquecimento das capoeiras, pois, como já demonstramos, as roças são temporárias, formando uma floresta com vegetação secundária, que garante a matéria prima da subsistência. A figura 10 determina com bastante propriedade o processo de exploração dos recursos naturais pautado no extrativismo e na agricultura de subsistência, considerando que esta é a principal atividade de trabalho dos moradores:

Figura 10: Sistema produtivo dos moradores na comunidade Colônia Central.



Fonte: INPA – Projeto Biotupé – Outubro 2006.

Há um *habitus* próprio na ação do trabalho dos moradores da Comunidade Colônia Central, com predominância da produção baseada nas técnicas da roça que se expressa nas atividades agrícolas. Ou seja, o comportamento do sujeito está diretamente relacionado às mudanças proporcionadas pela mobilidade dos indivíduos nas atividades econômicas e pelas pressões estabelecidas por outras comunidades dentro ou no entorno da reserva e pela proximidade com a cidade de Manaus. A respeito da importância do trabalho, em comunidades da Amazônia, baseado na atividade agrícola de subsistência, tendo como processo principal a “roça”, Witkoski (2007: 191), assinala:

[...] A terra e as riquezas que ela guarda são valorizadas como um patrimônio que cria as condições para que o camponês (colono, nas palavras dos moradores da CCC. Grifo nosso) e sua família apareçam como trabalhadores de sua unidade de produção [...].

Em nosso entender os moradores da Comunidade Colônia Central, permanecem orientados por uma lógica camponesa expressa pelo seu modo de

produzir e reproduzir seu modo de vida, até onde as mudanças ocorridas no desenvolvimento tecnológico da sociedade hegemônica, não afetem a estrutura de sua lógica produtiva, diretamente relacionada à disponibilidade de terras para as atividades agrícolas, pois os lotes – nome dado pelos moradores ao local de moradia e trabalho, denominação diferente de outros estudos já realizado com população semelhante na Amazônia, pois na grande maioria destes estudos aparece o termo “sítio” para designar o espaço de terras onde se realiza a moradia e o trabalho da população tradicional - são ocupados, como expressos na imagem projetada da figura 10, por áreas de roças, representando a atividade econômica hegemônica no cotidiano de trabalho dos moradores.

Essas características peculiares do trabalho dos moradores da comunidade Colônia central os definem como sendo *colonos*⁷, no sentido em que aparece definida por diversos autores que estudaram o comportamento da população humana em relação ao seu modo de vida vinculado ao sistema produtivo tradicional. São afirmações como de Hébette (1992), de que *colonos* são aqueles que trabalham em pequenas parcelas de terra e que possuem uma roça de subsistência, ainda que produzindo farinha para a venda e realizando trabalhos sazonais utilizando recursos extrativistas madeireiros e não-madeireiros e, de alguma forma, fazem o plantio de subsistência, seja nos seus próprios sítios, seja em terras de vizinhos também colonos, recebendo em troca do trabalho parte da produção.

Essa denominação se diferencia do sentido dado pelos moradores da Comunidade Colônia Central, para quem o sentido de *colono* está diretamente relacionado ao processo histórico de ocupação do espaço por eles denominados de colônia central.

7. Myskiw (2002), ao se referir as idéias de Jean Roche afirma que, o mesmo no livro *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*, informam que a categoria colono era utilizada na Alemanha (“Kolonist”, em alemão), tendo por significado “*homem que desbrava e cultiva a terra*”, no Brasil essa categoria parece ter sido introduzida pelos primeiros imigrantes europeus, no século XIX, e que permanece em uso na atualidade [...]. Denomina-se colono, portanto, o homem do campo, trabalhador rural, aquele que cultiva a terra na colônia. Para os moradores da Comunidade Colônia Central o nome colono está relacionado à origem do local onde moram: “a colônia”. A Colônia Central determina o nome colono nos discurso de seus moradores. A categoria colono assume outra dimensão no modo de vida dos moradores da Comunidade Colônia Central, estando relacionado ao nome dado à comunidade e com o espaço ocupado na reserva, portanto assume um significado geográfico e histórico determinado pelo local que habitam. O significado da categoria colono para esses moradores foge ao sentido abordado por alguns autores que os definem pelo cultivo da terra. Para esses moradores, colono também assume um sentido baseado na origem histórica do local onde moram.

Mesmo as mulheres que cuidam das atividades domésticas realizam trabalhos na roça, através da relação social marcada pela reciprocidade, que se expressa nas relações de vizinhança e compadrio. O trabalho dos moradores também se expressa nas atividades voltadas ao extrativismo, pois a roça não supre todas as necessidades de subsistência das famílias dos moradores, ainda que garanta grande parte desta.

O extrativismo assume um espaço importante na vida cotidiana dos moradores também pelo fato de a comunidade se localizar no centro da reserva, em área de floresta de grande potencial de recursos naturais. O processo de uso de recursos madeireiros realizado pelos moradores tem sido de forma sustentável, pois a quantidade e a frequência do uso da madeira é somente para suprir as necessidades diárias das famílias, na manutenção e cozimento de alimentos, construção e/ou reforma de moradias e cercamento dos viveiros de criação de bicos e produção de carvão em pequena quantidade.

Entre as espécies utilizadas pelos moradores, destacam-se a maçaranduba (*Manilkara excelsa*), o cedrinho (*Cedrela odorata*) e o louro gamela (*Licaria amara*), etc. Todo o processo de uso da madeira se dá em forma de reaproveitamento, a partir do processo de realização dos roçados, ou seja, as árvores de grande porte que não queimam por completo, são utilizadas para os fins domésticos. Esse processo de uso é assim descrito pelo morador:

A gente também usa outras coisas para manter a nossa casa. Por exemplo nos faz uso da madeira, que a gente tira ai mesmo na mata, mas a gente usa aquelas que já estão caídas na roça, ou aquelas que já estão no chão pela natureza mesmo. A madeira da floresta é muito importante e aqui nós temos muito. A madeira é usada para cozinhar os alimentos, pra fazer as casas, os cercados da criação, até fazer remédios da casca. Nós não tiramos madeira pra vender, aqui nem eu nem outro morador tira madeira pra vender aqui é só pra utilizar, por isso ainda tem muita madeira, não temo necessidade de vender. (Sr. Domingos Souza, morador da comunidade Colonia Central. Pesquisa de campo. 2007).

Neste sentido, podemos caracterizar o uso dos recursos florestais madeireiros pelos comunitários como de uso sustentável, pois esse processo se dá para a satisfação de suas necessidades locais de subsistência, não sendo utilizada nem mesmo para aumentar a renda das famílias que ocupam as terras, que circundam a área geográfica da comunidade.

Outros tipos de recursos naturais extraídos e utilizados pelos moradores são os não-madeireiros. Esses assumem importância significativa para a subsistência das famílias, principalmente em períodos do ano em que a atividade de roça está em processo de elaboração de matéria-prima: a maturação da mandioca. Por isso as atividades de extrativismo animal como a pesca e a caça ocupam espaço no mundo de trabalho das famílias. Os dados apresentados no quadro 5 asseveram as espécies mais utilizadas pelos moradores como complemento no processo produtivo que garante a reprodução das relações sociais em sua subsistência:

Quadro 5: Mamíferos, aves e peixes consumidos pelos moradores da Comunidade Colônia Central.

Espécies	Nome vernacular	Nome científico	Local encontrado
Mamíferos	Cutia	Dasyprocta	Entorno de igarapés
	Macaco	Várias espécies	Centro da floresta
	Paca	Cuniculus paca	Entorno de igarapés
	Queixada	Novemcinctus Odocoileus	Centro da floresta
	Preguiça	Tayassu albirostris Dasybus	Entorno do ramal
Tatu	Virginianus	Entorno do ramal	
Aves	Inhambuaçu	Tinamus inhambuguaçu	Centro da floresta
	Pato do mato	Mycteria ou Jabiru	Centro da floresta
Peixes	Branquinha	Anodus	Lago tupé
	Curimatã	Prochilodus nigricans	Igarapés
	Jaraqui.	Hypophtalmus	Lago e igarapés
	Tucunaré	Chicla ocellaris	Lago e igarapés

Fonte: Pesquisa de campo, 2007. Org. dos dados: ARAÚJO, C. C., 2008.

O uso dos recursos naturais demonstrado, enquanto feito para satisfazer apenas as necessidades de subsistência da população local tem como característica a baixa densidade demográfica, não ocasionando riscos de depredação ou de extinção das espécies. O quadro acima demonstra que a pesca e a caça são atividades que dão um caráter de complementaridade à forma de subsistência das famílias. São atividades desenvolvidas por poucos moradores e são coletadas pequenas quantidades. As espécies consumidas incorporam o *habitat* dos recursos naturais existentes na área de atuação dos comunitários. Por outro lado, os equipamentos utilizados para a prática destas atividades são todos artesanais, pois não percebemos instrumentos industrializados.

Na pesca, tem-se o uso da canoa, movida a remo, e rede de malhadeira e caniço, que se constituem como sendo de uso para peixes de pequeno porte e anzóis colocados em forma de espera. A caça é realizada de acordo com a época do ano e mês, depende do ciclo da lua, sendo utilizadas como instrumento, armadilhas

como arapucas de espera, além de espingardas caseiras. Segundo a fala do morador, a caça se realiza de forma complementar e dentro de um sistema rotativo de espécies, pois:

A gente só caça quando está acontecendo a falta do alimento. Às vezes a roça está crescendo, as frutas fora da época, principalmente entre os meses de outubro e março do ano, aí a gente se vê numa situação difícil, aí sim a gente sai pra caça e pra pesca. Mas não todo dia, a gente sabe que se pescar e caçar muito acaba, aí a gente combina e sai pra pescar e caçar juntos. A gente conhece o lago, o rio e a mata por isso a gente só traz o que tá bom de tamanho, na pesca principalmente a branquinha e o tucunaré, na caça o macaco e o queixada. Quando é um animal grande a gente divide entre os outros moradores, a pele a gente dá para uns pesquisadores que aparecem por aqui. (Sr. José Levi, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo. 2007)

Por ter importância na subsistência das famílias, o significado econômico destas práticas tradicionais de produção estabelece o entendimento da forma específica do homem amazônico ao se relacionar com a natureza. O conhecimento empírico tradicional está aqui estabelecido quando o morador descreveu sobre o seu conhecimento em relação aos recursos naturais por ele consumido.

A experiência extrativista nas comunidades tradicionais possui um significado que deve ser observado mais amplamente, isto é, para além do viés puramente econômico, pois suas marcas se encontram não só nas atividades produtivas fortemente vinculadas ao meio físico, mas também nos modos de vida expressos na maneira de viver numa dependência direta dos recursos naturais desse bioma, elementos que expressam os conhecimentos que são construídos na trajetória dessa vivência.

O contraponto à experiência extrativista é o surgimento da prática da agricultura de subsistência, em que o agricultor se estabelece em uma área própria, cuja produção está voltada para a subsistência da própria família, com pouco produto indo para o abastecimento das populações urbanas da cidade de Manaus. Essa dimensão do trabalho agrícola desenvolvida pelos moradores da Comunidade Colônia Central está vinculada diretamente à exploração da monocultura específica da mandioca como uma prática agrícola e a fruticultura como base do extrativismo vegetal.

O entrelaçamento dessas duas experiências, a extrativista e a agricultura de subsistência, tem norteado a maneira em que se configura a organização social dessa população que habita a região denominada, pelos próprios moradores, de forma genérica, como “Colônia Central”, assumindo significados diversos ao longo do tempo, tendo um modo de vida sem dúvida, marcado pelas atividades extrativistas. Esse processo demonstra que a organização social dos moradores na Comunidade Colônia Central se formou no entorno da economia do extrativismo em geral (caça, pesca, frutas, etc.) e da produção familiar da mandioca, com base na produção de seus derivados.

O quadro 6 indica outras espécies da floresta que são utilizadas no sistema produtivo local, se constituindo como elemento importante na consolidação do processo produtivo das famílias e no desenvolvimento da economia dos moradores da Comunidade Colônia Central, sendo este outro ciclo de exploração do extrativismo praticado, conforme o que estabelece os dados a respeito dessa temática:

Quadro 6: Outros recursos florestais consumidos e/ou usados pelos moradores na Comunidade Colônia Central.

Espécies	Nome científico	Principais usos
Caju	Anacardium giganteum.	Consumo do fruto <i>IN NATURA</i> e em forma de suco; castanha assada em forma de paçoca.
Tucumã	Astrocaryum Palmae	Consumo do fruto <i>in natura</i> , com a folha faz-se a cobertura das casas.
Copaíba	Copaifera	A resina é utilizada como princípio medicinal.
Açaí	Euterpe oleracea	Consumo do vinho, construção da casa com a palmeira.
Cipó-titica	Heteropsis	Produção de artesanato, cestos e paneiros.
Ingá-cipó	Inga edulis	Consumo da polpa e comercializados em Manaus.
Arumã	Ischnosiphon	Cipó para artesanato, óleo das sementes e fibras para utensílios de caça e paneiros.
Bacaba; bacabinha	Oenocarpus	Consumo do suco, uso da palha para cobertura das casas.
Cupuaçu	Theobroma randiflorum.	Polpa comercializada, Consumo do suco, caroços usados para fazer cupulate caseiro.

Fonte: Pesquisa de campo, 2007. Org. dos dados: ARAÚJO, C. C., 2008.

Os moradores que habitam a Comunidade Colônia Central ocuparam suas terras como outros milhares de moradores da Amazônia, ou seja, chegaram em busca de terra sem ter conhecimento dos recursos naturais da região. Suas atividades extrativistas são, em geral, limitadas. Eles asseguram sua subsistência na

prática de cultivos de ciclo curto e usam a exploração dos recursos naturais para subsidiar o consumo de outros bens não produzidos por eles.

A pesquisa de campo nos indica que, dos produtos acima, os de maior incidência de exploração para a subsistência no cotidiano de trabalho dos moradores da Comunidade Colônia Central são as espécies frutíferas do cupuaçu (*Theobroma randiflorum*) e do tucumã (*Astrocaryum aculeatum*). Ambas foram incorporadas ao modo de vida dos moradores, ou seja, foram implantadas por agentes externos à comunidade. O cupuaçu (*Theobroma randiflorum*) e o tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) representam as modificações que o homem pode fazer no meio em que vive. Portanto, mesclam-se culturas de coleta dos recursos naturais e de plantações controladas pelo nicho econômico dos moradores.

Portanto, faz-se mister afirmar a nossa compreensão de que a relação entre o homem e a natureza é uma categoria socialmente construída a partir de esquemas culturais associados às percepções da relação estabelecida entre esses dois componentes do processo ambiental, a partir daí se extrai possibilidades de apropriação e uso dos recursos territorializados e/ou de uso comum, destes em relação aqueles, numa relação para além dos fenômenos físicos e naturais. Essa análise nos leva de encontro ao entendimento sobre a amplitude da ação antrópica, no contexto social, econômico, ambiental e cultural estudado, pois na relação com a natureza o grupo social que habita a Comunidade Colônia Central incorpora múltiplas formas e objetivos de convivência social, condicionados historicamente pela necessidade de subsistência, evocando o “campo ambiental” de forma distinta.

São diferentes os significados dados aos recursos naturais do meio ambiente e os modos sociais de apropriação e uso desses e que fazem a base material do modo de vida dos moradores em estudo. O significado ou o que representa os recursos naturais muda no tempo e no espaço, de acordo com os valores, objetivos e configurações históricas dessa dada sociedade, formada por um grupo de sujeitos inscritos no contexto das dinâmicas socioculturais, formulações, pressupostos e sentidos do campo ambiental. Esses sentidos são construídos segundo as necessidades, interesses e objetivos deste mesmo grupo social, ou seja,

estão associados com as relações que o ser humano mantém entre si e com a natureza.

Trata-se, na realidade, das diferentes formas através das quais os agentes sociais, na sua relação com a natureza, dão significado ao mundo material e desenvolvem suas estratégias econômicas, políticas e simbólicas para dele se apropriar. Dessa forma, a cultura se configura como elemento importante para compreensão dos fatos sociais, distinguindo-se a organização da experiência e da ação humana por meios simbólicos como fenômenos únicos.

O mundo dos homens é simbolicamente constituído e a sua singularidade está exatamente na cultura em sua expressão pluralista. O simbólico assume uma função mediadora nas diversas formas de apreensão do real no mundo do trabalho vivificado pelos moradores em suas múltiplas dimensões. Esse comportamento é observado no discurso do colono quando o mesmo explica os elementos que compõe o sistema produtivo dessa população:

O nosso trabalho aqui não é só a roça, temos as frutas, os cipós, temos muita coisa. As frutas mais importante aqui é o cupuaçu e o tucumã. O cupuaçu a gente plantô muito. A gente nem sabia como cuidar, mas começemos a trazer sementes e plantamo, hoje taí, temos muito cupuaçu, que na safra grande a gente não consegue vender. Sai caro levar pra Manaus. É mais pro nosso consumo mesmo. É nós não tem outra alternativa a não ser estragar. Já o tucumã , ele dá até um dinheirinho. Ele demora mais a estragar, o problema é o preço. Daqui, a gente tem que pagar a nossa passagem e os sacos de tucumã, ai tudo fica caro. Mas o tucumã a gente aproveita tudo, até a palha pra cobrir nossa casa. A gente aprendeu a lidar com o tucumanzeiro, porque a gente nem conhecia. Nós sabemos que o cupuaçu e o tucumã faz parte da nossa vida, se deram bem aqui. Apesar de não trazer valor em dinheiro, mas o uso dele por nós é importante. (Sr. Luiz Monteiro, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo. 2007).

A dimensão cultural configura o sentido do estar do homem no mundo, e se constitui como importante elemento para a compreensão dos processos sociais. A sua unidade é constituída pelo significado que as coisas têm para as pessoas. É por meio da cultura que as experiências são significadas. Daí essa significação passa a compor o modo de vida de determinado grupo social, tornando-se uma qualidade simbólica, ou seja, o processo de acomodação de determinado valor ou verdade significativa.

Nesse sentido, no modo de vida dos moradores da Comunidade Colônia Central, a lógica material não está separada do interesse prático, antes o interesse prático do indivíduo na produção do seu sistema produtivo é simbolicamente instaurado. Assim, tanto as finalidades quanto as modalidades de produção são estabelecidas em função das necessidades culturalmente instauradas pelo grupo.

A inserção do pesquisador estabelecendo contatos freqüentes com os moradores da comunidade possibilitou uma percepção mais ampla da organização social, ambiental, econômica e cultural desses, isto é, percebemos em seu pormenor como esse grupo social produz e reproduz material e culturalmente os seus espaços produtivos e conseqüentemente seus modos de vida.

Na comunidade estudada, os ambientes não são homogêneos, antes são construídos socialmente, eles indicam diferentes formas de relações sociais e práticas culturais anteriormente citadas. Os traços comuns que a caracterizam aproximam a precariedade dos serviços básicos, que afeta a infra-estrutura dos contextos sociais interferindo nas suas condições de produção e qualidade de vida.

Os espaços de produção, para além da lógica das práticas, incorporam dimensões simbólicas. A roça e o processo de produção de farinha se configuram também como espaços onde surgem as formas de organização social e a sociabilidade do grupo, ou seja, como espaços de representações simbólicas. As tradições, valores e conhecimentos são formas de saberes culturais que dinamizam os modos de vida dos moradores da Comunidade Colônia Central. A dimensão cultural assume não só um sentido simbólico de representações e significados de coisas, mas também todo um conjunto de práticas, materiais e discursivas que orientam a construção dos espaços e a base econômica.

Portanto a práxis humana se configura como um dos eixos que orienta as formas de apropriação e uso dos recursos naturais. Enquanto tal carrega em si potencial de construção/reconstrução das práticas, processos e saberes das comunidades tradicionais. Os diversos significados ou representações que os recursos naturais assumem ao serem explorados pelo grupo social para a sua subsistência estão associadas ao existir pessoal e comunitário, sobretudo, em torno de uma consciência ecológica associada à necessidade de sobrevivência humana.

Cotidianamente, na relação direta com diferentes ambientes, os moradores constroem, ampliam e reconstróem conhecimentos práticos que têm garantido uma relação responsável com os recursos da natureza.

As questões ambientais, econômicas, culturais e sociais são dimensões que se articulam às diferentes formas de compreensão do modo de vida na Amazônia. Esse fato nos revela a importância socioambiental da Amazônia numa dimensão local e global e a torna alvo de interesses nacionais e internacionais conflitantes. A esse respeito, Becker (1993) revela que, de um lado, a consciência ecológica legítima; e de outro, pressões geopolíticas associadas à valorização da biodiversidade como fonte de ciência e tecnologia representam fonte de poder.

As pressões que expressam as contradições existentes no sistema produtivo hegemônico em detrimento ao estudado levam ao encontro das novas exigências socioeconômicas mundiais que emergem hoje pautadas nos princípios dos novos paradigmas de desenvolvimento sustentável compreendidos pela população que habita a Amazônia, como é o caso dos moradores colonos da Comunidade Colônia Central.

2.2 A casa e a roça: Espaços simbólicos da divisão social do trabalho e do labor.

Fig. 11: Casa do colono: espaço de poder e governança da mulher.



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

A casa dos moradores na Comunidade Colônia Central é um espaço que tem como característica o trabalho da mulher. É neste espaço que ela exercita seu poder e dominação. Num sentido mais amplo, a casa que abriga a família nessa

comunidade tem uma simbologia para as mulheres de forma diferente de outras comunidades já estudadas na Amazônia, pois ela representa o lugar onde a mulher exerce o seu poder de mando sobre os homens, numa sociedade hegemonicamente patriarcal. Essa realidade se apresenta no discurso da moradora ao afirmar que:

A responsável pela casa sou eu. Eu que administro, organizo, e comando dentro da casa. A nossa casa é do jeito que é hoje porque eu é que fui dizendo como eu queria. Tudo que diz respeito a casa eu que digo o que deve e o que não deve, seja alimento, seja mudanças, seja dinheiro. O meu trabalho é cuidar bem dessas coisas. O homem ele ordena o trabalho dele e eu ordeno o meu trabalho. Assim é melhor, o marido não se mete no meu trabalho e eu não me meto no trabalho dele. Agora, faço as coisas pra agradar a ele por que eu já conheço o gosto dele. Mas tenho orgulho de dizer que a casa é a minha oportunidade de mostrar o meu trabalho e ser elogiada por ele, mesmo que eu não ganhe dinheiro pra fazer. (Dalva Freitas, moradora da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo. 2007).

A moradia se constitui dessa forma num espaço de conciliação e conflito, já que está presente a disputa pela correlação de poder, pois:

Dentro de casa a mulher em geral é a responsável por todos os afazeres domésticos no cotidiano e ocupa espaços igualmente caracterizados como lugar de mulher: a cozinha, o terreiro para dar comida as criações ou para varrer e queimar lixo. (Furtado & Quaresma, 2002:39).

Na Comunidade Colônia Central, o espaço ocupado pela mulher é culturalmente determinado: interior da casa e seu entorno. Observa-se, porém, que essa delimitação não determina uma condição de submissão, mas sim de acomodação em relação ao espaço que cada membro da família ocupa no cotidiano das relações econômicas, sociais e culturais.

Essa definição do espaço designando uma relação de mando, não designa afirmar que a mulher viva numa condição de submissão em relação ao pátrio poder do homem e nem que se apresente numa condição de subalternidade, antes é nesse espaço que a mulher demonstra a sua importância no seio familiar e na comunidade.

Esse aspecto da vida cotidiana da mulher também é identificado em outros estudos já realizados, como nos lembra Woortmam (1997: 44) que a mulher é concebida como um ser ambíguo, notadamente pela representação de seu corpo,

como em tanto outros lugares do Brasil e do mundo. Seu governo é o da casa; assumir o processo de trabalho da roça acentuaria a sua ambigüidade. A figura 12 acentua o espaço simbólico que estabelece o poder de governança da mulher complementa o resultado do sistema produtivo: Na roça o homem produz a matéria prima do trabalho da mulher.

Fig. 12: O espaço interno da casa: Território de mando da mulher.



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

O poder da mulher na luta pela manifestação de suas necessidades está para além da condição de submissão, como afirma o movimento feminista. Nesse processo observamos que está presente a relação entre trabalho e labor em sua dimensão subjetiva e objetiva dando significado ao trabalho desenvolvido pela mulher no cotidiano doméstico da família. O espaço doméstico e seu entorno, portanto, representa o lugar onde a mulher exercita seu mundo materializado no trabalho não-remunerado, mas subjetivado no valor dado pelo marido. Sentimento e significado se unem então ao esforço físico laboral do trabalho, dando ordem às duas dimensões.

No contexto da vida feminino, a divisão social do trabalho está estabelecida culturalmente na vida cotidiana das mulheres que moram na Comunidade Colônia Central, ou seja, observa-se que a mulher, ao perceber o espaço doméstico como seu, passa a utilizá-lo como instrumento de “domínio” na sua relação com os afazeres do homem, valorizando seu trabalho, dignificando, assim, o seu *status* enquanto sujeito de sua história fundamentada no trabalho que executa.

Os espaços internos da casa que, em sua maioria, são compostos por três

compartimentos (uma sala que serve como cozinha, um quarto para o casal e um quarto para as crianças que, por sua vez, não são em grande número, no máximo quatro por família), estão presentes a relação distinta entre os gêneros masculino e feminino, consolidando as relações sociais reproduzidas por valores culturais. Esse modo de viver assemelha-se ao de outras famílias estudadas na Amazônia, onde se apresenta a divisão do trabalho, como por exemplo, em Itá estudada por Wagley (1988) e Tamaruteua por Furtado & Quaresma (2002).

Fig. 13: A cozinha da casa: micro espaço de representação simbólica do cotidiano do trabalho e do labor da mulher.



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

A casa, além de ser um domínio estritamente da mulher, demarca espaços de representação da cultura de disputa de poder. Por exemplo, a cozinha é um espaço onde o homem não se atreve a freqüentar nas famílias pesquisadas na Comunidade Colônia Central. Se a casa é um espaço da mulher, a cozinha dentro dela é a mais radical simbologia do poder da mulher nas atividades domésticas. Atividades que denotam elementos significativos de trabalho e labor na sua amplitude de significado. Esse espaço de trabalho e de labor se constitui num elemento sagrado da mulher. Essa expressividade é assim demonstrada pela a moradora:

[...] a cozinha eu governo. Quem escolhe a comida sou eu. Às vezes tenho que recorrer a alimentos enlatados, mas eu não gosto, só quando não tem jeito, porque a gente tem aqui a caça, a criação, o peixe, as frutas, as verduras, o feijão e o arroz, então basta eu ter criatividade pra cozinhar. O homem não pode ficar na cozinha porque ele dá psica (termo utilizado para designar situação de azar), ai a comida sai ruim. O lugar do homem é na roça. Na casa e na cozinha é lugar de mulher. (Sra. Ana Maria, moradora da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo. 2007).

No cotidiano vivido pelas famílias na Comunidade Colônia Central, tanto homem quanto mulher não fazem cerimônia quando se trata de demonstrar a divisão social do trabalho, basta um olhar atento que esse fato se estabelece de maneira objetiva. [...] *a casa tem espaços que significam espaços masculinos e femininos, cuja análise pretende fornecer excelentes contribuições aos estudos da construção de gêneros em comunidades caboclas da Amazônia.* (FURTADO & QUARESMA, 2002: 40).

Um aspecto observado na estrutura arquitetônica das casas dos moradores da Comunidade Colônia Central é o fato de todas apresentarem, além dos três compartimentos, um espaço externo a casa, mas anexado a ela. Esse espaço normalmente se localiza no lado em que o sol desaparece. Esse compartimento é o espaço coletivo da casa. Ali se recebem visitas, se conversa nos finais de tarde e se reúne com as demais famílias. É nesse espaço que sempre fomos recebidos para realizar o trabalho de campo. Torna-se um espaço importante para produção e reprodução das relações sociais, pois é nele que também se combinam os mutirões e se formam os grupos de tarefas, esse espaço é melhor identificado na figura 8, onde encontra-se registrada uma cena típica do cotidiano dos moradores no interior do espaço doméstico e dentro dele, o espaço social de recepção e conversação com outros comunitários e/ou visitantes:

Fig. 8: Casa típica do morador na Comunidade Colônia Central.



Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

A estrutura arquitetônica da casa dos colonos traz a presença do espaço de

conversação e recepção que se constitui num item importante no processo de combinação do mutirão que dá origem aos mutireiros e combinadores no processo de trabalho. Por outro lado, o trabalho da roça se destaca como um espaço estritamente do homem, do qual, através de um contrato social implícito, a mulher só participa se o trabalho está atrasado, fato este que não é visto com bons olhos pelos demais comunitários, pois significa que o homem fraquejou e precisou da força de trabalho da mulher.

Cotidianamente o homem e a mulher iniciam as suas atividades de trabalho por volta das cinco horas da manhã para começar um ciclo produtivo que só termina às nove horas da noite. O café é produzido e servido pela mulher religiosamente às seis horas da manhã, sempre acompanhado por biju, farinha de tapioca e mandioca e algumas frutas da época. Em seguida o homem se desloca para a roça. Na roça as atividades desenvolvidas são: broca, capina, plantação e destocagem. São atividades que requerem o uso de grande esforço físico. Esses procedimentos são reconhecidos também como trabalho que tem como principal finalidade fornecer elementos da economia doméstica, estando esse trabalho permeado pelo sentido de labor que o homem produz ao agir para transformar os recursos naturais em produtos de sua subsistência. A figura 9 nos ajuda a compreender esse cenário, pois revela o roçado já pronto e ao fundo a casa do morador. Neste caso, a roça se localiza no entorno da casa, na Comunidade Colônia Central essa é uma regra predominante: Roça e casa se interrelacionam e se complementam:

Fig. 14: A roça: espaço simbólico de trabalho e labor masculino. Ao fundo a casa espaço de governança da mulher.



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Na atividade de trabalho cotidiano do colono na Comunidade Colônia Central, não se observa a presença de qualquer instrumento que represente a modernidade. Ao contrário, utilizam instrumentos rudimentares usados no trabalho agrícola pelas populações tradicionais da Amazônia. Essa característica do trabalho realizado pelos colonos centrauenses é também identificada nos estudo de Woortmam (1997: 65), quando se refere ao processo rudimentar do sistema produtivo com base na roça:

O que queremos ressaltar aqui é que, ao contrário da agricultura moderna “racional”, capitalizada e voltada exclusivamente para o mercado, os sitiantes (colonos, grifo nosso) adequam as plantas (vale dizer, aquilo que irão depois comer) ao solo, e não, como na agricultura “moderna”, o solo às plantas, isto é, ao mercado. Em outras palavras, não se “corrige” o solo com insumos industriais (só se corrige o que está errado, e para os sitiantes não existem solos “errados”); planta-se aquilo que o solo “dá”, naturalmente. Nas representações dos sitiantes estabelece-se uma relação de troca entre o homem e a terra: O homem investe trabalho e em troca recebe a produção, mas a natureza deve ser respeitada, não deve ser agredida com corretivos químicos, pois ela poderá “vingar-se”, “envenenando o mantimento”. O modelo camponês procura realizar as potencialidades da natureza diante das demandas do homem.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio Witkoski (2007: 219), se refere ao sistema tradicional dos camponeses da várzea, indicando que: *O camponês amazônico, em função de sua prática tradicional, com relação ao cultivo agrícola tem procurado resistir, da maneira como pode, à sedução completa e/ou parcial desses “pacotes” tecnológicos vinculados aos defensivos agrícolas. [...].*

As características do desenvolvimento do sistema produtivo realizado pelos colonos na Comunidade Colônia Central está intimamente determinado pelos aspectos do *animal laborans* em detrimento ao *homo faber* na perspectiva arendtiana, assim como a relação existente entre trabalho e labor, pois, ao mesmo tempo em que o colono utiliza a força física, ele pensa, planeja e programa essa atividade, produz valores que se expressam na lida cotidiana do trabalho e da produção social da família e da comunidade. Nesse processo, está em jogo o valor econômico, social e cultural do trabalho do homem e da mulher, numa produtividade que molda o comportamento de cada indivíduo neste processo. A esse respeito Witkoski (2001) apoiando-se nas idéias de Arendt (1993) em “A condição Humana”

assevera que:

Essa produtividade não reside em qualquer um dos produtos do labor, mas na “força” humana, cuja intensidade não se esgota depois que ela produz os meios de sua subsistência e sobrevivência, mas é capaz de produzir um “excedente”, isto é, mais do que o necessário à sua reprodução.

É o trabalho do homem que determina o sistema produtivo, garantindo a subsistência de sua família, produz excedente para a sua própria reprodução e vai ser comercializado para a o consumo de bens não produzidos por ele. Portanto a roça é um espaço simbolicamente masculino que estabelece uma relação produtiva que representa a subsistência econômica da família e conseqüentemente da comunidade. Apesar de ser um espaço masculino, a presença da mulher é sempre requisitada pela necessidade que o processo produtivo determina. Essa inclusão da mulher desencadeia uma série de comportamentos sociais e culturais que simbolizam valores materiais e subjetivos reproduzido no modo de viver dessas famílias.

O trabalho com base na atividade doméstica realizado pela mulher e o realizado pelo homem na roça são desprovidos de remuneração assalariada, não há um ganho “econômico” determinado, mas é depreendida força de trabalho. Podemos considerar que, nestas atividades, ocorre uma relação de troca social, pois a mulher, ao cuidar dos afazeres domésticos, “troca” essa condição pelos afazeres do esposo e/ou companheiro, cuja atividade produtiva é que deve ter retorno econômico para a família, sendo o valor de troca do produto de seu trabalho aí determinado. Esse processo assume um significado social, econômico e cultural que consolida o *modus operandis* desses atores sociais no cotidiano de suas vidas, produzindo o valor simbólico do trabalho e do labor do homem e da mulher.

Dessa assertiva, podemos inferir que o a simbologia produzida pelo trabalho e pelo labor no cotidiano da vida dos sujeitos estudados, quer seja no sistema produtivo material, quer seja no significado do trabalho da mulher, além de orientar as suas práticas sociais e econômicas permite resolver problemas práticos e imediatos, como manejar os recursos da floresta de forma sustentável, garantindo, de maneira sistemática, a sua reprodução social e cultural e de seu grupo familiar. E, ainda, que de forma incipiente, orienta a existência de um comportamento

subjacente de resistência ao modo de vida determinado para o *homo faber*, em busca dos meios para a consolidação de organizações sociais mais coesas.

2.3 Trabalho e labor: A inserção social da mulher nas relações de produção das famílias centruense.

As tradições, valores e conhecimentos são formas de saberes culturais que dinamizam os modos de vida locais. A dimensão cultural assume não só um sentido simbólico de representações e significados de coisas, mas também todo um conjunto de práticas, materiais e discursivas que orientam a construção dos espaços e a base econômica.

A cultura se configura como um dos eixos que orientam as formas de apropriação e uso dos recursos naturais. Enquanto tal, carrega em si potencial de construção/reconstrução das práticas, processos e saberes das comunidades tradicionais. Nota-se, nas comunidades existentes na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé, que se entrelaçam múltiplos saberes que orientam suas práticas sociais e seus processos de trabalho, demarcando a diversidade e a multiculturalidade amazônica. Os espaços de trabalho estão vinculados à produção simbólica. Neste contexto, a terra é compreendida não só como espaço de trabalho, mas também de moradia, sobrevivência, de convivência comunitária, enfim de reprodução de valores culturais.

Na comunidade estudada a floresta adquire sentidos, significados e representações associadas ao existir pessoal e comunitário, sobretudo, em torno de uma consciência ecológica associada à necessidade de sobrevivência humana. Cotidianamente, os moradores da Comunidade Colônia Central estabelecem uma relação direta com os diferentes elementos da natureza que constroem, ampliam ou reconstróem seus saberes, determinando uma relação antrópica responsável em relação aos recursos da natureza. Dessa forma, estudar o processo de desenvolvimento do cotidiano dos moradores nessa comunidade, articulando-os aos problemas ambientais é atualizar-se frente aos processos e dinâmicas das realidades que permeiam a vida desses moradores rurais, compreendendo as múltiplas dimensões presentes neste viver. Portanto, ao focarmos aspectos do

trabalho e do cotidiano das mulheres, torna-se importante traçarmos algumas conjecturas a respeito da relação existente entre o trabalho e o labor, pois esses dois conceitos estão cotidianamente presentes no viver das mulheres na Comunidade Colônia Central.

Ao nos dedicarmos sobre essa temática, é importante primeiramente situar a análise da sociedade complexa do mundo atual, a partir das categorias *homo faber*, para a era moderna, e *animal laborans*, para o período contemporâneo, utilizadas por FERRAZ (2001), ao se referir às idéias formuladas por Arendt, sentencia que:

Na sociedade dominada pela concepção do *homo faber*, a troca de produtos transforma-se na principal atividade política. Nela os homens começam a ser julgados não como pessoas, como seres que agem, que falam, que julgam, mas como produtores e segundo a utilidade de seus produtos. Aos olhos do *homo faber*, a força do trabalho é apenas um meio de produzir um objeto de uso ou um objeto de troca.

Estamos diante de paradigmas e conceitos que se misturam entre os períodos contemporâneo e moderno e percebe-se, a assimilação da idéia de trabalho pela idéia de labor, daquilo que é necessário e indispensável para a própria vida humana. É no cotidiano das atividades laborativas das mulheres na Comunidade Colônia Central que percebemos as diferenças entre trabalho e labor na perspectiva acima determinada, aparecendo em seus discursos de forma que elas não percebem a diferença entre um e outro aspecto:

[...] O nosso trabalho é dividido em duas partes: primeiro nós mulheres temos que cuidar da casa. A casa fica sobre o nosso governo: cuidar, limpar, zelar, manter ela sempre arrumada. Isso com o trabalho de cuidar da roupa de todo mundo da casa. Esse trabalho – nem sei se isso é trabalho, não recebemos nada pra fazer, tu já pensou só nisso - eu gosto, aqui pelo que vejo todas as mulheres gostam porque nós cuidamos do que é nosso e a gente faz da forma que a gente quer, por isso é bom. Cozinhar também é com a gente e faz parte da nossa vida. O homem nem chaga perto do fogão. Outro trabalho que temos é o de ajudar o marido na roça, principalmente quando o trabalho está apertado. Às vezes a gente espera que a chuva comece a cair forte num mês, quando a gente percebe tá caindo em outro, daí a gente tem que correr com a roça. Mas este trabalho eu já vou porque é necessário, o que eu gosto mesmo é de fazer a farinha e as outras coisas da mandioca, mas o pesado mesmo é dos homens. (Sra. Dalva Freitas, moradora da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

O discurso da moradora nos leva a atentar para a distinção entre as categorias trabalho e labor formuladas por Arendt (2007), para quem em primeiro lugar, devemos observar que o labor, ao contrário do trabalho, não tem produtividade, ou seja, o trabalho pode ser visto por seus resultados e seus produtos, que permanecem. O labor não produz propriamente alguma coisa, no sentido de que os bens de consumo são bens que estão para o homem na medida em que são consumidos pelo homem, isto é, são readquiridos pelo corpo que os produz.

O labor tem uma forma de produtividade que não está em produtos, mas na própria força humana que produz. Essa força humana não se esgota com a produção dos meios de sobrevivência, e é capaz de ter um excedente, que já não é necessário à reprodução de cada um e constitui o que o labor produz. Em outras palavras, o que o labor produz é força de trabalho, igual ao trabalho doméstico relatado pela moradora que não é comercializado, não produz mais-valia, mas são empreendidas força de trabalho e tempo para a realização das tarefas domésticas produzindo resultados subjetivos para a satisfação das necessidades também subjetivas dos moradores da casa. Por outro lado, o trabalho doméstico, que aqui consideramos labor, não recebe valor agregado e não está disponível no mercado, este tem a ver, com o comportamento, com as relações sociais ali estabelecidas, em última análise com a cultura intra-familiar, no contexto do cotidiano de vidas das mulheres na Comunidade Colônia Central.

A não compreensão desse processo, ou a subjetividade dessa compreensão, fica objetivada no discurso da moradora, quando a sua formulação a respeito do seu trabalho e a condição social do mesmo assume significados que buscam decodificar cognitivamente esse processo como tal. Estando aí presente a sua condição humana, ou seja, do seu trabalho enquanto ser e do seu resultado enquanto valores produzidos. O trabalho do homem produz algo material, em contrapartida, o da mulher produz algo que ela entende ter valor de uso e de troca através da percepção de um sentimento de satisfação da família em relação ao seu esforço físico e mental para transformar as coisas dadas pela realidade, ou seja, através de sua força de trabalho.

O modo de vida dos moradores na Comunidade Colônia Central contrasta com o modo de vida urbano na cidade de Manaus. São modos de vida que se contrapõem e ao mesmo tempo se complementam. São vivências que se entrecruzam em função da proximidade geográfica entre esses dois mundos. Dessa forma nos aproximamos da perspectiva proposta por Arendt (2007), pois estamos diante de dois tipos de sociedade: a sociedade do *homo faber* (modo de vida em Manaus) e a sociedade do *animal laborans* (modo de vida na Comunidade Colônia Central), que são assim comparadas: Enquanto na sociedade do *homo faber*, o centro dos cuidados humanos é a propriedade, e o mundo se divide em propriedade; já numa sociedade dominada pela idéia do *animal laborans*, ou seja, na sociedade de operários ou sociedade de consumo, o centro já não é o mundo, construído pelo homem, mas a mera necessidade de vida, a pura sobrevivência. O homem movido pelo labor não conhece outro valor, nem conhece outra necessidade, senão a sua própria sobrevivência.

Na sociedade de operários, somos todos levados pela necessidade e voltados para nós mesmos. Somos todos força de trabalho e, nesse sentido, um produto eminentemente fungível. No mundo do *homo faber*, tudo se torna absolutamente descartável. Nada tem sentido, senão para a sobrevivência de cada um, ou seja, numa sociedade de consumo, os homens passam a ser julgados, todos, segundo as funções que exercem no processo de trabalho e de produção social.

O modo de vida tradicional vivenciado pelos moradores da Comunidade Colônia Central institui comportamentos peculiares, sendo um lugar onde as suas atividades laborativas a qualificam como tendo seu próprio significado, produzindo visão de mundo. São vivências que se enquadram na experiência social do *animal laborans*, já que o consumo dos bens produzidos, e a relação de vizinhança que ali se estabelece baseada na solidariedade favorece um modo de vida descolado do modo de vida da sociedade *homo faber* baseada no consumo individualizado dos bens produzidos. Desta forma, a atividade de trabalho da mulher tem um significado que caracteriza o modo de vida da sociedade *animal laborans* pela sua subjetividade. Ou seja, apesar de vivermos no mundo moderno, na Comunidade Colônia Central, apresentam-se relações de produção pautadas na valorização do *serem* detrimento do *ter*.

Esta afirmação que, à primeira vista, pode parecer apenas uma descrição da realidade analisada, contém, na verdade, um elemento de criticidade que, em geral, se entende por “atividade econômica”, ou seja, esta atividade tradicionalmente é entendida em termos de uma economia de mercado, onde o trabalho é uma mercadoria como as outras. A mercadoria produzida e que não pode ser “vendida” é, nesta perspectiva, considerada “improdutiva”, categoria em que se enquadram o trabalho das mulheres na Comunidade Colônia Central, considerando as tarefas domésticas realizadas por elas, situação descrita assim pela mulher centrauense:

O nosso trabalho é pouco valorizado por quem não vive com a gente, agora a nossa família sim, valoriza porque sabe, está perto vendo, acompanhando. A gente sabe que não vai ser pago, mas a gente faz com prazer porque é pra nossa família. Agora quem está de fora acha que a nossa vida é uma maravilha, que aqui se vive no paraíso. Não aqui tem muitos problemas e nós mulheres é que muitas vezes decidimos as coisas. A gente pode não ter a força do homem, mas nós temos como ajudar. Quem olha de longe acha que nós não temos importância, mas nós é que fazemos os trabalhos doméstico e ajudamos nos trabalhos da roça, se isso não é importante, então o que é importante numa família? [...]. (Sra. Ana Maria, moradora da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

O discurso da moradora vai de encontro às críticas que Marx (2004) fez à economia de mercado, à distinção entre trabalho produtivo (aquele que propicia mais-valia) e ao improdutivo (o que não propicia a existência da mais-valia) foi uma das características da linha de pensamento produzido por esse processo.

Para diversos pensadores marxistas, esta questão foi sempre dolorosa. Como “enquadrar” o trabalho doméstico no processo produtivo? Na década de 1970, as discussões foram intensas. Para alguns pensadores, as atividades domésticas são produtivas porque, na medida em que a esposa se insere num “modo de produção doméstico”, ou seja, seria a existência de um subsistema produtivo, subordinado ao modo dominante de produção, no caso, o capitalista. Esse aspecto conceitual se materializa no discurso da moradora:

Eu entendo que o meu trabalho é difícil e ao mesmo tempo é fácil. Difícil porque a gente trabalha muitas horas por dia: em casa, com a criação e às vezes na roça, como a gente faz todo dia quase a mesma coisa a gente se cansa; agora eu sei que o meu trabalho é importante, porque se eu não fizer como é que vai ser a nossa família. As coisas são assim mesmo, desde que a gente cresce a gente tem que trabalhar. Cada um trabalha naquilo que a vida lhe

dá oportunidade. Acho até que a gente não vive sem trabalho. (Sra. Socorro Valente, moradora da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

A divisão social do trabalho entre “produtivo” e “improdutivo” permanece em grande parte dos textos marxistas, mesmo depois das críticas feitas por Polany (1980) e Arendt (2007). Esta classificação se tornou um obstáculo para o avanço do pensamento social e econômico que discute questões ligadas à redistribuição da renda e aos direitos de propriedade. Como observamos, essa distinção se encontra presente na vida e no discurso das mulheres na Comunidade Colônia Central.

Essas questões nos levam a refletir sobre a noção de “trabalho”, e, especificamente, neste capítulo, o trabalho realizado pelas mulheres, sem querer dar conta de forma definitiva desta temática, pois estamos apenas no meio de um estudo sobre o pensamento produzido da separação entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo; mais especificamente entre trabalho e labor. A fala da moradora nos revela o quanto o seu cotidiano está inserido nesse problema conceitual:

[...] O nosso trabalho a gente não vê resultado, diferente do trabalho do homem. Quando a roça tá pronta parece que foi só o homem que trabalha. Acho que é porque as pessoas não conhecem o trabalho, acham que é só o homem que vai pro roçado, mas não é não, eu vou também, ajudo a limpar a área e fazer a coivara. Acho que este trabalho é mais pesado que do o de casa, mas a nossa necessidade pede e a gente tem que ir. Agora o trabalho de casa só quem sabe é o marido e os filhos, porque sempre encontram as coisas já feitas: almoço, café, limpeza. Eu acho mesmo que tem diferença entre o valor dos trabalhos realizados por nós mulheres, só não sei explicar, mas sei que tem alguma diferença. (Sra. Socorro Valente, moradora da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

No discurso da moradora o trabalho assume um valor subjetivo, ao qual ela, sendo a produtora do produto desse trabalho determina também um valor de uso subjetivo para o mesmo inserindo-o na relação produtiva objetiva, numa dimensão simbólica de sua transformação em mercadorias. Porém, como mercadoria é algo produzido para a venda e o trabalho da mulher na comunidade estudada não o é, podemos considerá-lo como mercadoria “simbólica” que interage com o processo de mercantilização da mercadoria real.

Considerando os aspectos até aqui levantados, propomos três temáticas consideradas importantes na vida cotidiana das famílias na Comunidade Colônia

Central e no meio rural amazônico: herança, casamento e acesso à terra. Esses aspectos são mediados por um elemento que lhes são determinantes: O trabalho. A esse respeito o antropólogo Woortmann (1997:88), ao estudar famílias conclui que essa determinante se aplica a quase todas as famílias pobres de outros lugares, incluindo aí as dos moradores de economia de subsistência como as da Comunidade Colônia Central. Para este autor, a unidade doméstica e a família podem ser uma unidade produtiva quando vendem bens e quando produzem sentidos aos elementos que o compõem. Diz ainda que, na sociedade brasileira, o grupo doméstico organiza uma divisão social do trabalho que atribui aos homens, em geral, o papel de provedor da renda e à mulher o da prestação de serviços. A divisão social do trabalho, nestes termos, é assim descrito pela moradora:

[...] além do que, o trabalho na família é bem dividido, o homem ou os homens, porque os filhos também vão, fazem o trabalho pesado de plantar na roça, cuidar da comercialização dos produtos, ele tem que garantir o alimento pra dentro de casa. Agora eu fico com as outras coisas de casa, cuido da criação, da casa, das crianças. Isso eu sei que é minha obrigação, esse é o meu trabalho, mas eu acho que o trabalho dos dois se juntando dá pra se viver bem. Não tem aquele luxo, mas o que tem é do nosso trabalho. (Sra. Socorro Valente, moradora da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

Nesse sentido, as atividades realizadas pelas mulheres não são menos econômicas que as dos homens, pois essas usam certos instrumentos de produção, certas matérias-primas e a força de trabalho que juntas produzem bens e serviços a serem consumidos pelos membros da unidade familiar. As tarefas ou atividades de trabalho não são remuneradas, mas, ainda que de forma indireta, geram renda. Portanto o papel da mulher é tão econômico quanto o do marido, pois a família não poderia criar seus filhos sem o trabalho dos dois.

2.4 A objetividade e a subjetividade do trabalho da mulher na Comunidade Colônia Central.

A exclusão das mulheres caboclas, ribeirinhas e/ou moradoras em área rural, da herança em terras e o significado dado ao casamento têm como fundamento a noção de trabalho. Apesar das críticas que o marxismo fez à economia de mercado, foi baseado em seus princípios que cunhou as expressões trabalho “produtivo” e

“improdutivo”. Esta dicotomia reforçou a valorização ou a desvalorização do trabalho doméstico já presente na antiguidade, considerando-o improdutivo e hierarquicamente inferior ao produtivo. (Woortmann,1987).

Polany (1980) e Arendt (2007) não alteraram significativamente esta classificação no marxismo atual. Daí deriva a visão do trabalho das mulheres que moram na área rural apenas como “ajuda” ao dos homens. Como a herança em terras é uma forma de compensação pelas atividades ligadas à manutenção do patrimônio familiar, é pelo casamento que a grande maioria das mulheres rurais se torna agricultora. Essa análise se expressa no discurso da moradora:

A gente mora junto, eu e o Luiz, mas a gente não é casado no papel não. Mas tudo que tem aqui é nosso, agora, se somos vivos quem é o dono é ele. Ele é quem governa, a terra sai em nome dele, é assim na associação, nas lojas. Em todo lugar que precisam saber quem é o dono do lote é o nome dele que vai. Nós, mulheres, é porque é assim com as outras também, só passa a ter direito oficial na terra quando ele morrer ou então se a gente casar, coisa aliás que eu vivo dizendo pra ele, mas ainda não deu. Até mesmo porque isso não tem importância em nossas vidas, no fundo nós dois somos donos de tudo que nós produzimos. Hoje a mulher é mais independente e pode brigar com homem no caso de esperteza dele. (Dalva Freitas, moradora da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

Diante da dura realidade vivida pelas mulheres que, não tendo possibilidade de sustentarem-se sozinhas, são obrigadas, por essa necessidade, ao destino de esposas e mães, suportando, muitas vezes, privação de liberdade e dificuldades econômicas. Quanto ao trabalho doméstico, o que consome mais o tempo das mulheres, são os cuidados com os filhos, a limpeza da casa, o preparo das refeições, a busca de água e lenha longe de casa, cuidar da criação.

Na Amazônia e especificamente na Comunidade Colônia Central, essa realidade é vivenciada, porém num processo cultural diferenciado. O processo cultural da vida das mulheres ribeirinhas, caboclas e agricultoras tem influência do processo específico de colonização da região, porém o que se observa é que não há uma relação de submissão, mas uma “aceitação” do trabalho destinado à mulher em função de sua formação cultural e como uma forma de demonstrar a sua disputa na relação de poder nas relações familiares. Esse processo é observado na fala da moradora:

O meu trabalho procuro fazer da melhor maneira possível. Eu aprendi que a mulher tem que cuidar bem da sua casa, manter ela sempre limpa e arrumada. Outra coisa é a comida. É através da comida que as pessoas vão gostar da gente, até mesmo o marido. Eu gosto de cuidar de casa, isso me faz bem, não me cansa. Agora o trabalho da roça, esse sim, só faço porque tem de fazer, fico muito cansada. Se eu pudesse escolher eu fazia só o trabalho de casa, pois eu gosto de ver os compadres, o marido e as pessoas falarem bem do meu lote, da casa. Isso é o melhor pagamento que eu tenho, ai eu sinto que vale a pena trabalhar. (Lavina Silva, moradora da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

A fala da moradora nos remete ao sentido de trabalho para Polanyi (1980:85) que segundo o mesmo: *Trabalho é apenas um outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para a venda, mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada.* A terra é apenas um outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem; e o dinheiro é um símbolo do poder de compra e, como regra, não é produzido, mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição da terra, do trabalho e do dinheiro como mercadoria é inteiramente fictícia, assim como a valorização do trabalho da mulher.

O duplo movimento de ampliação do mercado com relação às mercadorias verdadeiras, por um lado, e a restrição com relação às fictícias (protecionismo), por outro, ao tentar conciliar o que é incompatível, fizeram com que a sociedade hegemônica desenvolvesse a crise econômica que hoje se apresenta. Arendt (1981:137), ao discutir essas questões, afirma que é nas esferas pública e privada que se pode ter presente a distinção entre “labor” e “trabalho”, ainda que a revolução industrial tenha substituído as atividades manuais pelo trabalho intelectual, incorrendo no significado de labor. O resultado foi que as coisas do mundo moderno se tornaram produtos do labor, cujo destino natural é sere consumido, ao invés de produtos de trabalho, que se destinam ao valor de uso daquilo que o homem produz. Seguindo essa trajetória, Arendt (1981) afirma que *a súbita e espetacular promoção do labor, da mais humilde e desprezível posição à mais alta categoria, como a mais estimada das atividades humanas,* começou com Locke, prosseguiu com Adam Smith e atingiu seu ápice com Marx.

Em seu emprego antigo, o termo “labor” designava as atividades ligadas à luta do homem contra as necessidades, luta cotidiana e repetitiva, travada no interior das famílias, que não produzia qualquer resultado duradouro. Entre os gregos, nenhuma atividade cujo fim era garantir o sustento do indivíduo era digna de pertencer à nobre esfera da política. Na privacidade da família, o homem não existia como um *ser verdadeiramente humano*, mas como pertencente à espécie animal humana” (Arendt 1981:55). Nada surpreende então que este tipo de atividade fosse desempenhada pelo escravo, pelo *animal laborans* e não pelo *homo faber*.

Percorrendo a compreensão do conceito ou distinção entre trabalho e labor, Witkoski (2001:26), seguindo a linha de pensamento de Arendt, afirma sobre esse processo que [...] *Poder-se-ia dizer, noutras palavras, que quando se refere ao animal laborans, é como se esse animal estabelecesse uma relação de profunda intimidade com a natureza, que acaba não permitindo a emergência de um mundo objetivo – um mundo fora da subjetividade humana [...].* A condição do trabalho da mulher no contexto da vida cotidiana da Comunidade Colônia Central é fortemente influenciada por um processo cultural que se caracteriza na relação dialética entre o trabalho e labor.

Ao mesmo tempo em que se percebe uma distinção objetiva entre o trabalho do homem e da mulher, é na subjetividade que essa relação se constrói e é determinada pela valorização e aparente distinção; ou seja, o que há é uma “pseudo” separação dessas atividades. Demonstrando como essa distinção se dá objetivamente, a moradora assim relata esse processo:

[...] O meu trabalho é separado do Luiz, aqui as tarefas são divididas, ele cuida do trabalho pesado e cuido do trabalho “mais em conta”. O trabalho dele tem que aparecer. É de lá que vem o alimento e as coisas pra gente viver. O meu trabalho, pensando bem, também ajuda pra gente viver, porque se ele trás a comida, eu é que faço. Porque ele não faz, então o trabalho de fazer a comida é eu que sei, por isso é importante também. Todos dois trabalhando faz a gente viver. (Sra. Dalva Freitas, moradora da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

A subjetividade do trabalho da mulher se expressa na fala da moradora, contrastando com o valor dado objetivamente ao trabalho do homem. O trabalho dos dois, portanto homem e mulher assumem o sentido de valor de uso e valor de troca. O valor de uso econômico do trabalho do homem e valor de troca simbólica do

trabalho da mulher. Concretamente nessa esfera se dá o sentido de trabalho e de labor em espaços da vida cotidiana diferente, dando sentido ao processo de compreensão da vivência dos termos utilizados por Arendt (2007), onde a distinção entre “labor” e “trabalho” era ignorada na antiguidade clássica. Só começa a aparecer quando a produtividade do labor ultrapassa o doméstico e consegue produzir algo mais duradouro que a manutenção física. A era moderna, porém, não produziu uma teoria que distinguisse com clareza estas duas noções. O que houve foram tentativas de distinção, sendo a mais importante delas a que separa “trabalho produtivo” de “trabalho improdutivo”. O que contrasta com o discurso da moradora. Recorrendo às idéias de Arendt, temos a considerar que a era moderna, tendo glorificado o trabalho (labor) como fonte de todos os valores, não tenha produzido uma única teoria que distinguisse claramente entre o *animal laborans* e o *homo faber*. Ao invés disso, encontramos primeiro a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo; um pouco mais tarde, a diferenciação entre trabalho qualificado e não-qualificado; e, finalmente, sobrepondo-se a ambas, a divisão de todas as atividades em trabalho manual e intelectual.

Os autores anteriormente citados estão de acordo com a moderna opinião pública quando menosprezam o trabalho improdutivo que, para eles era parasítico, uma espécie de perversão do trabalho, como se fosse indigno deste nome toda a atividade que não enriquecesse o mundo. Neste sentido: [...] *a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo contém, embora eivada de preconceito, a distinção mais fundamental entre trabalho e labor.* (Arendt, 2007:96). Recorrendo ao discurso da moradora encontramos uma resistência em admitir o seu trabalho como indigno ou improdutivo.

É desta tradição que surge a noção do trabalho doméstico como “improdutivo”, hierarquicamente inferior ao “produtivo”, e é desta hierarquia que deriva a visão do trabalho da mulher rural apenas como “ajuda” ao do marido. As atividades domésticas da mulher passam a assumir o valor do não-trabalho. Percebemos, durante o trabalho de campo, que as mulheres de um modo geral na Comunidade Colônia Central colocam seu trabalho assumindo um valor subjetivo, não remunerado, mas com valor laborativo.

A idéia de que só o trabalho produtivo, que produz bens materiais, ou seja, que podem ser colocados no mercado para a venda (troca) é trabalho laborativo, faz com que, mesmo quando a lógica não é a do esforço individualmente remunerado, caso da agricultura familiar, tenham maior importância as atividades daqueles que seriam mais valorizados no mercado de trabalho, ou seja, dos homens. Essa premissa, como já vimos, não é válida no cotidiano das mulheres em estudo, já que a mulher em moradora da Comunidade Colônia Central, pois ela dá sentido ao seu trabalho, valorizando-o no contexto do sistema produtivo realizado pelo homem. Na perspectiva proposta por Arendt (2007), o conceito de *vita activa* tem haver com o processo construído pelo homem da *vida humana na medida em que se empenha ativamente em fazer algo*. Logo, a atividade humana seria o grande pano de fundo da idéia de *vita activa*.

A divisão social do trabalho na realidade de vida das mulheres que habitam a Comunidade Colônia Central não pode ser resumida somente ao âmbito da condição humana. Existe, também, no pensamento de Arendt, a chamada *vita contemplativa* em que na opinião de Adeodato (2002), a autora observa apenas o *lado ativo da condição humana*. Assim, a autora desmembra a idéia de *vita activa* conforme as atividades humanas na formação do mundo e transformação da natureza. Chega ela, então, a três esferas de *vita activa*: o labor, o trabalho e a ação. Para Arendt (2007), é na esfera privada que se encontra o labor. Trata-se de uma atividade eminentemente de subsistência, que tem por objetivo a manutenção das condições vitais do homem.

Neste sentido, a condição humana do labor é a vida. O labor, neste aspecto, é praticado com o intuito básico de saciar as necessidades vitais do homem, e os instrumentos utilizados para a realização do labor ou estão no próprio corpo do homem ou são como uma extensão dele, é uma atividade ininterrupta de produção de bens de consumo. A prática produtiva realizada de forma tradicional como é demonstrada nesse trabalho, determina uma confluência das diferentes realidades vividas no contexto do espaço amazônico. Nesta direção, o trabalho da mulher tem uma representação simbólica que faz uma simbiose com os conceitos aqui tratados.

Sendo assim, consideramos o trabalho como sendo a produção de bens realizados pelo labor no sentido de que a atividade laboral esteja centrada na produção de bens duráveis. Bens estes que não são destinados ao consumo imediato como os que são frutos do labor. Por outro lado, o produto do trabalho se consubstancia em bens de duração, que não se consomem instantaneamente no tempo, adquirindo permanência no mundo, como resultado de uma "relação duradoura".

Diante dessas conjecturas, percebemos que o objetivo do *homo faber*, aquele que trabalha, é produzir bens não de consumo, mas que tenham uma duração no tempo. Trata-se de uma atividade com começo, meio e fim, o que a distingue sobremaneira do labor, em que, para a satisfação das necessidades tem que ser necessariamente uma atividade ininterrupta, caso contrário poderia haver o risco de definhamento da espécie humana na sua relação com a natureza.

Portanto o modo de vida das comunidades tradicionais, tal como é na Comunidade Colônia Central, está diretamente relacionado com a natureza, são dependentes do acesso aos recursos naturais. Esse fato determina o desenvolvimento de uma relação antrópica, considerada neste trabalho, como resultante dos processos interativos entre o natural e o cultural; ou seja, como suporte de reprodução material e simbólica. Essa situação assume sua materialidade no discurso do morador:

Aqui nós temos muita natureza: temos mata, igarapés, animais, árvores e outros, mas pra nós não importa não. Tudo isso faz parte do nosso trabalho, a gente usa essas coisas pra gente trabalhar, pra manter a família. É pra isso que a gente quer a floresta, por isso não podemos acabar. Com certeza se essas coisas se acabar a gente não tem mais como sobreviver, e aí como é que a gente vai ficar. Pensando bem acho que a gente que mora aqui depende das coisas que tem na floresta. A morte da floresta é a nossa morte. A gente não tem como se livrar disso. (Sr. Adison Vieira, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

Na realidade local, o significado dado aos recursos naturais não aparece nos discursos e falas dos comunitários como algo belo, apreciativo, contemplativo. Antes representam suas práticas produtivas que influenciam as suas relações sociais e culturais a partir da idéia de lugar, mas especificamente, representa o espaço de vivência cuja delimitação na representação local não é feita rigorosamente, uma

árvore, um igarapé pode funcionar como a linha demarcatória dos lugares. O que significa que essa comunidade não se fecha em seus territórios, sendo esse sentimento assim descrito: *Na mata a gente faz a roça, no rio a gente pesca, na floresta a gente caça, na beira do igarapé a gente tem a casa. Tudo tem uma serventia, tudo tem seu lugar [...]*. (Sr. Luiz Monteiro, morador da Comunidade Colônia Central, 2008).

Neste caso, a dimensão simbólica do meio ambiente é acionada por meio de vários elementos através dos quais os moradores da Comunidade Colônia Central, particularmente as mulheres constroem as linhas demarcatórias de seus lugares. Isso significa que os elementos naturais são ressignificados nos termos da cultura local, isto é, são incorporados sob uma forma que não é mais a sua própria, mas dotados de significados. Os recursos naturais assumem, portanto, uma nova forma de existência, desta feita como fato simbólico. É nesse sentido que se desenvolve o significado simbólico da divisão social do trabalho.

A dimensão ecológica no cotidiano da vida dos homens e das mulheres na comunidade estudada está para além da sobrevivência material, incorpora as relações humanas com a natureza. Existem princípios éticos e relações de respeito. Os elementos da natureza estão inseridos nas suas práticas sociais. Para chegar à roça, ir para as reuniões, para visitas de compadrio ou para a sede do município, o rio e a floresta são os espaços por meio dos quais fazem seus deslocamentos.

Assim, em última análise, os recursos naturais são incorporados não só na modalidade de produção, mas também em função de necessidades culturalmente determinadas. Numa assertiva, os moradores da Comunidade Colônia Central domesticam e são domesticados pela natureza, produzindo e reproduzindo significados simbólicos para as suas atividades, que determinam seu modo de vida numa realidade onde o conflito e o consenso se fazem presentes.

CAPITULO III:

A DIMENSÃO SIMBÓLICA DO TRABALHO NA COMUNIDADE COLONIA CENTRAL

3.1 Trabalho e (Agri) cultura: Elos do cotidiano dos moradores.

O trabalho como objeto da ação humana deve ser compreendido em duas dimensões distintas, porém interrelacionadas. A primeira dimensão tem sua base no campo do pragmatismo, ou seja, do fazer da cultura na perspectiva subjetiva do trabalho humano, como um elemento que sustenta a materialidade da atividade desse trabalho. Nesse sentido, a ação gerencial dos bens e serviços produtos do trabalho humano compõem a dimensão prática das relações sociais, sendo essa a base primordial do trabalho como produtor e reproduzidor das relações econômicas.

A segunda dimensão se relaciona com a concepção de ser no mundo que resguarda a dimensão subjetiva do trabalho. Ambas são faces da mesma moeda, mas não sinônimas. O trabalho como elo da vida humana em sociedade é materializado na relação deste homem com a natureza. É a materialidade dos objetos transformados que potencializam a dinâmica da vida cotidiana nas diferentes sociedades. Essa regra não se apresenta de forma diferente na vida dos moradores da Comunidade Colônia Central.

O que se constrói a partir do trabalho está relacionado ao que nos fazem (pragmatismo) e o que nós fazemos (materialidade) e compõem a subjetividade e a objetividade do sujeito determinado pelo trabalho. O trabalho, em nosso pensar, manifesta-se como a expressão e na manifestação da forma de ver o ser no mundo e relacionado é relacionado ao conjunto de valores, crenças, hábitos que nos socializam na vida em grupo produzindo as relações sociais. Tanto a objetividade quanto a subjetividade do processo de trabalho são instrumentos ideológicos e se

transformam em impulsos da vida humana. Assim, o homem deve produzir e reproduzir os bens e serviços oriundos do trabalho, reproduzindo a sua forma de subsistência em determinado momento histórico.

O trabalho tendo como base a atividade agrícola se fundamenta nesses princípios, e, por assim dizer, constituem a vida de trabalho dos moradores da Comunidade Colônia Central. A partir desse princípio, podemos afirmar que as dimensões subjetiva e objetiva da produção do trabalho que tem como base a agricultura devem ser constituídas nas relações genuínas com o fazer, favorecendo o surgimento do cidadão ativo e não apenas o cidadão consumidor de bens e serviços produzidos por ele através do trabalho e deve expressar a liberdade da expressão da vida, individual e coletiva.

A dimensão subjetiva da cultura e conseqüentemente do trabalho estão relacionadas ao processo de identificação do sujeito pelo trabalho. Antes de discorrer sobre a relação entre o processo de identificação e o trabalho, é necessário compreender qual significado de trabalho está sendo adotado. Como a definição do termo passa por várias matrizes teóricas, optamos iniciar pela gênese histórica do uso do termo trabalho.

BOX 1 A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO TERMO TRABALHO

O percurso histórico sobre o significado do termo trabalho se inicia na Grécia antiga, onde o trabalho só era exercido por pessoas desqualificadas socialmente, como escravos, guerreiros, artesãos, comerciantes e mulheres. Era considerado trabalho o conjunto de atividades que exigiam esforços físicos e cumprimento de rotinas. Nessa época, podemos dizer que o trabalho tinha um sentido negativo que pode ser encontrado na origem da palavra (etimologia) trabalho. A palavra “trabalho” vem da palavra latina *tripallium*, que originalmente é um instrumento de tortura formado de três paus. Dessa forma, o trabalho estaria associado ao sofrimento, à tortura, à imobilidade e à condenação.

Na Roma antiga, que tem o seu berço cultural na Grécia, o significado do trabalho também era associado às classes sociais que o exerciam. Mas com o surgimento e a consolidação do cristianismo, passa a ter, também, um sentido religioso.

Para alguns historiadores, o significado religioso do trabalho nessa época foi atribuído pelos cristãos, que o entendiam como sacrifício que levava à purificação da alma. Essa concepção tem origem na interpretação da Bíblia no episódio em que Deus condena Adão à expulsão do Paraíso e ao trabalho. Sendo assim, trabalhar significava redimir-se dos pecados, e, ao morrer, a pessoa purificada pelo trabalho passava a merecer o Paraíso ou o não-trabalho – o trabalho em contraposição ao Paraíso.

Por essa vertente de interpretação, o sentido bíblico não é, necessariamente, negativo. Esse sentido está ligado à palavra *labor*, também originária do latim, e refere-se às atividades agrícolas, à lavoura, à laboração no campo. Trabalhar significa cultivar. Então, trabalhar, como cultivar, é uma palavra que nos remete diretamente ao sentido da palavra cultura. Cultivar é fazer cultura. A cultura é cultivada, é fruto de um processo de enriquecimento, de um processo de transformação, elaboração e de atribuição de significados. Sendo assim, trabalhar é também ser e não apenas ter, na lógica da remuneração e do consumismo.

Afinal de contas, o que de fato significa “ser” por meio do trabalho? . Para responder a essa questão, iremos remontar ao momento no qual o homem passa a se diferenciar de forma significativa em seu processo evolutivo. Esse momento, que é denominado como o “elo perdido”, tem várias versões, mas uma só, em especial, interessa-nos nesse momento. É a versão que atribui o salto na evolução, quando o homem começa a refletir sobre a dinâmica da natureza, produzindo um pensamento divergente, diferente, que o permitiu criar. Ou melhor, diante da observação da natureza, o homem começou a pensar como poderia modificar determinadas condições físicas e materiais para proporcionar-lhe melhor condição de sobrevivência.

Essa reflexão criadora permitiu ao homem forjar as ferramentas, domesticar animais, plantar, e outras grandes descobertas que resultaram na nossa humanidade. Essa versão nos permite afirmar que o pensamento divergente ou a capacidade criadora é inerente à natureza humana. É como se o homem diante do mundo não pudesse se conter e permanentemente estaria refletindo, criando, forjando, inicialmente, com as suas mãos, sua própria história. Por essa razão, o trabalho humano é considerado como processo criativo.

Simultaneamente com o processo criativo, o homem desenvolveu uma habilidade

importantíssima para que esse processo se tornasse cumulativo, a linguagem, cujo sistema simbólico determina as transformações na natureza, resultantes da criação humana foram significadas por meio do reconhecimento do próprio homem no resultado de seu trabalho e no reconhecimento dos outros. Por outro lado, o trabalho na perspectiva de Marx (2002) é a mola que impulsiona o desenvolvimento humano, é no trabalho que o homem se reproduz a si mesmo, uma vez que o trabalho é o núcleo a partir do qual podemos ter compreendidas as formas complicadas da atividade criadora do sujeito humano.

Conforme Viegas (2002), o trabalho está relacionado ao processo de aprendizagem do homem, que é intrínseco ao ato de criação. Sendo assim, ao trabalhar criamos. Nesse sentido, a cada momento, temos de nos reconhecer e reavaliar todos os momentos anteriores. Para esse autor é a memória que estabelece todas as conexões necessárias em um vínculo indelével, indestrutível com tudo que fomos.

Na Comunidade Colônia Central, o trabalho determina as múltiplas dimensões da vida dos indivíduos, é a mola que impulsiona a principal fonte de geração de renda, sendo esse trabalho o espaço onde os indivíduos desenvolvem sua atividade criadora, a fim de satisfazer as suas necessidades socioeconômicas.

Nos escritos de Chauí (2003), no momento em que a vontade do homem subordina seu corpo para obter certo fim: o trabalho, que aparece como uma das expressões privilegiadas do homem como ser natural e espiritual. Seguindo essa linha de pensamento, KONDER (1988:19) afirma que:

O homem é um ser capaz de antecipar na cabeça dele o resultado que deseja alcançar, o arquiteto elabora a planta antes de construir a casa. Esse momento de antecipação é fundamental; ele confere ao trabalho humano um caráter teleológico. Através do trabalho, o homem consegue desgrudar um pouco da natureza e criar uma esfera de liberdade que não existe na realidade puramente natural dos animais. A antecipação do objetivo a ser atingido cria problemas cuja solução não é automática ou espontânea; o ser humano é desafiado a tomar decisões, fazer escolhas.

Nesses parâmetros, o trabalho imerso na vida cotidiana se configura como um elemento importante na humanização do homem, em sua auto-realização. Sobre esse aspecto da vida impregnada pela atividade trabalho, Lima (2003:41) adverte que a vida cotidiana é uma das principais formas de manifestação da história, sendo

circunscrita pelos diferentes momentos socioeconômicos e políticos e por seus limites e condicionamentos.

Essa é a razão pelo qual o homem possui a presente possibilidade de superação desses limites através da busca da transformação do cotidiano, uma vez que é imerso no cotidiano que o homem se depara com alternativas e escolhas, vivenciando a formação da sua consciência para interpretar tanto o seu 'eu', particular, como o seu genérico, as relações em sociedade no seu cotidiano. Desta forma:

Sem dúvida, a organização do trabalho traz a marca de cada geração, das condições de trabalho que são oferecidas em cada momento histórico, mas conservam de maneira significativa os aprendizados e costumes transmitidos de pais para filhos no momento de organização do trabalho em família, na divisão das atividades e na relação com o espaço social, cultural e geográfico que os rodeia. (LIMA,2003:56).

Essa mesma linha de raciocínio está estabelecida nos escritos de Lefebvre (1999) revelando a sua concepção a respeito do cotidiano, onde o mesmo supõe uma investigação consubstanciada de uma atitude crítica, visto ser impossível apreender o cotidiano como tal, aceitando e vivenciando passivamente, sem tomar distância crítica, comparar e contestar. Em meio a essa análise crítica do cotidiano, apresentam-se ideologias, assim como o conhecimento da vida cotidiana implica uma crítica ideológica e também uma autocrítica permanente.

O sentido de cotidiano que adotamos aqui, tem haver com as idéias desenvolvidas por Certeau (1994), onde o cotidiano se revela plural, híbrido, miscigenado e complexo. Concretizando essa forma de entender o cotidiano esse autor nos revela:

[...] Longe da unicidade sugerida pela idéia de repetição dos atos cotidianos, estes se revelam plurais porque suas ocorrências, como notamos acima, fundam sentidos diversos e traçam a continuidade indecisa da história. Nos atos diários, como por exemplo, pegar o mesmo ônibus todo dia, inscreve-se a possibilidade de realização da historicidade de nossas vidas. Onde nos sentamos, com quem conversamos, sobre o que conversamos, a percepção da ausência de alguém, tudo ocorre num espaço e temporalidades que conhecemos, o que nos garante alguma segurança aos nossos atos; muito longe porém, estamos, da mera repetição. Conhecidas as situações, negociamos melhor sobre os lugares sociais que ocupamos no transcorrer da vida cotidiana. No entanto, isto ainda apresenta incertezas e inseguranças. É no cotidiano que realizamos

(construímos e vivemos) as identidades. Como já o dissemos, as identidades são modos de afirmação (e/ou negação) do humano que permitem as interações entre os seres humanos e, em certa medida, a realização da história. Elas são realizadas simbolicamente no cotidiano e produzem noções de pertencimento como classe, gênero, grupo, etnias, nacionalidades, faixas etárias, profissões etc. Tais representações identitárias por serem entendidas como “uma construção simbólica de sentidos”, integram o imaginário social, produzem práticas sociais e valores que permitem o reconhecimento do outro ou formas de exclusão.

O processo dinâmico de desenvolvimento do cotidiano ocorre na vida diária, mas não significa a rotina, a mesmice, o cotidiano permite sob os mais variados aspectos o posicionamento dos indivíduos no grupo social em que vivem, ação essa que constrói o sistema cultural e social que dão forma à sociedade.

Assim, o trabalho longe de dignificar o homem em sua essência, ao contrário, exerce importância vital para manter viva a capacidade subjetiva de viver dignamente de qualquer ser humano. Sem exercer o trabalho, sem produzir, o homem também se desumaniza. O trabalho existe para o homem desde suas condições historicamente dadas. Através do trabalho, o homem se complexificou, se diferenciando da irracionalidade, determinou a sua evolução histórica.

De acordo com Chauí (2003), o trabalho precede o desenvolvimento do processo mental que caracteriza a ideologia, sendo esta formada por idéias e representações, as quais procuram explicar e compreender a vida individual e social do homem, bem como suas relações com a natureza e o sobrenatural. Para essa autora, essas idéias ou representações tendem a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política através do trabalho, sendo essa ideologia resultante da prática social, nascente da atividade social dos homens no momento em que estes representam para si mesmos essa atividade:

[...] a ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações de idéias, valores, normas, regras ou de condutas, que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é portanto, um corpo explicativo de representações e práticas de normas, regra e preceitos de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais [...]. (p.84).

Nessa perspectiva, a vida cotidiana constitui o lugar onde emergem situações de alienação, consubstanciando não só um processo de reprodução das relações sociais, mas também um processo de produção de novas relações. A esse respeito nos utilizamos das idéias de Lima (2003) quando o mesmo se refere à concepção de que é, na vida cotidiana, que se dá a repetição, a produção e a reprodução das relações sociais dominantes da sociedade.

Por outro lado, os escritos de Lefebvre (1999) nos revelam que o cotidiano é um setor privilegiado da prática da vida humana onde se encontra também o trabalho e se esboçam as criações mais autênticas, os estilos e os modos de vida que reúnem os gestos e as palavras correntes da cultura.

Para os moradores da Comunidade Colônia Central, o cotidiano é materializado pelo lugar onde se operam a renovação dos homens, o nascimento e a formação das crianças e a passagem das gerações. Mas o cotidiano constitui também a repetição dos mesmos gestos, como o levantar-se pela manhã, preparar o café, ir para roça, caminhar pelas trilhas, sempre as mesmas coisas todas as manhãs, ou seja, a vida cotidiana é o *locus* do movimento dialético, o qual é constituído de contradições sempre resolvidas e sempre renascentes, apresentando aos homens os dilemas e conflitos gerados pelo tecer contínuo das relações sociais de produção.

Neste sentido, o trabalho exerce influência sobre grande parte da vida cotidiana das pessoas, e em particular dos moradores da Comunidade Colônia Central que está relacionado à agricultura, tendo como principal elemento a roça que representa a fonte de subsistência e conseqüentemente de sua reprodução. Desta forma, os dados apresentados na tabela 1 reafirmam o trabalho dos colonos tendo como atividade hegemônica a agricultura tradicional.

Tab.1: Trabalho realizado pelos moradores da Comunidade Colônia Central.

VARIÁVEIS	Fa	F%
Eletrotécnico	1	0,51
Agricultor	194	98,48
Agente Comunitário de Saúde	2	2,01
TOTAL	197	10000

Fonte: Pesquisa de campo, 2007. Org. dos dados: ARAÚJO, C. C., 2008.

O trabalho através de atividades voltadas para a exploração da agricultura é realizado por 97,0% dos moradores entre mulheres e homens adultos e jovens e crianças a partir de 10 anos de idade. Esta atividade conta com um número maior de homens em relação às mulheres na execução das mesmas. A participação das mulheres na atividade agrícola se efetiva quando o processo de produção é maior, todavia as mulheres ficam à disposição dos cuidados domésticos e das crianças.

É importante observar que a vida cotidiana dos moradores da Comunidade Colônia Central é determinada nas suas múltiplas dimensões pelo trabalho na roça, pois mesmo os moradores que informaram ter outras profissões compartilham as atividades de roça, cada um com atividades específicas no processo produtivo. Não quer dizer isto que o cotidiano institui uma regra absoluta, mas que nossas construções individuais dialogam com as construções daqueles com quem convivemos. Somos então levados mais uma vez à percepção de conflitos e impasses quanto à ordem do cotidiano.

No caso do processo de trabalho dos moradores da Comunidade Colônia Central, a relação de vizinhança e a forma de uso dos recursos naturais são determinadas pelo trabalho da roça. Neste sentido, entendemos que há uma conexão entre a definição de comunidade apresentada anteriormente com a noção de vizinhança, considerando que é justamente o espírito de vizinhança que dá sentido à comunidade, são as unidades sociais, o modo de vida, a forma de solucionar os problemas que integram a comunidade enquanto tal, pois:

No lugar compreendido como um cotidiano compartilhado entre pessoas, a vida em comum realiza-se sob as bases de cooperação e conflitos. O território compartilhado impõe a interdependência como prática, cria processos de comunhão, territorializa a política, confrontando organização e espontaneidade, criando experiências comunicacionais que estabelecem laços sociais e sociabilidade. (SANTOS, 1997:234).

Durante o trabalho de campo, observamos que, dentre as atividades econômicas realizadas na comunidade, destaca-se a agricultura, sendo este o principal fator de desenvolvimento das relações sociais e econômicas na comunidade.

A dinâmica do sistema produtivo e apropriação do espaço físico se estabelecem a partir dos saberes e conhecimentos herdados ao mesmo tempo em que ganham singularidades, que é enriquecida com saberes dos sujeitos envolvidos neste processo. Assim, o modo de vida nessa comunidade contribui para a formação e construção da identidade sociocultural desses sujeitos.

A Amazônia se constitui num complexo processo social que envolve aspectos políticos e culturais, fruto das relações socioambientais dos homens entre si e deste com a natureza. A relação homem-natureza na Amazônia, mais especificamente na Comunidade Colônia Central, tem suas bases na trajetória de vida dos moradores da comunidade em estudo, podendo ser percebida tal relação nas formas de uso da terra, nas organizações sociopolíticas e na atividade produtiva deste segmento social, cuja grande maioria tem sua origem ligada ao meio rural, tendo como base de seu conhecimento, a lida nas atividades da roça.

O fazer dos adultos tem sua gênese na participação desde cedo na atividade produtiva da família. O lidar com a terra é garantir a própria subsistência, ou seja, a produção e reprodução social dos grupos familiares. Esse aspecto se materializa no discurso do morador como elemento representativo deste processo:

[...] A roça, eu aprendi com meus pais, sempre eu lidei com a roça, por isso a gente conhece. Aqui meus filhos também vão com a gente, porque se eu aprendi assim, eles também aprendem. Ai, às vezes a mulher vai também, porque tem vez que o trabalho aperta e se não tiver todo mundo junto a matéria-prima se estraga. (Sr. Luiz Monteiro, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

Apesar de a Comunidade Colônia Central está localizada próxima à cidade de Manaus, os moradores mantêm suas relações econômicas de forma menos intensa com esta e mais com as comunidades vizinhas. Os produtos das atividades agrícolas são negociados diretamente entre os moradores intra e extra comunidade. Contudo, gradativamente, a comunidade vem transformando a relação social-econômica na comunidade, passando a ser desenvolvidas atividades que dão subsídios aos moradores das circunvizinhanças, com essas transações comerciais sendo baseada na prática do escambo, ou seja, a troca de mercadorias (produtos) sem a presença de moedas, tem como fundamento a troca de produtos por produtos. Prática muito utilizada na Antigüidade até o surgimento da moeda. A

comercialização dos bens produzidos pelo trabalho do morador da comunidade em estudo é consolidada a partir das seguintes características:

O nosso produto é as vezes vendido em Manaus, mas fica caro a gente levar pra lá. A gente só leva quando tem muito. Pra gente é melhor vender aqui no Julião e no Tupé. Agora a maioria da produção a gente consome (farinha, tapioca, goma, criação, etc.), mas ainda fica uma boa parte para trocar às vezes por dinheiro, mas também por outros produtos. A gente troca farinha por café, por exemplo, porque café eu não planto. Muitas vezes a gente troca pra não estragar. Isso é feito entre os próprios moradores, hoje, por exemplo, troquei com o Helio goma por açaí. Isso é bom porque ele precisava de goma e eu no momento não tenho açaí, por isso dá certinho. (Sr. Luiz Monteiro, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

A troca sem a intermediação da moeda dinheiro na maioria das vezes na comercialização dos produtos resultados do trabalho são estratégias desenvolvidas pelos colonos para superar as adversidades impostas pela natureza, pela geografia e pela economia. Essas estratégias são construídas no cotidiano, elas não são dadas. Se as adversidades aparecem no dia-a-dia do sistema produtivo e nas atividades diárias da luta pela sobrevivência são também superadas pelos acontecimentos cotidianos. O escambo relatado pelo morador, portanto não nos parece ser uma escolha, e sim uma imposição da natureza humana que vai para além de sua vontade. Isso denota a determinação da cotidianidade demarcando o desenrolar do modo de vida desse seguimento populacional no que diz respeito aos problemas enfrentados para desenvolver as suas atividades agrícolas.

A questão agrária no Brasil, historicamente, tem assumido um caráter de exclusão de grande parte da população do meio rural. O espaço rural brasileiro ainda é fortemente marcado por uma estrutura fundiária desigual e injusta, que provoca exclusão social e pobreza estrutural, constituindo-se em forte empecilho ao desenvolvimento de economias menos desiguais.

A atividade agrícola na comunidade estudada é baseada no trabalho da roça que tem o chefe da família, o pequeno produtor, como o grande responsável pela organização e divisão das tarefas. Esta divisão é feita de acordo com a quantidade de membros da família, idade e sexo. As crianças, na visão dos agricultores da comunidade devem ser direcionadas ao desenvolvimento da sua capacidade intelectual, ou seja, deveriam destinar-se somente aos estudos. Porém as crianças e

jovens da comunidade iniciam o trabalho na atividade agrícola com os seus pais durante as horas em que os pais trabalham, já que, no caso dos moradores da Comunidade Colônia Central, a escola não existe, facilitando, desta forma, a inserção precoce das crianças nas atividades de trabalho, desenvolvendo atividades na companhia de seus familiares adultos, cada um com sua capacidade específica.

A jornada de trabalho estabelecida no âmbito da comunidade tem uma variável de acordo com a demanda exigida pelo capital. Essa jornada de trabalho constitui outro elemento que forma a estrutura da vida dos colonos no seu cotidiano, pois essa jornada, diferente do que ocorre na relação produtiva fabril, não é fixa, ficando a mercê do desenvolvimento natural do processo produtivo, ou seja, a carga horária de trabalho e labor produtivo depende da demanda pela subsistência da família. Sobre a jornada de trabalho fabril Marx (2004) afirma que se configura como um embate constante entre a classe capitalista e o trabalhador. Diferente da jornada de trabalho realizada pelos moradores, pois a jornada desses conduz ao tempo próprio da sua subsistência, assim representa o colono sobre esse aspecto: *[...] o horário de trabalho seria oito horas, mas a gente não trabalha só oito horas por dia e sim muito mais. A roça exige de nós de acordo com o tempo, depende da chuva ou do seco, no final, não é fácil não, é difícil [...]*. (Sr. Luiz Monteiro, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo. Junho 2007).

Preparar a terra, plantar, colher, armazenar, dividir e mesmo consumir, significa dispor de um conhecimento adquirido em muitas gerações, o que faz do tempo um instrumento analítico. No trabalho cotidiano dos moradores da Comunidade Colônia Central, o tempo e o meio ambiente aparecem como elementos centrais que, unidos pela visão do senso comum, faz em com que tenham a compreensão de uma nova ordem: a da subsistência. Essa análise é observada também nos escritos de MAX (2004:269), ao se referir aos limites da jornada de trabalho:

O valor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, se determina pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la. [...] a jornada de trabalho não é uma grandeza constante, mas variável. [...] é, portanto, determinável, mas, considerada em si mesma, é indeterminada.

Encontramos, portanto, um *habitus* próprio no cotidiano de trabalho dos moradores da Comunidade Colônia Central que se expressa nas atividades agrícolas. Ele está sujeito às mudanças proporcionadas pela mobilidade dos indivíduos nas atividades econômicas, ou pelas pressões estabelecidas na relação com a sociedade do entorno: Manaus. A localidade, no entanto, permanece orientada por uma lógica “camponesa” expressa por seus moradores até onde as mudanças ocorridas não afetam a estrutura de seu sistema produtivo, que está diretamente relacionado à disponibilidade de terras para as atividades agrícolas e de suas subsistência. Portanto, a terra é outro elemento que determina a prática da vida cotidiana dos colonos. A quantidade, as estratégias de tratamento, os cuidados, o pousio, a sacralidade são *habitus* desenvolvidos para ter a terra como o elemento central da sua subsistência. Nesse contexto, para o colono central, a terra assume um valor de uso que determina a sua própria subsistência, é o seu principal instrumento produtor de trabalho e de labor na perspectiva de Arendt. A figura 10 expressa o cuidado, o trato que os colonos realizam na terra, como algo que faz parte da sua vida material e imaterial:

Figura 15: Área de trabalho dos moradores da Comunidade Colônia Central.



Fonte: pesquisa de campo, 2008.

O processo de trabalho vivido e o modo em que se constrói o mundo simbólico dos moradores da Comunidade Colônia Central reforça o pensamento de Sahlins (1979), para quem a dimensão material não está separada do interesse prático e que o interesse prático do indivíduo é simbolicamente instaurado. Assim, os recursos naturais são incorporados não só nas modalidades de produção, mas também em função das necessidades culturalmente produzidas no cotidiano dos vários aspectos da vida: trabalho, religião e socialização.

Neste sentido, a dinâmica em que se desenvolvem as atividades de trabalho na roça é organizada seguindo o fluxo dos elementos da natureza: clima e o movimento das águas, os atalhos na mata, as “trilhas” sombreadas. Essa relação não se estabelece de forma alheia aos recursos da natureza. Os moradores também se utilizam de estratégias que fogem a esse fluxo, facilitando a sua subsistência, ou seja, ao mesmo tempo em que são domesticados pela natureza, também a domesticam para desenvolver seu trabalho.

Quando a lógica produtiva do grupo é ameaçada, estes buscam mecanismos que possibilitem a manutenção da lógica na qual se reproduz. A construção desses mecanismos é garantida, em parte, pela possibilidade de contato com outra lógica através da mobilidade dos moradores entre campo e cidade (rural e urbano) e do acesso a outros saberes proporcionados pela relação com a sociedade maior. Se, por um lado, se impõe restrições para a reprodução social do grupo através do controle legal sobre o acesso a terra, a sociedade do entorno fornece alternativas para o impasse diante da escassez de terras. Esse processo significa que estamos diante de um cenário amazônico em movimento.

O resultado da pesquisa de campo nos induz a afirmar que os moradores da Comunidade Colônia Central possuem uma prática de trabalho que atende às suas demandas com precariedade, sendo que outros elementos que compõem o elo da cadeia produtiva, como os atravessadores, que usufruem do esforço de seu trabalho, através do lucro proporcionado pelos seus produtos quando colocados no para venda no mercado de Manaus. Estes, por sua vez, percebem que não possuem um retorno financeiro adequando à subsistência da sua família, de modo a atender as suas necessidades prioritárias, com isso recorrem a outras atividades produtivas que ajudam no sustento da família, atividades essas relacionadas à prática da pesca e da caça, desenvolvidas somente para o consumo. Essas atividades se processam pela necessidade iminente da complementação de sua subsistência e de sua família:

A gente aqui tem de se virar de todo jeito. Quando não tem trabalho de roça, a gente se junta e sai pra pescar e pra caçar. A caça é feita mesmo aqui na área da comunidade, pois ainda tem porco, paca cutia e muito macaco. O peixe a gente vai pro lago do tupé e nos igarapés do livramento. A gente só caça e pesca pra comer. A roça não dá total sustento pra gente, ai a caça e a pesca

ocorre. (Sr. Luiz Monteiro, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2008).

A fala do colono afirma a nossa assertiva de que o espaço agrícola rural não é hoje visto como um espaço único de produção de alimentos, mas que tem um significado para além da reprodução de sua subsistência se constituindo naturalmente como uma atividade construtora do modo de vida dos moradores. Os recursos naturais existentes consolidam as relações sociais deste homem, a partir da necessidade de subsistência pelo trabalho. A atividade agrícola, propriamente dita, determina o trabalho e tem como elemento fundamental a terra como a base de sua reprodução. É um trabalho que demanda um grande esforço físico. Esses aspectos caracterizam a vida dos moradores na comunidade estudada cujo trabalho está associado a outras atividades produtivas.

Não há casos em que a família sobreviva exclusivamente da atividade agrícola. Essa realidade se apresenta provavelmente pelo fato de estarem residindo numa Unidade de Conservação, por isso limitam o uso do solo. Outro aspecto observado é quanto ao tipo de solo da área da comunidade que não é propício ao desenvolvimento de outras atividades agrícolas que não seja as da roça.

A forma de ocupação do espaço pelos seus moradores é que determina o comportamento em relação às atividades produtivas da agricultura, pois, de acordo com o processo histórico da vida dos mesmos antes e depois de residirem na comunidade, é que têm a ver com esse comportamento e com o modo de vida atual desta população no contexto da vida cotidiana, tendo como referência a categoria trabalho, que representa o aspecto micro de um todo macro da realidade social, política e econômica, na dimensão dialética de ver e analisar os fenômenos.

As atividades produtivas, ou aquelas que geram renda para a subsistência das pessoas que circundam e que convivem com o trabalho familiar agrícola, aparecem aqui como as múltiplas facetas de uma realidade engendrada numa totalidade que determinam as relações econômicas que são estabelecidas pelos moradores, onde, a partir da comunidade, se difunde uma relação econômica com o município e assim sucessivamente. Neste contexto, a atividade agrícola é uma atividade econômica que está *“encharcada”* por múltiplas determinações, tornando-

se o elo de mediação entre as peculiaridades específicas e gerais desse sistema produtivo, pois:

Os economistas do século XII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados, etc.; mas terminam sempre por descobrir por meio de análise certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. Estes elementos isolados, uma vez que são mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como Trabalho, Divisão do Trabalho, Necessidade, Valor de Troca, até o Estado, a Troca entre Nações e o Mercado Universal. [...] O concreto é concreto por que é a concentração de muitas determinações, isto é, unidade do diverso [...]. (FERNANDES, 1989:410):

Historicamente o trabalho dos moradores da comunidade estudada tem submetido esses a uma condição de dependência da natureza e a uma situação de exclusão dos bens de consumo produzidos pelo homem, pois o tempo e o retorno econômico despendido nesta atividade são diametralmente opostos, já que a sua condição de vida, como se observa é de má qualidade sem acesso aos mínimos necessários à sua subsistência. Esse entendimento nos remete ao processo de desvalorização do homem enquanto ser produtivo: Desse modo, o princípio de que o trabalho humano é fonte de todo valor e riqueza, que, aparentemente implica num reconhecimento do homem, deixa-o ao operário – *e conseqüentemente ao colono objeto desse estudo, (grifo nosso)* como ser humano, fora do processo de produção. (VÁZQUEZ, 1977:134).

Assim, na atividade agrícola se encontra uma representação da atividade laborativa da população estudada, ou seja, o que predomina nessa atividade é um processo que desencadeia ações que envolvem o indivíduo nos aspectos cognitivo, social, cultural e ambiental.

A agricultura como prática produtiva de subsistência é um processo que designa diversos tipos de comportamento que simbolizam essas práticas, pois o indivíduo participa de todo o processo produtivo: coleta de matéria-prima, tratamento da matéria-prima, construção do objeto (produto), comercialização. Está implícito o seu caráter unitário e indissolúvel, valores objetivos como o econômico e subjetivo como a representação do objeto construído para seu autor e para o outro que entra em contato com o produto:

Esse trabalho tem, por sua vez, um caráter universal no sentido de que suas operações são efetuadas por um mesmo indivíduo com partes de uma totalidade que não se desagrega em operações parciais, feitas por diferentes indivíduos. O trabalho artesanal adquire um caráter criador na medida em que está longe de reduzir-se à repetição de uma ou várias operações, e na medida em que põe em jogo a atividade da consciência. (VÁZQUEZ, 1977:265).

O modo de vida característico do modo de produção capitalista moderno tem na atividade do comércio sua base e importância significativa. Mas o tipo de comércio realizado pelos moradores da Comunidade Colônia Central está baseado em duas formas de relações estabelecidas: a social tradicional, onde se estabelece uma relação de troca não-monetária; e a econômica moderna, onde o que prevalece é a troca em moeda. A segunda é menos intensa em detrimento da primeira. É a convivência de dois modelos antagônicos, contraditórios, mas complementares e co-existentes. É a convivência do antigo modelo econômico, com o novo desenvolvimento baseado no mercado. A esse respeito, a pesquisa de campo nos indicou que 25,0% dos colonos responderam que realizam atividades de comércio em Manaus, e 75,0% realizam escambo como forma de troca dos produtos oriundos do trabalho, temos então uma realidade que é significativa, haja vista que *a economia burguesa fornece a chave da economia antiga. [...] a sociedade burguesa não é em si mais do que uma forma antagônica do desenvolvimento, certas relações pertencentes a formas anteriores nela só poderão ser novamente encontradas completamente esmaecidas, ou mesmo disfarçadas, [...]. (VÁZQUEZ, 1977:138).*

A característica do processo que envolve o comércio entre os moradores da comunidade estudada foge a qualquer padrão estabelecido pelo mundo das relações capitalistas do mundo atual, mas se aproxima indubitavelmente da realidade vivida pela população ribeirinha amazônica e de outras economias similares.

No mundo global, predomina um sistema complexo de consumo dos bens produzidos, havendo a mínima presença do papel-moeda, pois o que determina a relação de compra e vendas são papéis virtuais e a máxima obtenção do lucro. Mas, na Comunidade Colônia Central quase não existe esse mecanismo, a relação de troca tem, como base, a relação de confiança na palavra do indivíduo. Podemos considerar que o que tem valor no sistema de compra e venda nesta comunidade

não é a moeda-dinheiro, que circula de forma bastante incipiente. O que predomina no ato da troca mercantil simples é efetivamente o escambo, como a forma tradicional de comercialização.

O modo de troca dos bens produzidos pelos moradores da Comunidade Colônia Central é o elo que está estabelecido no seu modo de vida e que é determinante para a reprodução do sistema produtivo lá existente. Modo esse que conseqüentemente faz parte do processo global do modo operativo em que se situa a forma mais avançada das forças produtivas capitalista. A esse respeito, FERNANDES (1977:414) nos revela a densidade da estrutura da sociedade capitalista e que sua base repousa nos modos produtivos anteriores a esse:

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mais diferenciada. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria organização a torna apta para abarcar a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acham edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva arrastando, enquanto tudo o que fora antes apenas indicado se desenvolveu, tomando toda a sua significação, etc.

O modo de vida que tem como base, um sistema produtivo tradicional, reproduz relações tradicionais de troca e ao mesmo tempo tem elementos do modelo econômico moderno que impõe uma convivência entre esses modelos de relações econômicas e sociais que sobrevivem e resistem historicamente, mesmo com o desenvolvimento do modelo baseado na tecnologia na atualidade. Nesse sentido, produto do esforço e do trabalho de sua atividade laborativa possui tanto valor de uso, quanto valor de troca na concepção Marxiana que determina as relações de produção no mundo capitalista: *E o dinheiro não entrava [?] de nenhum modo em todas as relações econômicas.* (FERNANDES, 1989:412).

A superação das desigualdades econômicas e sociais reproduzidas pelo modelo hegemônico de produção, diferente do sistema produtivo reproduzido pelos colonos da Comunidade Colônia Central, tem como ponto de partida o desenvolvimento das relações entre o homem e a natureza, na busca da inserção de uma sociedade sustentável que dita o que seria possível manejar e o desejável para manter o crescimento sadio de uma comunidade como é o caso da comunidade por nós estudada. Portanto, cresce desse modo, a importância da relação entre o

Estado e a sociedade civil, assim como a forma como ambos se relacionam na conformação das políticas públicas desenvolvidas até aqui pelo Estado junto ao seguimento populacional aqui pesquisado, cuja demanda se concentra nas questões agrícolas. Dessa forma é importante fazermos um parêntese para relatarmos alguns aspectos do processo de desenvolvimento das políticas públicas para o setor agrário e as questões ambientais que estão nelas imbricadas.

BOX 2 O ESTADO BRASILEIRO E AS QUESTÕES AMBIENTAIS

O nível de desigualdades existentes na sociedade brasileira coloca o país distante de padrões aceitáveis. Suas origens são históricas, mas sua permanência leva grande parte da sociedade a encará-la como natural e não como um fato socialmente construído, o que poderá resultar em um pacto social excludente, em que não se reconhece mais a cidadania como um valor universal e um direito de toda a população. Ou seja, a cidadania de uns é diferente da dos outros, tendo-se como consequência que os direitos, as oportunidades e os horizontes também sejam distintos.

É precisamente sobre estes fatores que devem incidir as políticas públicas distributivas para viabilizar o desenvolvimento sustentável, que constitui a base para a materialização de todos os demais objetivos econômicos e sociais, e torná-lo compatível com a melhoria das condições de vida e de trabalho da maioria da população do país. A busca da conservação ambiental é uma questão de suma relevância no mundo contemporâneo. E esta luta pela conservação ambiental tem denunciado o uso inadequado dos recursos naturais, motivos estes ligadas às causas da degradação.

O homem e a natureza estão intimamente interligados, sujeitos às transformações que atuam num movimento acelerado, cujos reflexos vigoram diante dos processos revolucionários. Falar hoje de desenvolvimento sustentável é permitir que as futuras gerações possam suprir suas necessidades sem que os recursos disponíveis estejam comprometidos.

Esse modelo de desenvolvimento deve pôr em questão o modo como estão

sendo manejados os seus recursos naturais, assim, fazendo com que a população no âmbito de suas comunidades, realize suas ações de modo estratégico, devido os impactos relativos às transformações que se configuram, protegendo o meio ambiental e o social, promovendo o bem-estar no presente e no futuro. A idéia de sustentabilidade implica limitações quanto ao processo de crescimento, contudo, na política de desenvolvimento, as relações entre o homem e a natureza estão inseridas em uma sociedade sustentável que dita o que seria possível manejar e o desejável para manter o crescimento sadio de uma comunidade como é o caso da comunidade por nós estudada.

O modo de vida dos colonos na Comunidade Colônia Central constitui espaços com características sociais, econômicas e culturais próprias e tem como base ações humanas que convergem para o de desenvolvimento sustentável e a participação democrática, pois possuem um sistema produtivo tradicional com aspectos culturais que caracterizam sua própria identidade. A simbologia referente às questões ambientais que influenciam o sistema produtivo dos moradores é externalizado de forma que:

Aqui na comunidade a gente sabe sim o que é desenvolvimento sustentável. Não é só preservar a mata não, é também a gente poder ter uma vida melhor, a gente poder se organizar, participar das coisas. A gente aqui é organizado na associação, mas é pouco, daí a gente participa em outras reuniões em Manaus. As pessoas, as autoridades precisam saber que nós existe. Aqui não temos escola, posto médico, energia, aí eu pergunto: cadê o desenvolvimento sustentável ?. Aqui a gente pratica o desenvolvimento sustentável, mas os outros não respeitam a gente como cidadão. (Sra. Ana Maria, moradora da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2008).

A resposta da moradora nos leva a refletir sobre a possibilidade ou não da materialização do desenvolvimento sustentável. Assim como fica subentendido o viés de consolidação do desenvolvimento sustentável local, quando temos a premissa de que está aí associada a idéia de desenvolvimento do território ocupado pelas famílias, desenvolvimento esse que tem como base o respeito a pessoa como cidadã. Um desenvolvimento que procure valorizar e integrar os recursos naturais que esse espaço possui às necessidades básicas das pessoas que ali habitam. Esse modelo de desenvolvimento deve ser pautado no respeito aos recursos

naturais, mas também na garantia da participação, no respeito à cultura tradicional local, na criação de laços daquilo que estão inseridos na capacidade de produção e uso dos produtos derivados do trabalho do grupo local.

A vida dos moradores da Comunidade Colônia Central se configura em torno de uma articulação diversificada de atividades, seja ligada à agricultura, à pesca, à caça e à fruticultura, estas por sua vez, se encontram vinculados às atividades que possuem uma conexão direta ao usufruto de bens ambientais, ou seja, da biodiversidade local. Durante a pesquisa de campo, através da observação participante, identificamos que há por parte dos moradores uma preocupação com os efeitos de sua ação sobre esses recursos naturais, pois mesmo de forma tradicional e empírica esses estabelecem uma relação de cuidado, respeitando seus limites e o da biodiversidade local, como é o caso do modo como desenvolvem sua atividade produtiva baseada no uso da terra, principalmente com a roça. Isso caracteriza os princípios de um planejamento estratégico, numa prática adequada dessas atividades para a preservação da biodiversidade. Portanto o modo de vida desses moradores está intrinsecamente relacionado ao processo de desenvolvimento da sustentabilidade, pois:

Para ser sustentável, o processo de desenvolvimento tem que imitar os processos da natureza tanto quanto possível, incorporando as coordenadas da situação atual e após a ação humana, na sobriedade de máximos rendimentos com eficiência ecológica no interior de seu arcabouço – adotando, numa palavra, os princípios de uma “economia conservativa”. (CAVALCANTI, 2002:30).

Na hipótese em que o processo de desenvolvimento sustentável deve levar em conta o bem-estar social e econômico sem causar danos aos recursos ambientais, deve haver uma ação do homem comprometida com o processo de sustentabilidade, fato que se encontra presente no modo de vida dos moradores da Comunidade Colônia Central quando de seus hábitos de consumo, produção e estilos de vida, já que estes vêm impedindo a perda da biodiversidade, evitando desta forma, a degradação dos recursos naturais. Esse processo tem a ver com as formas de relacionamento dos moradores em suas dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais segundo a moradora:

A nossa vida aqui é simples, mas é boa porque só dependemos do nosso trabalho, infelizmente esse nosso trabalho não é valorizado, pois trabalhamos muito e o retorno é muito pouco, mas a gente vive melhor que muita gente em Manaus. Em Manaus tudo tem que ser no dinheiro, aqui a gente se serve com os vizinhos numa necessidade. A roça nos dá tudo que precisamos, temos uma casa simples sim, mas que possibilita uma vida boa, pois temos o trabalho que é o mais importante pra vida de uma pessoa. Aqui a gente reza, se diverte, faz visitas, festas, tudo. (Sra. Ana Maria, moradora da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

A fala da moradora nos remete ao fato de a terra ser considerada como um ente sagrado para a reprodução da sua forma de vida, é uma lógica de vida que se contrapõe ao modo de vida hegemônico e ao sacralizar a terra estabelece uma relação de respeito com os recursos naturais existentes no entorno da vida cotidiana do colono.

Se as atividades humanas têm sido apontadas como as causas mais comuns e perceptíveis dos problemas socioambientais. Problemas que têm como principal causa o mau uso dos recursos naturais, tais como a extração ilegal de madeira, a expansão agrícola e outros fatores condicionantes que têm levado ao desflorestamento, a alteração do *habitat* e a perda da biodiversidade, no *modus vivendis* dos colonos da Colônia Central, a biodiversidade vem sendo tradicionalmente preservada, tendo como característica um modo de vida que desenvolve uma economia de subsistência, que não gera riquezas e estabelece uma estratificação social horizontalizada. Esse modo de vida tem haver com o que se estabelece como sendo o significado do termo desenvolvimento sustentável:

O desenvolvimento sustentável deve assegurar que essas funções sejam transferidas sem dano às futuras gerações. [...]. A noção de desenvolvimento sustentável representa uma alternativa ao conceito econômico, indicando que, sem a natureza, nada pode ser produzido de forma sólida. (CAVALCANTI, 2002: 38).

Em muitas comunidades rurais, como é o caso dos moradores da Comunidade Colônia Central, são valorizadas e utilizadas os recursos naturais, com o uso das espécies da fauna, flora, solo, como fonte de alimento e subsistência. Dessa maneira, a pesquisa de campo indica que os moradores da comunidade estudada buscam se inserir no processo de desenvolvimento sustentável, meio às suas atividades desenvolvidas, fazendo com que suas vidas e o meio em que vivem não se comprometam futuramente ante aos possíveis impactos causados pela

degradação ambiental. As atividades realizadas no âmbito da comunidade são realizadas dentro de uma perspectiva de preservação da biodiversidade local e uso adequado do solo referente à atividade ligada à agricultura. Essa característica do seu modo de vida específico se concretiza de forma significativa quando:

Aqui, a gente consegue sobreviver. A vida aqui é melhor do que na cidade. Lá às vezes a gente passava fome. Aqui graças a Deus, não acontece isso. Aqui a gente tem trabalho. Tem pouco, mas tem. Aqui a gente depende da gente e lá em Manaus não, tudo é dispendioso. A vida aqui é difícil, mas é melhor do que lá. Aqui a gente é pobre, mas tem trabalho, tem uma casa, tem comida, é de pobre, mas tem. Aqui a gente é igual, agente se ajuda. A natureza é muito importante pra nós. Nós e a natureza damos certo, por isso a gente não pode acabar com tudo, a gente tem que usar a cabeça, fazer tudo muito bem pensado pra não acabar com tudo. Aqui a gente sabe que nós depende da natureza, por isso ela é importante prá nós. (Sr. Luiz Monteiro, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

A vida cotidiana dos colonos tem referencia dois modos de vida: o urbano e o rural. A capacidade trabalho, como sendo a essência da vida humana, se expressa no espaço da vida rural para o colono. Desse modo é determinada a sua vida futura. É nesse espaço da vida rural que ele constrói a sua historia, traçando um paralelo com o desenvolvimento sustentável, ou seja, o modo adequado para o manejo com os recursos naturais de modo a não comprometê-los futuramente. Essa mesma forma de pensar o cotidiano é reproduzida por Pais (2003: 87) ao se referir espaço como sentido dado ao cotidiano:

[...] O cotidiano aparece, assim, definido em termos de limites espaciais, muito embora a espacialidade surja como uma forma no sentido simmeliano da expressão, que se modela, depois de diversas maneiras. De fato como afere Simmel, “o espaço é uma forma que em si mesma não produz efeito algum”. O que tem importância social não é o espaço, mas as vivencias sociais que nele decorrem e que convertem de um vazio em algo com significado sociológico.

A sociedade, gradativamente, está em processo de expansão e isso significa a abertura de espaços às ricas variações em expressões culturais diversificadas. A respeito deste modo de desenvolvimento do processo produtivo e de relações sociais RUSCHEINSKY (2004:32), estabelece que:

A possibilidade de a sociedade sustentável enfrentar paradoxos socioambientais: de um lado a exigência da ampliação dos direitos, da democracia, da cidadania, da distribuição para a redução da miséria e da pobreza, e de outro o crescimento das corporações internacionais, a concentração de capital e o predomínio do capital especulativo; de um lado a valorização da multiplicidade dos saberes, da participação dos sujeitos ante os problemas ambientais, e de outro a especialização e complexidade que exigem soluções técnicas e a burocracia; de um lado o desenvolvimento da subjetividade, do gosto pela diferença, do enaltecimento da criatividade, da autonomia dos sujeitos, e de outro a massificação do consumo, da informação, entre outros aspectos.

Contudo este processo enfrenta espaços contraditórios e conflitantes ligados ao meio em que se vive e o modo como se realiza a sobrevivência dos moradores da Comunidade Colônia Central. Aspectos que interferem no alcance e na promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica, estimulando a regeneração dos recursos renováveis e a manutenção da diversidade biológica.

A terra como um instrumento de trabalho e do desenvolvimento da cultura local que permeia o mundo em que habita os moradores da Comunidade Colônia Central é um nicho de vida que vem sendo preservada. No entanto esse processo econômico, que é também social, os diferencia e os assemelha aos diversos segmentos que formam a estratificação econômica nas relações sociais apresentadas até então, pois se configuram, assim, as suas aspirações e percepções quanto ao uso dos recursos naturais na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

3.2 O cotidiano e as relações sociais de vizinhança dos moradores.

Durante o desenvolvimento da sociedade a partir do século XVIII, a vida cotidiana das pessoas passa a ter importância para as diversas ciências, porém era vista apenas como registro histórico dos fatos ocorridos em determinada conjuntura, e não como vem se desenvolvendo na contemporaneidade por estudiosos, filósofos e outros profissionais, ou seja, a vida cotidiana passa a ser vista como relações sociais vividas por todos nós seres humanos no dia-a-dia, não no sentido sistemático, mas sim, um processo dinâmico, dentro de uma dialética de totalidade social. A esse respeito, HELLER (2004:17), refere que:

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. [...] A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias.

Quando nos referimos ao cotidiano, dá-nos a impressão de que estamos falando apenas de rotina, porém o cotidiano, em nosso entendimento, apresenta uma dinamicidade própria de seu desenvolvimento, é dentro dele que se dão as relações sociais, onde dependendo da ação humana em seu meio transforma a realidade vivida, potencializando o viver em determinado momento histórico, incidindo na conjuntura econômica, política, social, cultural, ambiental, determinando a vida do homem em sua totalidade. Consideramos dessa forma o cotidiano na forma como referido por Lefebvre (1974), que caracteriza objetivamente o sentido do cotidiano na vivido pelos colonos da Comunidade Colônia Central:

O cotidiano não é um espaço-tempo abandonado; já não é o campo deixado à liberdade e à razão ou à iniciativa individuais; já não é o âmbito da condição humana em que se enfrentam a sua miséria e a sua grandeza; já não é somente um “setor” e a exploração racional já inventou formas mais sutis. O cotidiano converte-se num objeto a que se dedicam grandes cuidados: campo de organização, espaço-tempo de auto-regulação voluntária e planejada. Bem organizado, o cotidiano tende a constituir-se num sistema fechado sobre si mesmo (produção-consumo-produção). [...] Neste sentido, a cotidianidade seria o principal produto da sociedade que se diz organizada, ou de consumo dirigido, assim como o seu cenário.

Quando conseguimos romper as barreiras das ações repetitivas, podemos dizer que “deixamos o cotidiano de lado”, ou seja, sair do cotidiano, não é sair do dia-a-dia, é conseguir reconhecer que uma realidade pode ser transformada, bem como ter em mente que o cotidiano é motivação dinâmica, e que se bem apreendidas, são capazes e responsáveis por levar o homem a vivenciar e dividir experiências particulares e coletivas. Para MARX (1978:53), a busca do conhecimento sobre a vida cotidiana aparece como preocupação filosófica, pois nele a filosofia toma explicitamente nova direção. *Os filósofos se limitam a interpretar o mundo diferentemente, cabe agora transformá-lo.*

Falar do cotidiano de determinado grupo social, ou moradores de uma determinada comunidade, é procurar estabelecer amiúde as relações sociais e culturais que esta sociedade reproduz, implicando aí as suas múltiplas dimensões política, econômicas e ambientais; ou seja, é determinar a estrutura da vivência, do devir individual e coletivo. De forma macrossocial, a cotidianidade dos moradores que habitam a Comunidade Colônia Central estabelece uma relação direta com o modo como o Estado moderno estabelece a sua relação com a sociedade na atual conjuntura, assim como a estrutura do sistema capitalista determina as condições de vida desses sujeitos, sendo esse aspecto o cerne de atenção do Estado e da produção de bens de consumo capitalista. Essa perspectiva é também corroborada por SOUZA (2004:98), ao afirmar que: *a comunidade é parte do cotidiano da população e, como tal, expressa a reação desta ante a sua própria realidade social mais ampla, a realidade das relações sociais capitalistas dominantes no país.*

A tentativa em procurar entender o cotidiano é tarefa complexa e contraditória sendo vista de forma ambígua, pois o dia-a-dia não pode ser negado e nem recusado como forma de conhecimento e desenvolvimento social. O cotidiano na conjuntura macrossocial da sociedade moderna, tem um papel importante na relação que o Estado, direta ou indiretamente, estabelece com a sociedade civil; ou seja, com o indivíduo vivendo em comunidade, através das normas, leis, fiscalização e as forças capitalistas.

É no cotidiano desta relação que o Estado capitalista exerce o seu controle na busca de programar e administrar a estrutura da engenharia físico-social das relações sociais para seus interesses econômicos, introduzindo na vida cotidiana a modernidade, através de tecnologias que são capazes de transformar a vida das pessoas sem distinção de classe, como é o caso das características econômicas do modelo de desenvolvimento atual baseado na globalização. Essa característica da relação entre Estado/sociedade civil/ cotidiano segundo Neto & Falcão (1997:19) é *Vista sob certo ângulo, a vida cotidiana é em si o espaço modelado (pelo Estado e pela produção capitalista) para erigir o homem em robô: um robô capaz de consumismo dócil e voraz, de eficiência produtiva e que abdicou de sua condição de sujeito cidadão.* Essa é a lógica ideologicamente proposta pelo capitalismo na atual conjuntura, porém essas relações não são totalizantes, no sentido de incorporar ou

impor valores ideológicos sem resistência, pois o modo de vida dos colonos, caboclos ribeirinhos na Amazônia devem ser observada como tal, por ser um modo de vida específico na conjuntura da estrutura da sociedade nos dias atuais. O modo de vida dos moradores da Comunidade Colônia Central, por exemplo, é um instrumento significativo deste processo, considerando seu *habitus* e o seu *modus operandis*, pois o cotidiano de uma comunidade é o cenário onde os atores sociais expressam suas relações e correlações de forças em um determinado contexto histórico.

De modo geral, o cotidiano constitui o conjunto de execução de atividades rotineiras, ou seja, é repetir os gestos todos os dias, como ir à roça, caçar, à igreja, tomar o café da manhã, almoçar, jantar, etc., é na realidade a mecanicidade e a automatização das ações. O cotidiano está presente em todas as esferas da vida dos indivíduos: No trabalho, na família, nas relações sociais, etc. O cotidiano é um mundo de alienação na perspectiva proposta por Heller (2004), é seguir "ordens" pré-estabelecidas pela sociedade, sem contestar, sem se dar conta de que tudo pode ser transformado. Nessa direção, o cotidiano é ainda, um espaço do banal, da rotina e da mediocridade, ou seja, é um espaço onde as pessoas convivem sem dar a devida importância às suas ações, não percebendo como se desenvolve o seu dia-a-dia. Neste sentido, é que se dá o processo de alienação do indivíduo no cotidiano.

O cotidiano é o espaço de cada um, rico em ambivalência, fragilidade, sonhos, ilusões. São expressões do comportamento onde o sujeito experimenta ao mesmo tempo, sentimentos opostos inexplicáveis. O cotidiano por fim se caracteriza por ser um modo de existência social com diversas faces; ou seja, é contraditório por ser fictício/real, abstrato/concreto, heterogêneo/homogêneo, fragmentário/hierárquico, por isso o cotidiano é marcado por essas ambivalências. Esse entendimento é compartilhado por HELLER (2004:86), ao se referir sobre a cotidianidade:

O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-los em toda sua intensidade. A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o

descanso, a atividade social sistematizada, o intercambio e a purificação.

Neste sentido, o cotidiano se torna o significado das relações sociais, que contém ameaças, portanto, carente de controle e programação política e econômica, que precisa da intervenção do Estado para que essas relações possam ser transformadas. É um espaço onde o acaso, o inesperado, o prazer profundo de repente descoberto num dia qualquer, eleva os homens dessa cotidianidade, retornando a ela de forma transformada e modificada, num processo contínuo, dinâmico e contraditório. O cotidiano é a vida de todos os dias e de todos os homens, em qualquer época histórica que podemos analisar; ou seja, em todo contexto histórico o cotidiano está presente, muda-se apenas os atores sociais.

Na vida cotidiana, o homem aprende as relações sociais, e as reproduz, enquanto instrumento de sobrevivência, seja essa vida apreendida de forma alienada ou transformada, vai depender da vida vivida do ator social, inserindo-se na história, modificando-se e modificando as relações sociais, conforme a conjuntura social, política, econômica e cultural do mundo vivido em determinado momento histórico. É na cotidianidade vivida pelos moradores da Comunidade Colônia Central que as relações sociais e produtivas tem fundamento. Mesmo que de forma inconsciente é no contexto social que a dinâmica da vida dos atores sociais se desenvolvem.

No que diz respeito às relações de vizinhança, essas se dinamizam de forma peculiar do modo de vida amazônico descrito por Wagley (1988), Ranciaro (2002) e Fraxe (2004), onde as relações sociais das respectivas comunidades estudadas se estabelecem pelo sentimento de compadrio e solidariedade. Durante o trabalho de campo, foi possível observar, por exemplo, que é comum em determinadas tardes a família se deslocar para a casa de outros moradores com o objetivo de realizar visitas. Nessas visitas, que são mais frequentes em períodos em que algum membro da família visitada se encontra enfermo, ocorrem conversas sobre diversos temas: família, as crianças, a vida de outros moradores, os acontecimentos na comunidade e até planejamento das atividades produtivas.

Essas visitas têm, também, na minha observação, o objetivo de superar as dificuldades geográficas impostas pela forma em que estão dispostas suas casas, já que a área tem o solo bastante acidentado com a presença de grandes áreas de florestas ainda não tocadas, isso faz com que as casas sejam dispostas em distâncias que variam entre 2 a 3 quilômetros uma da outra. Portanto essas visitas são as formas de suprir a necessidade humana de aproximação social com o outro.

As visitas de compadrio são realizadas em média 2 vezes ao mês, sendo que, sem existir um convite formal, a família visitada deve retribuir a visita em período próximo, havendo assim um contrato social implícito. Outro aspecto importante da visita, que denomino de “visitas de compadrio”, é que a família visitada é quem se responsabiliza pela alimentação servida durante a visita: café, tapioca, frutas, etc., e as visitas duram em média 12 horas, já que a família visitante chega ao cair da tarde e retorna na manhã do dia seguinte. Esse comportamento está presente no discurso dos moradores quando se referem à forma como realizam as suas relações sociais:

É, a gente vai visitar o compadre Hélio, a Lavina, o Mineiro, a Ana, o Adison e o seu Raimundo, esses porque estão mais próximos de nós. A gente não estabelece dia, mas pelo menos duas vezes no mês a gente vai. A casa a ser visitada depende das conversas que agente tem no barracão, é lá que a gente acerta a visita. Ai depende também do tempo, se tiver muita chuva a gente prefere ir mais perto. Ou então quando a gente sabe que tem gente doente ai a gente vai levar um remédio, um conforto. Da mesma forma a gente também recebe visitas. Às vezes sem esperar a gente recebe visitas. Isso é muito bom porque aqui a gente fica muito isolado, as casa são longe, tem ainda as ladeiras e isso dificulta a gente de ir muitas vezes. É bom também porque a gente além de conversar a gente pode ajudar o compadre em alguma coisa, então a gente não pode ficar sem a visita. (Sra. Dalva Freitas, moradora da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

A relação de vizinhança se configura como um dos instrumentos que consolidam as relações sociais entre os moradores na Comunidade Colônia Central. São espaços que designam o processo de desenvolvimento de um comportamento cultural peculiar, específico daquela localidade. Por outro lado, esse comportamento determina um modo de vida estruturada em substância subjetivas do modo de vida, ou seja, o sentimento de confiança, de solidariedade e de compadrio. Essa substância subjetiva se dá em plena conciliação com as substâncias objetivas do comportamento, tal como o trabalho, a presença do outro e alimentação. Todos,

subjetividade e objetividade da vida fazem parte do mesmo processo, consolidando o *modus operandis* da vida cotidiana vivida pelos atores sociais que habitam a Comunidade Colônia Central.

3.3 A organização social do trabalho no cotidiano dos moradores da Comunidade Colônia Central.

Todo processo de desenvolvimento social é marcado por contradições e conflitos que se estabelecem a partir da vivência das pessoas em seu cotidiano. As relações sociais estabelecidas em sociedade são determinadas por valores, culturas e comportamentos produzidas pela pessoa humana, pois:

O contato determina as relações sociais, ele permite que a cultura de precedências diversas vá se assinalando lentamente no decorrer dos dias, anos ou séculos. Há, sem dúvida, em nossa sociedade uma carga cultural do passado e uma pressão cultural do presente, ambas correntes se chocam e geram conflitos e adaptações no modo de vida do amazonense. (MIGUEZ, et All, 2006:87).

A forma como se desenvolvem as relações sociais na vida dos moradores da Comunidade Colônia Central é marcada por uma diversidade de interesses, ao mesmo tempo comuns e de cunho pessoal. A consolidação dessa relação está diretamente ligada ao fato originário desta mesma relação: O trabalho com base na agricultura. Essa situação condiciona os atores sociais envolvidos a uma tomada de decisão, onde a partir deste fato social, diferentes sujeitos discutem seus problemas sociais, econômicos políticos e ambientais e encontram soluções para os mesmos.

Os moradores da Comunidade Colônia Central apresentam, no seu viver cotidiano, um espaço de relações sociais, onde os indivíduos se interagem de forma solidária, e tem como base a lógica da vizinhança, da religião e do compadrio. Mesmo não tendo a presença objetiva do Estado, por um lado, essa comunidade produz e reproduz relações sociais determinadas pelo viver diário sem o acesso aos bens produzidos pelo mundo moderno, sem usufruir dos bens de consumo demandados pelo modo de produção capitalista, por outro lado, a sua vida simples não determina uma vida de extrema pobreza. Aliás, o trabalho como elemento principal da vida humana é que satisfaz as necessidades dos moradores. Para subsistirem nessas condições, os moradores da comunidade em estudo têm, no

trabalho, a satisfação de suas necessidades, é o que fica materializado na fala do morador:

A nossa vida é simples, aqui não tem televisão, computador, essas coisas que as pessoas têm na cidade, mas aqui temos trabalho. O trabalho aqui só depende da gente, aqui eu não fico desempregado, trabalho por minha conta. Já trabalhei empregado e sei que é ruim porque a gente não trabalha pra nós e sim pros outros. Agora aqui não se eu coloco a roça, se eu planto, se eu crio, é meu e de minha família. Não tem outro dono, por isso eu afirmo que aqui é melhor de viver. (Sr. Luiz Monteiro, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2008).

Os moradores dessa comunidade demonstram que o mais importante instrumento da produção e reprodução do homem é o trabalho. Esse aspecto denota outra peculiaridade no modo de vida deste grupo social. A existência de bens de consumo produzidos pelo capital fica claramente num segundo plano, ou seja, não é o acesso a esses bens que determina seu modo de vida, mas a possibilidade do trabalho. Esse processo determina uma distinção entre o modo de vida urbano e o modo de vida rural, especificamente dos moradores da Comunidade Colônia Central.

Em sua obra “A invenção do cotidiano”, Michel de Certeau (2001), se refere a esse processo abordando que o cotidiano é identificado, em princípio, como “território”. Dessa forma, identifica-se assim a um “lugar”: espaço e tempo construídos. Como resultado de um processo de socialização em que uma forma específica de interação que relaciona o “indivíduo” ao “grupo” ocorrendo e engendrando personalidades, capacidades e comportamentos que se misturam em disputa pela escolha dos traços identitários, transforma-se assim em uma marca que transforma o “espaço” (geográfico, geométrico, variável de tempo) em “lugar” (simbólico).

O sentido de bem comum alimentado entre os moradores que habitam a população estudada se tornou um importante instrumento para a organização social dos moradores de forma que podemos chamá-lo de “relação social tradicional”. Esse processo se consolida a partir da forma como os moradores desenvolvem as suas unidades produtivas, pois, nesta comunidade, a base produtiva se assenta na mão-de-obra familiar, através da rede de sociabilidade cultivada entre as famílias, responsáveis pela sustentação das tradições e valores culturais transmitidos ao

longo dos anos de gerações para gerações.

O trabalho familiar corresponde à divisão de trabalho e atividades entre os membros da família, o que compreende os pais, filhos e os compadres da relação de vizinhança. A compreensão desse saber tradicional que orientam a prática do processo produtivo pautado em ações socioambientais que produzem e reproduzem o manejo dos ecossistemas na Comunidade Colônia Central é poder contextualizar as possíveis mudanças ocorridas em suas realidades, ao longo do tempo, como assinalado anteriormente por Certeua (2001). Nesse contexto é necessário definirmos algumas noções e conceitos que possa servir como eixo teórico para o entendimento do que sejam essas populações que denominamos de tradicionais. O modo de vida, formas de organização social e relações de produção, são os campos onde elas se movimentam seja por meio das práticas de cooperação, seja através da mobilização, ou em prol de soluções de problemas ambientais e sociais.

O termo *populações tradicionais* é bastante apropriado para se compreender a sociedade amazônica. É antes de tudo uma categoria de classificação freqüentemente utilizada para definir pequenos produtores rurais de ocupação histórica e distinguir habitantes tradicionais dos imigrantes. Por outro lado, é um termo que tem sido usado no sentido de autonegação e demarcação de identidade territorial, entendida aqui no sentido de espaço construído e representado pela sua identidade como colono. A identificação ou seu auto-reconhecimento como pertencente à Amazônia e à região onde habitam é materializada no discurso do morador:

A maioria de nós, que mora aqui, veio do interior do Amazonas pra cá pra Manaus. A gente pensava que aqui era melhor de ter trabalho. Eu por exemplo pensei em trabalhar no Distrito, tentei várias vezes, mas não consegui vaga, não tenho estudo que sirva pra eles. Como tenho prática de roça, procurei um lugar onde pudesse produzir. Aprendi as coisas do mato com meus pais: caça, pesca, plantação. Eu tenho conhecimento que é nosso, dos antigos, não tenho conhecimento pro distrito, por isso gosto de morar aqui e fazer o que faço. Se a gente adoecer aqui a gente cura com as nossas plantas, se fosse na cidade tem que procurar um médico. Aqui as plantas estão a nossa disposição, na cidade os médicos não. Então, pra mim que tenho conhecimento do mato é melhor morar aqui. (Sr. Raimundo Brabo, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

O poder simbólico que expressa a fala do colono designa a sua compreensão empírica sobre o espaço amazônico e por conseguinte, o seu pertencimento à esse espaço. É nesse território específico que o mesmo tem encontrado elementos que possibilitam desenvolver a sua força de trabalho para a produção e reprodução da sua condição humana. O cotidiano das relações sociais travadas neste mundo específico, empodera esse colono de conhecimentos que o conduz a uma prática tradicional, adequando seu sistema produtivo ao seu nível de conhecimento dos recursos naturais desse território.

No caso da região amazônica, a noção de populações tradicionais remete também a uma categoria relacional explicitando situações específicas decorrentes de uma dada condição de uso e ocupação do território, no caso da dos moradores da comunidade estudada, a terra firme, por isso se localizam na área central de terra firme da área geográfica da reserva, que é banhada pelo rio Negro, um dos mais importantes na região amazônica e estão ligadas às práticas agrícolas e/ou extrativistas. Observamos dois fatores importantes que caracterizam os moradores da Comunidade Colônia Central no contexto do entendimento de populações tradicionais. O primeiro é o uso dos recursos da floresta de forma tradicional. O segundo é o modo de vida baseado na produção diversificada de alimentos para a subsistência que tem como principal matéria prima, a mandioca, tal qual está representado na figura 11, que reflete a imagem significativa do cotidiano de trabalho dos colonos:

Fig.16: Casa de farinha tradicional: O centro do processo produtivo na comunidade.



Fonte: Pesquisa de campo. Junho 2007.

Assim, dentre os diversos atores sociais do mundo amazônico, preferimos estudar, neste trabalho, a população tradicional que habita uma pequena parte da região amazônica, conforme expõe Lobato (1999), são aquelas que praticam atividades do extrativismo, da agricultura, trabalhos artesanais e possuem fortes vinculações (sociocultural) com a terra e que não sofreram grandes alterações no seu modo de organização social após o avanço da modernidade. Portanto, consideramos, neste trabalho, “populações tradicionais” como sendo aquelas comunidades que moram em áreas de florestas ou às margens de rios e/ou igarapés, utilizam recursos da natureza para viver e, ao mesmo tempo, contribuem para conservar o meio ambiente, culturas, tradições e valores que são transmitidos de geração a geração por via oral e que, historicamente, tem garantido a memória desses modos de vida, como é o caso da vivência cotidiana dos moradores na Comunidade Colônia Central.

É importante ressaltar que o uso do termo “populações tradicionais” não está, neste trabalho, associado à idéia de “populações atrasadas”, “modo de vida rudimentar”, mas à de grupos sociais que dispõem de experiências, de vivências próprias. No contexto das populações tradicionais, o caboclo amazônico, ou *colono*, como os próprios atores sociais se denominam na Comunidade Colônia Central, é uma categoria que está incorporada neste trabalho, no que se refere às atividades no modo de produção e no modo de vida. São sujeitos que exercem diversas atividades como coletor, pescador, horticultor, mas, principalmente, como agricultor (a) de subsistência. A objetividade de sua identificação está ligada à questão geográfica e social, pois se mistura com o sentido dado pelos moradores à comunidade. A esse respeito, assim se expressa o morador:

Nós somos colonos porque somos da colônia e somos agricultores porque nós plantamos, temos roça, mas a gente mora numa colônia, vive em comunidade, então somos mais que agricultor. Na colônia como é aqui as pessoas se ajuda. Não tenho certeza, mas acho que o nome da comunidade é por isso, colônia central, é porque o objetivo daqui era realmente viver em comunidade e hoje nós vivemos isso, então alguns são caboclos, mas além de ser caboclo é colono. Ser colono abrange agricultor e caboclo, é maior que os dois entende. Por isso somos colonos. (Sr. Raimundo Brabo, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

A força da expressão do morador marca a sua identidade como amazônida, como um agente que se identifica culturalmente como sendo colono. Para os moradores da comunidade em estudo, ser colono é acima de tudo ser amazônico. É a junção do gênero humano que representa a Amazônia, cujo sentido, a sociedade moderna procura diminuir, considerando esse sentido como inferior. Para os habitantes da Comunidade Colônia Central o homem amazônico é um só: Colono. Nele estão presentes as dimensões culturais, sociais, econômicas e ambientais desse espaço ocupado e preservado à revelia do desenvolvimento tecnológico contemporâneo. De acordo com Maués (1999) e Diegues (2001), nos últimos cinquenta anos, as políticas públicas para a Amazônia e a inserção de outros agentes econômicos têm contribuído para o aviltamento e desestruturação do modo produtivo, para desagregação cultural e perda de identidade cultural das populações tradicionais. O sentimento de pertencimento é a característica que mais identifica os colonos da Comunidade Colônia Central como uma sociedade tradicional, definida no tempo e no espaço.

Por outro lado, de acordo com Castro (2000), as populações tradicionais vêm mantendo, com o processo histórico de reprodução de seu modo de vida, um equilíbrio entre suas necessidades básicas e os recursos ambientais. Neste sentido, há saberes e formas de manejo fundamentais na preservação dos ecossistemas e da biodiversidade. A organização social das populações tradicionais tem proporcionado a perpetuação e a reprodução do grupo social, haja vista que as técnicas desenvolvidas por esses povos ajudam na adaptação a um meio ecológico de alta complexidade.

Ao incorporar, neste trabalho, a noção de população tradicional, procuramos abordar os saberes que orientam as relações sociais, culturais e suas interações no manejo dos recursos naturais predominantes na área em estudo; ou seja, como ocorre esse processo em termos de sociabilidade e manutenção dos modos de vida das comunidades tradicionais no espaço amazônico, especificamente na Comunidade Colônia Central. Partimos do princípio de que os diversos saberes produzidos pelos moradores é um dos fatores determinantes para a reprodução de um modo de vida fundamentado em ações e valores que preservem o ambiente natural e o modo de organização social, integrando este saber tradicional para

possíveis resoluções diárias dos problemas existentes no cotidiano de suas vidas, contribuindo assim para o desenvolvimento do modo de vida das comunidades tradicionais.

Assim, identificamos não só a existência de outras formas de saber construído historicamente pelos moradores da Comunidade Colônia Central, mas também a existência de um intercruzamento ou complementaridade desses saberes que determinam as suas vidas cotidianas numa perspectiva da sociabilidade. Neste sentido, CUNHA (2004:113), assim se expressa: *[...] esse processo implica numa redefinição dos laços sociais, no retorno do sujeito, na valorização da ética e no redimensionamento do imaginário.*

O entrelaçamento dessas experiências e de saberes está inserido no modo como se dá o processo produtivo das famílias estudadas, que está centrado no extrativismo e na agricultura fixa de subsistência. Essas atividades produtivas têm norteado as maneiras e formas em que se configura a organização social tradicional dos moradores na Comunidade Colônia Central. Esses colonos, em sua autodefinição, desenvolvem o processo de trabalho sem dúvida, marcado pela cultura extrativista e agrícola estabelecida numa dimensão simbólica do viver amazônico.

Ao compreender e interpretar os saberes culturais que orientam as práticas de manejo e uso dos recursos naturais da biodiversidade local, identificamos que os atores sociais estabelecem as múltiplas dimensões do viver em comunidade e que são grupos sociais que vivem em espaços construídos às margens de um ramal, estabelecido na área de terra firme da reserva tupé. Trata-se de uma comunidade formada por colonos cuja realidade cultural é marcada por uma identidade cultural, social, econômica e política própria, que reflete o atual modelo econômico de desenvolvimento, que na região Amazônia, em particular, tem negligenciado as peculiaridades regionais e as singularidades locais.

3.4 O mutirão e a tarefa como base da organização social dos moradores.

A organização social dos moradores na Comunidade Colônia Central se estabelece no entorno do sistema produtivo que tem, como base, a economia

extrativista e a agricultura no modelo de produção familiar de subsistência. A atividade associativista predomina como organização coletiva para o trabalho. Esta é pautada em formas tradicionais das relações de reprodução com a participação dos moradores em mutirão na plantação, colheita e troca da produção agrícola; na formação de grupos de trabalho para realizar consertos ou construção de infraestrutura como pequenas pontes, limpeza do ramal e do “campo” de futebol; e na participação política na associação dos moradores, onde são tomadas decisões sobre as questões internas e externas que afetam as famílias e a comunidade.

A realização do mutirão para o trabalho nas roças se dá em dois momentos específicos do processo produtivo: na derrubada e queimada da grande mata, que é a preparação da área para a coivara e na colheita da mandioca e produção da farinha. Esse mutirão tem como característica a troca da força de trabalho sem moeda, onde o valor da força de trabalho é pago em produtos, que pode ser da própria roça ou outro que seja de maior necessidade do família do *mutireiro* - expressão usada pelos próprios moradores. Ao acompanhar o mutirão, durante a pesquisa de campo, apenas em dois momentos, presenciamos o pagamento da força de trabalho em dinheiro.

Outro aspecto observado nas relações sociais desenvolvidas na combinação do mutirão é que os *mutireiros* são as famílias convidadas para participar do mutirão tendo como critério a afinidade existente entre essas naquele momento em que está se formando o mutirão, pois, em momento de conflitos pessoais, que ocorrem por decisões na associação, desconfianças, questões religiosas, namoro entre membros de famílias diferentes, etc., aquela família que participou anteriormente não é convidada. Essa estrutura organizacional é expressa pelo morador da seguinte forma:

O mutirão, a gente combina em qualquer lugar, no barracão, nas visitas de compadrio, numa viagem que a gente faz junto ou no momento de brincadeiras no igarapé e no campo de futebol. Por exemplo, chegou a época de brocar a mata e o trabalho vai ser muito, ai a gente combina o mutirão. A gente escolhe a família *mutireira* por estar de bem com ela, por que ela tem que aceitar a forma da gente pagar, porque nós não tem dinheiro para pagar as diárias, então a gente paga com produtos da roça ou outro que a gente tenha em casa, como por exemplo, a criação, arroz, milho, ou a gente vai fazer também o mutirão na roça dele. É o pagamento não é na hora não. A forma como a gente trabalha é comandada por que combinou a família de *mutireiro* e tirando as crianças, a família inteira

vai trabalhar na roça do *combinador*. É assim que a gente forma o mutirão aqui na comunidade. (Sr. Raimundo Brabo, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

A figura do *combinador* e do *mutireiro* é que determina como os moradores da Comunidade Colônia Central se articulam em mutirão. Outro aspecto observado no discurso do morador é o fato de existir entre eles uma relação de confiança no pagamento sem moeda da dívida que se contrai ao trocar a força de trabalho. Essa situação é contrária ao modo como se estabelecem as relações de troca na sociedade moderna, já que o valor monetário ou o pagamento da força de trabalho fica consignado ao final do processo produtivo. Assim, identificamos que se encontram presentes formas de relações sociais específicas e tradicionais que caracterizam a vida cotidiana dos moradores.

A segunda forma de organização social observada na vida cotidiana dos moradores na Comunidade Colônia Central é a formação de *grupos de tarefas*, como são denominados pelos mesmos. Os grupos são organizados em reunião na associação e não possuem data ou períodos para ocorrer. Durante a pesquisa de campo, foi possível observamos que os moradores se organizam em dois grupos distintos: o grupo de famílias que moram à direita e o grupo que mora à esquerda do barracão. Quando se referem a um ou outro sempre expressam essa divisão afirmando “a família ou fulano da direita ou da esquerda”. Esse processo divisório dos grupos familiares na comunidade existe por uma determinação geográfica, onde o acesso para a comunidade é definido de acordo como essa localização. As famílias da esquerda têm acesso à Comunidade Colônia Central pela comunidade Julião e as da direita pela comunidade São João. As dificuldades de acesso à comunidade são determinadas pelo comportamento de cheia ou de seca do rio Negro, ou seja, aumentam para ambos no período em que o rio está na vazante.

Os grupos de tarefa são formados para desenvolver atividades de trabalho para a solução de problemas de ordem coletiva como construir e manter limpa a área da igreja, em que só existe um pequeno templo católico; realizar limpeza e manutenção do ramal perimetral que, segundo relato dos moradores mais antigos, foi aberto pelos primeiros moradores que ocuparam a área; realizar manutenção e

limpeza do campo de futebol.

É pelo ramal perimetral que os moradores se deslocam para as suas casas. É formado por uma estrada que se inicia na confluência com a comunidade Julião, seguindo em linha reta até o leito do igarapé do Caniço, com uma extensão de aproximadamente 20 quilômetros. Como não tem tráfego de veículos, a mata de capoeira cresce rápido, obrigando os moradores a realizarem constantemente grupos de tarefa para a manutenção e limpeza do ramal. Em alguns trechos, o declive do platô obriga a descida com grau alto de dificuldades. Esses declives são entrecortados por braços de igarapés que são utilizados como fonte de abastecimento de água às famílias. Essa realidade do cotidiano dos colonos fica evidenciado na figura 12, que especifica a importância do ramal como o meio mais eficaz de deslocamento desses para as suas atividades produtivas, sociais e culturais:

Fig. 17: Vista parcial do ramal perimetral na Comunidade Colônia Central.



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

É também pelo referido ramal que os moradores se deslocam para as atividades cotidianas - roça, visitas de compadrio, reuniões e comercialização dos produtos. É um espaço utilizado predominantemente pelos homens, se a mulher ou as crianças são encontradas no ramal estão em companhia do homem da família. A respeito desse comportamento e a importância do ramal para se estabelecer e compreender o modo de vida dos moradores o colono se reporta ao mesmo como sendo:

A nossa estrada é esse ramal e como não é movimentado a gente procura evitar que as mulheres e as crianças andem sozinhas, mas isso é porque tem muitos riscos: mordidas de cobras, visagens (onça ou matinta) e pessoas desconhecidas. Essas coisas podem fazer mal para a mulher ou para a criança que não sabem se proteger dessas coisas, por isso a mulher só anda no ramal acompanhada do seu homem. Agora, se é uma emergência, aí não tem jeito, mas agente sempre fala que se for tem que procurar um compadre ou comadre pra ir pelo ramal. (Sr. Hélio Matos, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

No aspecto simbólico da divisão social do trabalho, o ramal – ou a rua – é importante para o deslocamento dos homens para o local de trabalho - a roça. Por outro lado, a mulher não frequenta este espaço da comunidade em função de suas atividades de trabalho acontecerem dentro de casa ou em seu entorno. A esse respeito FURTADO & QUARESMA (2002:38) nos afirmam:

Num sentido amplo, a casa e a rua são os marcantes tradicionais espaços dessa divisão sexual do trabalho [...]. Casa e rua representam mundos de vivência e onde se constroem o *ser masculino* e o *ser feminino*, a casa é concebida como espaço de trabalho feminino enquanto a rua o é do homem. Meninas e meninos, portanto, ao longo de sua infância e juventude vão seguindo os caminhos percorridos por seus pais [...].

O ramal perimetral integra os elementos que compõem o processo constitutivo do cotidiano dos moradores da Comunidade Colônia Central determinando as relações de produções e, conseqüentemente, as de produção. É um elemento que serve como elo de desenvolvimento do devir cultural dos moradores, além de demandar a articulação com outras comunidades da reserva.

3.5 O barracão central: *Locus* de consensos e conflitos dos moradores.

Pelo fato da Comunidade Colônia Central se localizar no interior de uma Unidade de Conservação, no caso a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé, seus moradores sofrem influência do seu processo constitutivo, haja vista que a maioria dos problemas discutidos na associação de moradores se refere aos problemas ecológicos e o ordenamento das instituições para com o uso dos recursos naturais da reserva, além de reivindicarem melhor infra-estrutura para seus processos produtivos e de políticas públicas na área da saúde e educação. Esse fato foi identificado durante o trabalho de campo, quando se registrou a mudança do

presidente da associação por duas vezes em um curto espaço de tempo, o que demonstra a fragilidade da organização da comunidade.

Essas temáticas que conciliam e estabelecem conflitos são expressas nas reuniões da associação que tem como *locus* o barracão que concentra e aglutina os moradores. No barracão central, como denominado pelos moradores, se concentra episódios de luta, decepções, vitórias e resoluções de conflitos internos dos moradores. É nas reuniões do barracão que os dois lados se encontram, ou seja, os moradores do lado esquerdo e do lado direito do barracão. A sua localização tem a ver com o processo histórico e com a gênese da formação da comunidade. O barracão foi a forma encontrada para solucionar alguns conflitos (problema geográfico), mas produzindo outros (conflitos internos).

Fig. 18: Vista parcial do barracão central: Dia de reunião da comunidade.



Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

No dia de reunião da associação, os moradores se deslocam para o barracão central. O barracão, segundo a fala dos moradores, foi construído por eles próprios através de grupos de tarefas. Possui a sua estrutura toda em madeira da floresta local, da área da roça, quando do uso do recurso do pousio da área. A sua cobertura é de telhas em forma de “cavacos”. São lascas de madeira produzidas cuidadosamente com instrumentos rudimentares como o machado e a enxó, as lascas medem aproximadamente 40x30 centímetros. Essa cobertura é encontrada em outras comunidades tradicionais da Amazônia. O barracão tem seu piso em areia batida, não sendo realizado nenhum revestimento na madeira e mede

aproximadamente 10mx30m de diâmetro.

O barracão é um elemento incorporado ao processo da vida social, econômica, cultural e ambiental dos moradores da Comunidade. É nesse local, ou espaço social, que os moradores se reúnem em torno dos problemas levantados pelos moradores, mas também é nesse espaço que se materializam com todo o vigor as relações sociais e as expressões culturais, pois é lá que se combinam as visitas de compadrio, os grupos de tarefas, os mutirões, além de discutirem os problemas de ordem coletiva e/ou individual. Os moradores se referem ao barracão como de grande importância no cotidiano das famílias e da comunidade, pois representa um elo de conciliação e conflitos:

Esse barracão foi feito aqui pra resolver um problema que surgiu logo no início da comunidade. Ocorre que o pessoal da direita não se juntava com o pessoal da esquerda, porque a distancia é muita. Quando tinha reunião na direita o pessoal da esquerda não ia, era assim do outro lado também. Daí, a proposta de construir ele no meio, dividindo a comunidade em dois lados, mas essa divisão não era pra separar, era pra juntar. Depois disso, a gente passou a se reunir mais. É aqui que a gente quer que seja a escola e o posto de saúde que é pra ninguém ter prejuízo e fica melhor pra todo mundo. (Sr. Antonio Valente, morador da Comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

O barracão constitui então um espaço de sociabilidade que determina a noção de totalidade para a vida dos moradores. Os atores sociais estabelecem uma teia de relações sociais que interfere nas outras esferas da vida cotidiana dos mesmos. A esse respeito, Furtado & Quaresma (2002:44) se apoiando nas idéias de Durkheim (1978) e Mauss (1974) afirmam que é aí que o conceito de *totalidade* se atualiza e, por isso se torna operativo nessa realidade sócio-cultural em processo de construção. É uma realidade objetiva e concreta, ou seja, um fato social total. Esse aspecto da vida social dos moradores se estabelece pela participação efetiva das reuniões associativas, designando a expressão dessa totalidade. O espaço do barracão se expande para além de sua determinação territorial, pois as decisões definidas nele, influenciam o ciclo da vida cotidiana quer seja no aspecto produtivo, ambiental e social. Em outra palavra, o barracão é um símbolo da sociabilidade dos colonos:

Fig. 14: Reunião dos moradores no barracão. Símbolo da sociabilidade dos colonos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Outro aspecto importante observado no elo que os moradores estabelecem com o barracão é a questão da participação social nas discussões e debates dos problemas que emergem no cotidiano da vida da comunidade. Na maioria das vezes, os problemas giram em torno de questões socioambientais - sistema produtivo de subsistência e o acesso à educação e saúde.

A participação dos moradores nas reuniões se dá de maneira intensa, com debates calorosos, mas com pouca resolutividade. Esse resultado amorfo das reuniões se dá em função de dois fatores fundamentais: primeiro, a forma como as instituições do Estado têm estabelecido sua relação com esses moradores e segundo é o fato de os moradores apresentarem um índice de escolaridade abaixo da média nacional. Esses fatores combinados impulsionam as deliberações para uma baixa resolutividade, quando as instituições prometem realizar as demandas, mas esbarram no processo burocrático, que os moradores não conseguem entender como funciona.

Dessa forma esses atores sociais desenvolvem um tipo de participação que, ao mesmo tempo, é dinâmica, ativa, mas se constitui no final do processo em resultados mínimos, desencadeando um comportamento de passividade dos atores sociais diante de tal ação. Esse movimento consolida um sentimento de descrédito por parte dos moradores em relação à sua organização social e em relação ao Estado como garantidor de políticas públicas básicas. Essa concepção está presente

nas déias de LIMA (1982:43), que reforçam a impressão que temos do processo participativo dos moradores da Comunidade Colônia Central ao afirmar que:

É nesse enfoque que se concebe a participação como ativa e passiva, entendendo-se essas duas formas na perspectiva da adaptação e da mudança de valores às exigências da sociedade moderna, tanto no que se refere à participação nas decisões político-administrativas, como no acesso aos bens e serviços da sociedade.

O sentimento de acomodação por parte dos moradores em relação à luta pelo acesso à educação e saúde sinaliza a passividade, no sentido da incerteza e não garantia dos bens necessários ao melhoramento de sua qualidade de vida, mas, ao mesmo tempo, apresenta-se uma participação ativa que se consolida quando se discute alguma determinação dos órgãos ambientais interferindo no seu processo produtivo. Portanto entender o comportamento participativo desse seguimento populacional é compreender que o conceito de participação se expressa quando se refere às problemáticas ambientais, caracterizando uma participação que está relacionada ao desenvolvimento sustentável e ao movimento socioambientalista. Essa assertiva se encontra presente nos escritos de LEFF (2001:102):

[...] Contudo, as reivindicações do movimento ambientalista não podem desvincular-se das raízes históricas das lutas camponesas, operárias e populares pela defesa da terra, do trabalho e de suas condições gerais de vida. [...] Neste sentido, a consciência ambiental mobiliza novos atores políticos, num processo de reapropriação da natureza que trás consigo as transformações das relações de produção e a geração de novos potenciais de produção para um desenvolvimento sustentável.

A ação Antrópica dos moradores é estabelecida para além da relação direta pela luta do uso dos recursos naturais pelos mesmos de forma sustentável. Fazendo uma analogia ao conceito estabelecido por Arendt (2002) de *homo faber* e *animal laborans*, os moradores da comunidade elaboram sua produção de forma tradicional, com instrumentos rudimentares, para a sua própria subsistência e respeitam o processo ecológico dos recursos naturais, utilizando-os de forma manejada. Por outro lado, o capital, maior representante do modo de produção moderno, se utiliza da tecnologia para produzir mercadorias para o mercado, sendo que quem produz não usufrui daquilo que produziu e estabelece uma relação de dominação com a natureza.

Neste contexto, a participação social é aqui compreendida como um processo determinado por ações que trazem no seu bojo os princípios da contraditoriedade e do conflito, características inerentes ao ser humano. Assim, ao se referir sobre a sua participação na associação, o morador revela a sua sincronia com a perspectiva proposta neste trabalho:

Acho importante eu participar das reuniões, dificilmente eu falto e quando isso acontece fico preocupado, porque a gente vai ficar desligado. Agora eu sinto que a gente não está resolvendo nada dos nossos problemas, já faz tempo que a gente luta pra ter escola e posto medico, mas ninguém olha pra gente, parece que a gente não existe. Agora quer ver a coisa esquentar é quando chega uma determinação da SEDEMA ou do IBAMA, proibindo a gente de fazer roçado. Aí todo mundo vai pra cima, porque a gente não acaba com o meio ambiente, pelo contrario a gente protege, a gente sabe que a floresta, os igarapé, os bichos são importantes pra gente, ai eles querem ensinar a gente a proteger, eles deviam olhar as grandes empresas que poluem tudo e ninguém fala nada. Agora só aprendi essas coisas porque eu participo das reuniões. É nas reuniões a gente aprende muita coisa. (Sr. Adison Vieira, morador e liderança da comunidade Colônia Central. Pesquisa de campo, 2007).

O processo formativo e de empoderamento que as atividades sociais desenvolvidas no barracão expressado pelo colono designa o acumulo de capital simbólico, tal qual designa Bourdieu (1989), no que se refere as relações sociais como instrumento da produção e reprodução da capacidade de compreensão do sujeito relacionado no mundo.

O caráter simbólico que a atividade associativista assume através da participação dos moradores da comunidade reafirma o fato de que o conceito de participação está para além de uma atitude ativa e/ou passiva do sujeito. O processo de conexão do particular para o geral e vice-versa entre os fatos relatados pelo morador demonstra o processo dialético em que se dá a dinâmica da participação no contexto da vida cotidiana dos moradores da comunidade em estudo. Neste sentido, a cultura da participação se apresenta nas falas, no silêncio, muitas vezes na ausência, na expressão corporal e facial. Se assim representamos a nossa vontade no processo participativo, então concluímos que a passividade é um fator que deve ser superado pela ação ativa. Seguindo essa linha de interpretação SOUZA (2000:81) nos conduz a essa assertiva ao determinar que:

A participação é o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios

sociais, nos quais ele próprio está situado. Como tal, é um processo dinâmico e contraditório. O homem é criador por natureza; no entanto, enquanto ser social, nasce já num contexto historicamente dado. Encontra em tal contexto um conjunto de relações e instituições que o fazem ocupar posições que independem de decisões próprias, assumindo, inclusive, determinado sistema de pensar e agir.

O barracão, portanto, tem um significado simbólico na vida de cada sujeito que constrói a história das relações sociais na Comunidade Colônia Central. É nele também que se produz e reproduz a cultura da participação que estabelece o modo como se apresentam as relações sociais que, por sua vez, representam um elo de mediação entre os anseios dos moradores e as suas necessidades materiais. Essa relação não pode ser compreendida alheia à realidade do mundo do trabalho e sua conexão aos elementos da natureza. É uma relação tradicional, sim, mas atrasada, não, pois tem as suas especificidades, mas não se caracteriza como melhor ou pior que a vida cotidiana do mundo urbano. Apenas se vive um cotidiano onde a dependência dos recursos naturais se torna uma condição *sine qua non*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do modo de vida dos moradores da Comunidade Colônia Central possibilitou maior compreensão a respeito das suas formas de se reproduzir enquanto relações sociais tradicionais. Os atores sociais estudados estruturam suas práticas sociais em relações de total dependência dos elementos que compõem a biodiversidade do local onde moram.

A sua organização social em torno do processo produtivo está permeada por uma rede sistêmica de ações que garante um modo de vida baseado nos princípios da sustentabilidade. Essa aproximação dialógica entre o saber constituído e os saberes práticos dos moradores engendrou a identificação de possibilidades de estabelecimento de uma relação entre sociedade e natureza pautada nas especificidades e na contextualização da cultura local.

O processo de construção dos saberes produzidos no cotidiano desses sujeitos, a partir das vivências de suas práticas sociais, permite-lhes superar problemas práticos e imediatos, como o manejo dos recursos naturais de forma sustentável, sua reprodução social e cultural e de seu grupo familiar, além da vivência de um sistema produtivo determinado na tradição familiar e de compadrio.

Ao estudar a vida cotidiana das famílias na Comunidade Colônia Central, constatamos que esses atores sociais revelam, no seu interior, problemáticas de ordem social, cultural, econômica e ambiental, com as quais a Amazônia tem se deparado ao longo do processo em que se desencadeou a relação antrópica nas últimas décadas.

Dessa forma, podemos asseverar que os atores sociais estudados possuem saberes próprios e os reproduzem no seu cotidiano que é percebido como um

processo dinâmico, contraditório e conflituoso, que, às vezes, mostra às claras essas características, mas que também se camufla na subjetividade esses elementos. Lefebvre e Heller incidem sobre esse mesmo ponto: o cotidiano pode desvelar, mas também pode obstruir a realidade de determinado grupo social.

No caso desse estudo, constatamos a existência não só de outras formas de saberes construídos historicamente pelo grupo social estudado, mas também a presença de uma dinâmica que garante um buscar, na sua relação com os recursos naturais, do intercruzamento e uma complementaridade de perspectivas que implica uma redefinição de laços sociais, que os tornam sujeitos de sua própria história a partir das suas condições objetivas de subsistência. O diálogo entre o conhecimento empoderamento no cotidiano e o desenvolvimento do sistema produtivo para a sua subsistência e de sua família é evidente na prática da vida e no discurso do colono. Esse processo é assim descrito por Woortmam (1997):

O saber e a prática dos sitiantes (colonos, grifo nosso), não impõem ao solo as exigências do mercado. Estabelecem, pelo contrário, uma negociação entre a necessidade da família e a potencialidade da terra. Há como que um diálogo entre o que a família precisa e o que a terra pode oferecer. A sabedoria está justamente nesse diálogo, que faz o êxito do modelo camponês.

A convivência com os moradores nos possibilitou maior compreensão, reflexão e respeito pela forma como se desenrola seu *modus operandis*, numa percepção mais ampla da organização social, cultural, econômica e ambiental, ou seja, como esses atores sociais se reproduzem material e culturalmente nos seus espaços, dando forma ao que conhecemos como uma população tradicional. Dessa forma, Caracterizamos um modo de vida vivido pelo *animal laborans*.

O sistema produtivo, além de demonstrar uma lógica econômica dessas práticas, incorpora dimensões simbólicas, pois a roça, produção de farinha, a casa e o ramal se configuram também como espaços onde são trabalhadas formas de organização social e a sociabilidade, funcionando como espaços de representações sociais simbólicas.

Outra questão identificada no cotidiano dos atores sociais é que os mesmos percebem as mudanças ocorridas no meio ambiente. Nesse sentido, as estações do ano parecem não obedecer mais a uma seqüência lógica antes conhecida e

dominada pela população local. Esse conhecimento determinava a previsibilidade das estações, para o planejamento das atividades agrícolas. Por encontrarem-se inseguros em relação a esse controle das estações, há uma maior demanda da força de trabalho, por isso a participação da mulher nesse processo produtivo, tem sido mais requisitada pelo homem. Esse fato está mudando a lógica cultural desses moradores.

Constatou-se um relacionamento de cooperação que ultrapassa a fronteira da vizinhança. Esse comportamento está incorporado nas práticas de produção através dos mutirões combinados, dos grupos de tarefas, dos mutirões da associação e das visitas de compadrio. Esses elementos específicos no modo de vida dos moradores determinam e são determinadores do conjunto de comportamento que estrutura o processo de construção da cultura local.

Essa realidade é apontada por Bourdieu (1989) como sendo o *habitus* de determinado grupo social e tem sua origem nas relações de trabalho, mas, sobretudo, manifesta a sua expressão em todas as esferas da vida social do sujeito. Deve-se considerar, todavia, que esse *habitus* corresponde à expressão de uma estrutura. Esta, no entanto, não possui um caráter de imutabilidade. Ainda que de difícil alteração, a estrutura pode incorporar novos elementos e redefinir-se com o passar do tempo. Mas isso somente é possível a partir da situação relacional nas quais os atores sociais se encontram.

Na percepção individual ou coletiva da identidade, a cultura exerce papel primordial para delimitar as diversas personalidades, os padrões de conduta e ainda as características próprias de cada grupo humano.

O trabalho está indissociavelmente conectado ao labor. No modo de vida dos moradores, especificamente na perspectiva da mulher, objetivamente a vida está determinada por uma divisão social do trabalho, mas quando se considera a subjetividade desse mesmo modo de vida, essa dicotomia não se expressa pela disputa de espaço hegemônico de poder, mas pelo espaço de adaptação dentro de uma configuração cultural.

O comportamento da mulher é determinado pelo seu sentimento de mando no espaço doméstico. O espaço doméstico, nesse sentido, se caracteriza como um elemento mediador entre o significado de trabalho materializado no uso da ação física do homem para produzir e labor subjetivado nas representações sociais que esse trabalho produz a partir de sentimentos e percepções do mundo cotidiano em que se produzem também as relações sociais, econômicas e culturais, assim proposto por Arendt, no contexto da vida cotidiana, que, no caso da comunidade Colônia Central, tem como base a agricultura familiar que, por outro lado, influencia as relações de trabalho e de labor de cada grupo familiar em particular e da comunidade como um todo. Esse processo dá forma ao desenvolvimento da governança da mulher na relação de trabalho e do labor.

A divisão social do trabalho vinculada às questões de gênero não se consolida no cotidiano das mulheres e no seu discurso. O trabalho para elas se estrutura nas relações de subsistência da família, nos laços de companheirismo, de vizinhança, onde o trabalho da mulher assume importância no todo do processo de trabalho da família, mesmo que os espaços sejam subjetivamente determinados.

A comunidade se constitui como um espaço onde se desenvolve o processo produtivo, de moradia, de vizinhança e de compadrío. Os problemas enfrentados pelos moradores estão concentrados em duas esferas: o particular (atividades produtivas na roça) e geral (enfrentamento de problemas como saúde, educação, e titularidade da terra). O comportamento social dos moradores é de participação ativa nas reuniões da associação por acreditarem que os problemas coletivos só podem ter soluções em ações coletivas, por isso reconhecem a associação como um instrumento de superação dos problemas.

Percebe-se objetivamente no cotidiano dos moradores que o conceito de comunidade está estruturado numa perspectiva em que há o sentimento de pertencimento àquele grupo social que mora naquela área específica, portanto as relações sociais ali desenvolvidas estão presentes nos dizeres de Wagley e Fraxe e outros, ao se referirem ao modo de vida das populações tradicionais amazônicas.

O processo de construção desse trabalho proporcionou o entendimento de que o modo de vida tradicional dos colonos na Comunidade Colônia Central possui

aspectos comuns em relação às comunidades de várzea estudadas por diferentes autores, mas são marcantes os elementos que as diferenciam.

A esse respeito, demonstramos o comportamento social da mulher que, aos olhos menos apurados, parece uma relação de dominação, de subordinação em relação ao homem, mas, ao analisar o cotidiano pelo processo participante e o discurso nas falas dessas, fica estabelecida uma relação onde a mulher se posiciona de forma que haja um sentimento de respeito pelo seu trabalho por parte dos homens. Há o reconhecimento da importância das atividades domésticas e no sistema produtivo da roça, sendo a sua inserção determinante no processo de construção dos valores sociais e culturais daquele grupo social.

As tradições, valores e saberes são formas construídas e reproduzidas pela dinâmica do trabalho de subsistência que dinamizam o modo de vida local. A dimensão cultural apresenta, então, não só um sentido simbólico de representações das coisas, mas também o significado de todo um conjunto de práticas materiais e imateriais, ou seja, trabalho e labor. Essas práticas se materializam nos diferentes campos do trabalho e se subjetivam nos discursos das mulheres, que orientam a construção dos espaços e a base econômica da família e por conseguinte da cultura, configurando-se como um dos eixos que orienta as formas de apropriação e uso dos recursos naturais, produzindo e reproduzindo os saberes nessa comunidade tradicional.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios. Chapecó/Brasília: FAO/INCRA/EPAGRI-SC: Centro de Pesquisa para a Pequena propriedade, 1997.

ADEODATO, João Maurício. O Problema da Legitimidade - no Rastro do Pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

AGUIAR, Roberto Armando Ramos. Direito do Meio Ambiente e Participação Popular. Brasília, IBAMA, 1994.

AGUIAR, Neuma. Observação participante: uma experiência de conjugação, in: NUNES, Edson. *A aventura sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1978.

AMMANN, Safira Bezerra. Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária Ltda. 1981.

BARBOSA, Edivaldo Siqueira. *O desenvolvimento de comunidade no Brasil: Aspectos sociológicos*. Rio de Janeiro,RJ: Editora da UERJ, 1983.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Lisboa: DISFEL, 1989.

_____. O desencantamento do mundo. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BOFF, Leonardo. Ecologia: grito da terra, grito dos pobres. São Paulo, SP: Ática, 1996.

BOUDON, R & BOURRICAUD, F. Dictionnaire critique de la sociologie. São Paulo, SP: Ática, 1993.

BECKER, Miguel. As comunidades humanas ribeirinhas da Amazônia e suas transformações sociais. In DIEGUES, A. C. (org.). *Populações humanas, rios e mares da Amazônia – Anais do IV Encontro de Ciências Sociais e Mar no Brasil*. São Paulo, PPCAUB – USP, 1991.

CADERNOS do CEAS: Estudos e Ação Social. Salvador, Ba, 2003.

CASTRO, E. Território, Biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CHAUI, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. São Paulo: brasiliense, 2003. coleção primeiros passos.

CERTEAU, Michael de. A invenção do cotidiano: Artes de fazer. Petrópolis – RJ: Vozes, 20.

DIEGUES, A. C.(Org.) Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec; NUPAU/USP, 2000.

DANIEL, João. Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas, Rio de Janeiro. Contra ponto, 2004.

DIAS, Maria Esther B. A dialética do cotidiano; trabalho social em conjunto habitacional. São Paulo: Cortez, 1982.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. Ecologia Humana e Planejamento Costeiro. 2ª ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

_____ (Org.) . Etnoconservação Novos rumos para a conservação da natureza. 2ª ed. São Paulo,SP: Hucitec, 2000.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e pratica da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 4ª edi. São Paulo, SP: Moraes, 1980.

FERNANDES, Florestan. Comunidade e sociedade: Um estudo sociológico. São Paulo, SP, 1989.

FURTADO, Lourdes Gonçalves, QUARESMA, Helena Dóris A. Barbosa (Orgs). Gente e ambiente: No mundo da pesca artesanal. Belém, Pa: Museu Paraense Emílio Gueldi, 2002.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. Cultura Caboclo-Ribeirinha: mito, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2004.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des)caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto,1989.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004

HÉBETTE, Jean. Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais. Belém: CEJUP, 1992.

_____. A ocupação camponesa de uma área de fronteira e sua dinâmica social: o caso de Pau-Seco/ Cametau. Atas do Seminário Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural na Amazônia Oriental. Série. Pointe-à-Pitre, Universidade das Antilhas e da Guaian, 1991.

KONDER, Leandro. O que é Dialética. São Paulo: brasiliense, 2001. Coleção primeiros passos.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: Um conceito antropológico. 19ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1995.

LEFF, Henrique. Epistemologia ambiental. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

_____. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 1999.

_____. A vida cotidiana no mundo moderno. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2001.

_____. Crítica da vida cotidiana. Paris, volume 2, Editora Grasset, 1974.

LIMA, Sandra Amendola Barbosa. A participação social no cotidiano. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1983.

LIMA, Deborah Ayres. O Caboclo como categoria social: História, organização social e identidade da população amazônica. Tese de doutoramento, Universidade de Cambridge, manuscrito, 1992.

LOBATO, Annibal. Desenvolvimento econômico da Amazônia. Belém, Universidade Federal do Pará, 1966 (Col. Amazônica, Série Augusto Montenegro).

MARX, Karl. O capital: crítica a economia política. Livro I, 22ª ed., Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2004. Tradução de Reginaldo Snt'Anna.

MAUÉS, R. Heraldo. Pesca e Agricultura: a integração de uma comunidade rural ao mundo da produção capitalista. In MAUÉS, R. Heraldo. Uma outra 'invenção' da Amazônia: religiões, histórias, identidades. Belém: Cejup, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORÁN, E. F. A ecologia humana das populações da Amazônia. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PAIS, José Machado. Vida Cotidiana: Enigmas e revelações. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

PEREIRA, H. dos Santos, 1994. Manejo agroflorestal da castanheira (Bertholettia excelsa H.B.K.) na região do lago de Tefé (AM.). Universidade do Amazonas, Manaus, AM. Revista da Universidade do Amazonas, Série Ciências Agrárias.

Projeto Biotupé. Caracterização dos Recursos Naturais da RDS Tupé. Amazonas, Manaus, 04/11/2003. Informação por correio eletrônico. <http://biotupe.inpa.gov.br>

PORTAL UNB. O que é Desenvolvimento Sustentável.htm, acesso em junho 2007. (III Encontro da Anppas -23 a 26 de maio de 2006 - Brasília – DF).

POLANY, Karl. A grande transformação. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade. ANDIRÁ: Memórias do Cotidiano e Representações Sociais. Manaus, Am: EDUA, 2004.

RUCHENSKI, Alexandre Silva. Desenvolvimento local sustentável: A Amazônia no contexto internacional. São Paulo, Sp: Hucitec, 2004.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI: Desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do Desenvolvimento administrativo, 1993.

_____. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SAHLINS, Hamilton Souza de. Cultura, trabalho e sociedade da população rural no Brasil. São Paulo, SP: Ática, 1979.

SOUZA, Maria Luiza de. Desenvolvimento de comunidade e participação.7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço. Editora Hucitec. São Paulo: 1997

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação – instituído pelo Decreto nº 4.430, de 22 de agosto de 2002, regulamenta artigos da Lei nº 9.985/00.

TORRES, I. C. Reconstruindo a imagem da mulher amazônica. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2003.

VANDERLEY, Mariângela Belfiore. Metamorfose do desenvolvimento de comunidade e suas relações com o Serviço Social. São Paulo, SP: Cortez, 1998.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Práxis. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

VIEGAS, Gilney & SILVA, Silva. O desafio da sustentabilidade: Um debate sócio-ambiental no Brasil. São Paulo, S.P: Editora Fundação Dirceu Abramo, 2002.

WAGLEY, Charles. Uma comunidade amazônica: Estudo do homem nos trópicos. 3ª ed. Belo Horizonte, M.G: Editora da Universidade de São Paulo - USP, 1988.

WITKOSKI, Antônio Carlos. Da distinção entre o Labor e o Trabalho: Uma apresentação de A condição Humana, de Hannah Arendt in Ciências Sociais UNISINOS / Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio Sinos, v.37, n. 158, São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

_____. Terras, florestas e águas de trabalho: Os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus, Am: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

WOORTMANN E. F. A família das mulheres. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1987.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.

WOLF, E. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970

ANEXO 1. ATO DE CRIAÇÃO DA RDS TUPÉ.

FL. 1



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS
PODER EXECUTIVO

COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E CONTAB. ADMINISTRATIVA
SETOR DE PUBLICAÇÃO
Publicado no D. O. Nº 28.342
de: 21/12/95
Quirino
Chefe de Setor de Publicações Oficiais

LEI Nº 321, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1995

COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E CONTAB. ADMINISTRATIVA
SETOR DE PUBLICAÇÃO
Republicado na D. O. Nº 28.369
de: 31/01/96
Estelina Bieto
Chefe de Setor de Publicações Oficiais

Define e Delimita as áreas que constituirão o Sistema Municipal de Unidades de Conservação, cria as Unidades Ambientais do Município de Manaus e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

DECRETA:

Art. 1º - Ficam definidas e delimitadas, na forma do Anexo I desta Lei, as áreas que compõem o Sistema Municipal de Unidades de Conservação (Art. 45 dos ADCT da LOMAN) e dentro dos parâmetros estabelecidos pela Legislação Federal pertinente.

Parágrafo Único - Para efeito do que dispõe o caput deste artigo, as referidas unidades estão classificadas nas seguintes categorias de manejo:

I. RESERVA ECOLÓGICA - são áreas terrestres e/ou aquáticas, essencialmente não alteradas pelas atividades humanas, contendo espécies ou ecossistemas de relevante valor científico. freqüentemente, contêm espécies ou ecossistemas frágeis, incluem áreas importantes de diversidade biológica ou geológica, ou são particularmente significativas para a conservação de recursos genéticos.

II. RESERVA FLORESTAL - são áreas com cobertura de espécies predominantemente nativas, onde será permitido o manejo sustentado da flora e recursos hídricos, podendo ser utilizadas para recreação e lazer.

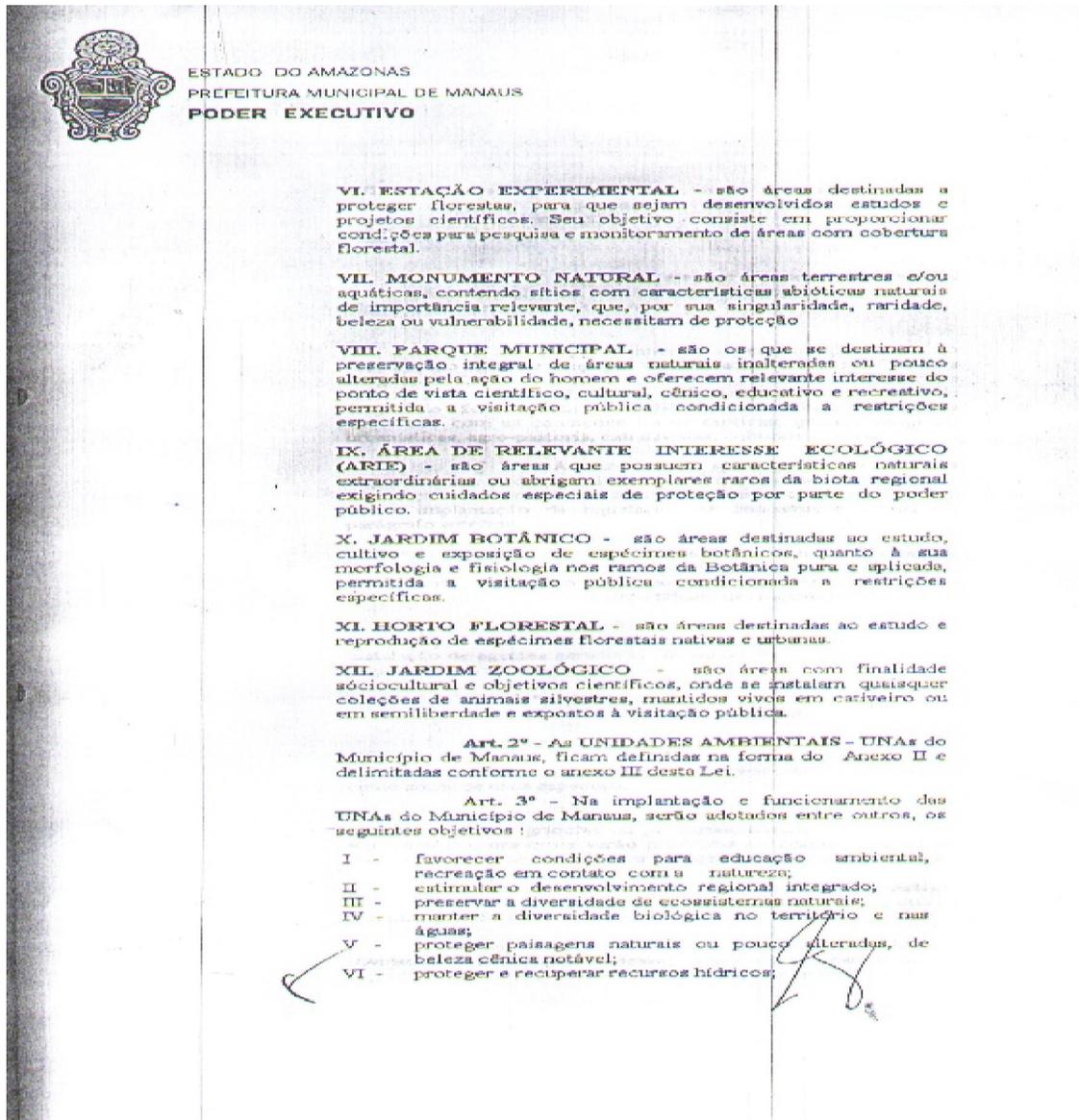
III. RESERVA BIOLÓGICA - são áreas que se destinam à preservação integral da biota e demais atributos naturais nelas existentes, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, a qualquer título, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e o manejo das espécies que o exijam, a fim de preservar a diversidade biológica.

IV. RESERVA DE FAUNA - são áreas naturais que contêm populações de animais nativos, terrestres ou aquáticos, residentes ou migratórios, constituindo habitat adequado aos estudos técnico-científicos de utilização econômica dos recursos faunísticos.

V. ESTAÇÃO ECOLÓGICA - são áreas que se destinam à preservação integral da biota e demais atributos naturais nela existentes, assim como à realização de pesquisas científicas.

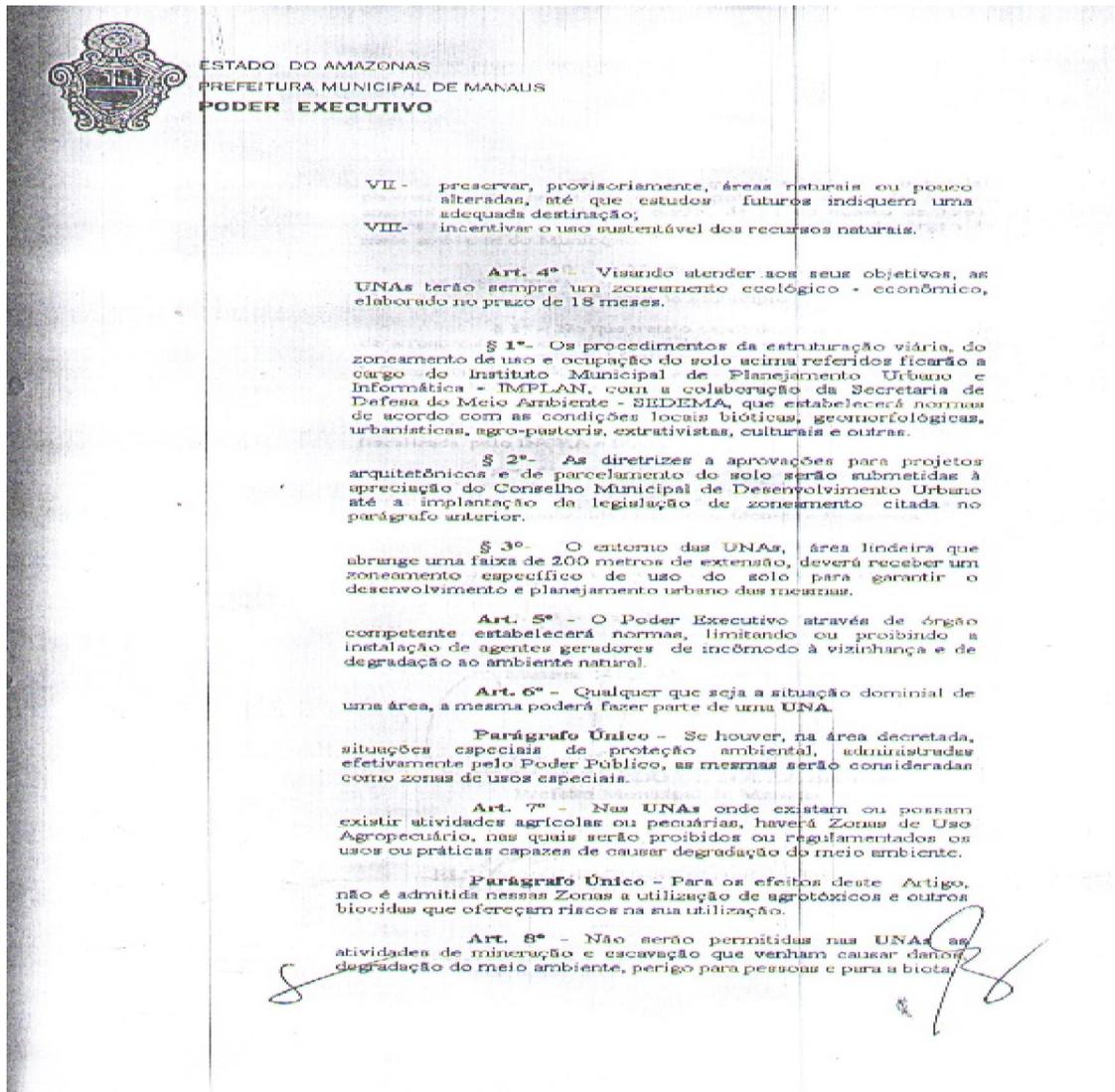
ANEXO 1. ATO DE CRIAÇÃO DA RDS TUPÉ – CONT.

FLS. 2



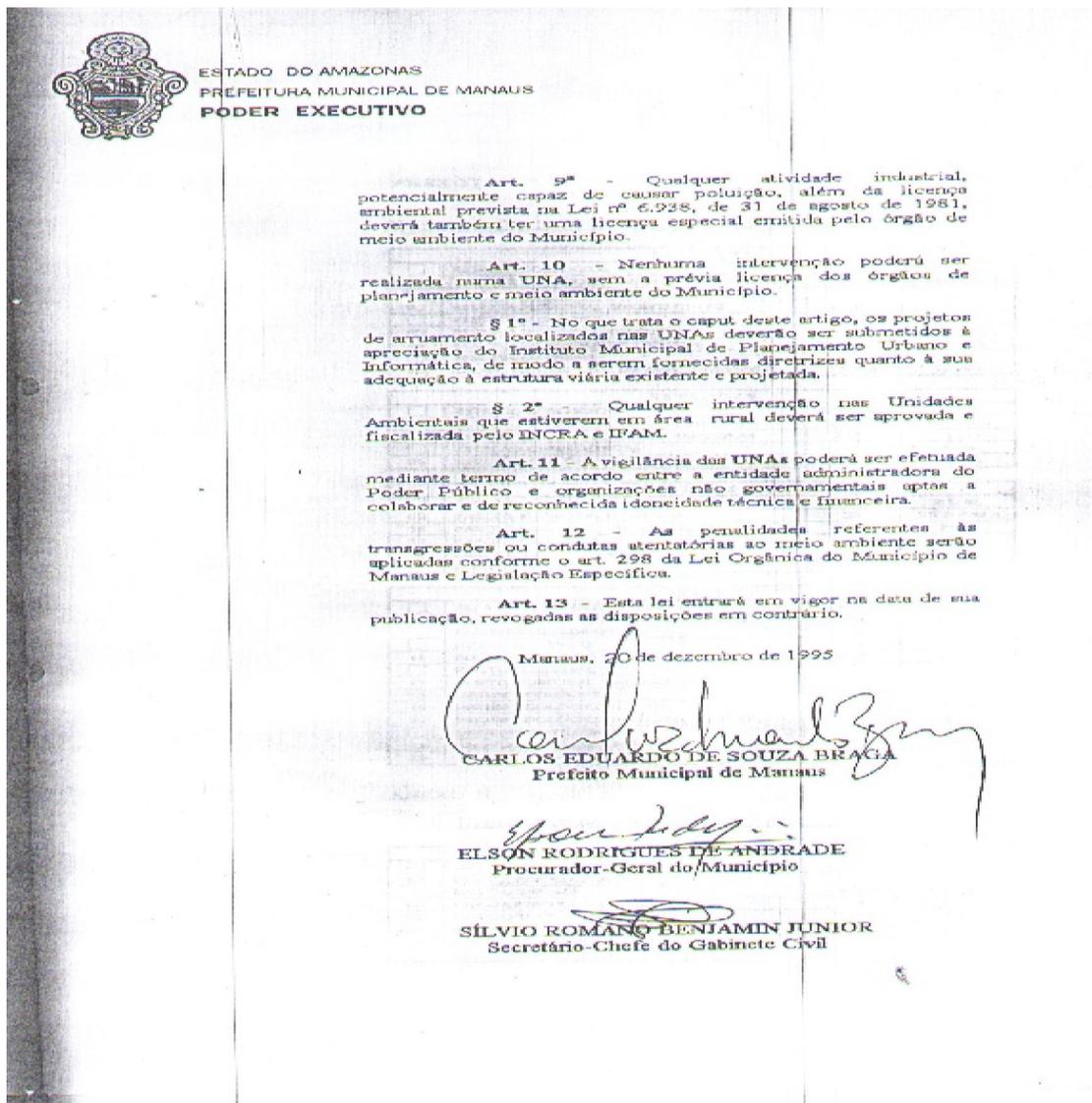
ANEXO 1. ATO DE CRIAÇÃO DA RDS TUPÉ - CONT.

FLS. 3



ANEXO 1. ATO DE CRIAÇÃO DA RDS TUPÉ - CONT.

FLS. 4



ANEXO 2. SISTEMA MUNICIPAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.

FL. 1



ESTADO DO AMAZONAS
 PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS
 PODER EXECUTIVO

ANEXO I

SISTEMA MUNICIPAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

RESERVAS			
		ÁREA (ha.)	ADM.
<input type="checkbox"/>	RESERVA ECOLÓGICA		
01	RESERVA ECOLÓGICA SAUIM - CASTANHEIRAS	93.448	IBAMA - PCRA
<input type="checkbox"/>	RESERVA FLORESTAL		
02	RESERVA FLORESTAL ADOLFO DUQUE	10.000	INPA
<input type="checkbox"/>	RESERVA BIOLÓGICA		
03	RESERVA BIOLÓGICA DO CUIRIRAS		INPA
04	RESERVA BIOLÓGICA DE CAMPINA	900.	INPA
<input type="checkbox"/>	RESERVA DE PALMA		
05	CEON - CEN. DE ORLA DE ANIMAIS NATIVOS	14.750	IBAMA

ESTAÇÕES			
		ÁREA (ha.)	ADM.
<input type="checkbox"/>	ESTACÃO ECOLÓGICA		
06	ESTACÃO ECOLÓGICA DE ANAVILHANAS	85.000	IBAMA
07	ESTACÃO ECOL. DA UNIV. DO AMAZONAS	2.750	U.A.
<input type="checkbox"/>	ESTACÃO EXPERIMENTAL		
08	ESTACÃO EXP. DE SILVICULTURA TROPICAL		INPA

PARQUES			
		ÁREA (ha.)	ADM.
<input type="checkbox"/>	PARQUE MUNICIPAL		
09	PARQUE MUNICIPAL DO MINDÚ	35	SEDEMA
10	PARQUE MUN. DA CACHOEIRA ALTA TARUMÁ	208	PMM
11	PARQUE MUNICIPAL DO TARIMAZINHO	120	PMM
12	PARQUE CULTURAL DESPORTE E LAZER DA PONTA NEGRA	28	FUMTUR

ÁREAS			
		ÁREA (ha.)	ADM.
<input type="checkbox"/>	ÁREA DE RELEVANTE INT. ECOLÓGICO		
13	PROJETO DINÂMICO BIOLÓGICO DE FRAGMENTO FLORESTAL	5.288	INPA/WWF
<input type="checkbox"/>	JARDIM BOTÂNICO		ADM
14	BOSQUE DA CINGA	0,25	INPA
<input type="checkbox"/>	BOSQUE FLORESTAL		ADM
15	BOSQUE MUNICIPAL CHICO MENDES		SRMHEIR
<input type="checkbox"/>	JARDIM ZOOLOGICO		ADM
16	JARDIM ZOOLOGICO DO CICS		CICS
17	JARDIM ZOOLOGICO DO HOTEL TROPICAL		H.T.
<input type="checkbox"/>	MONUMENTO NATURAL		ADM
18	CACHOEIRA DOS NOIVOS		PMM
19	CACHOEIRA DAS ALMAS		

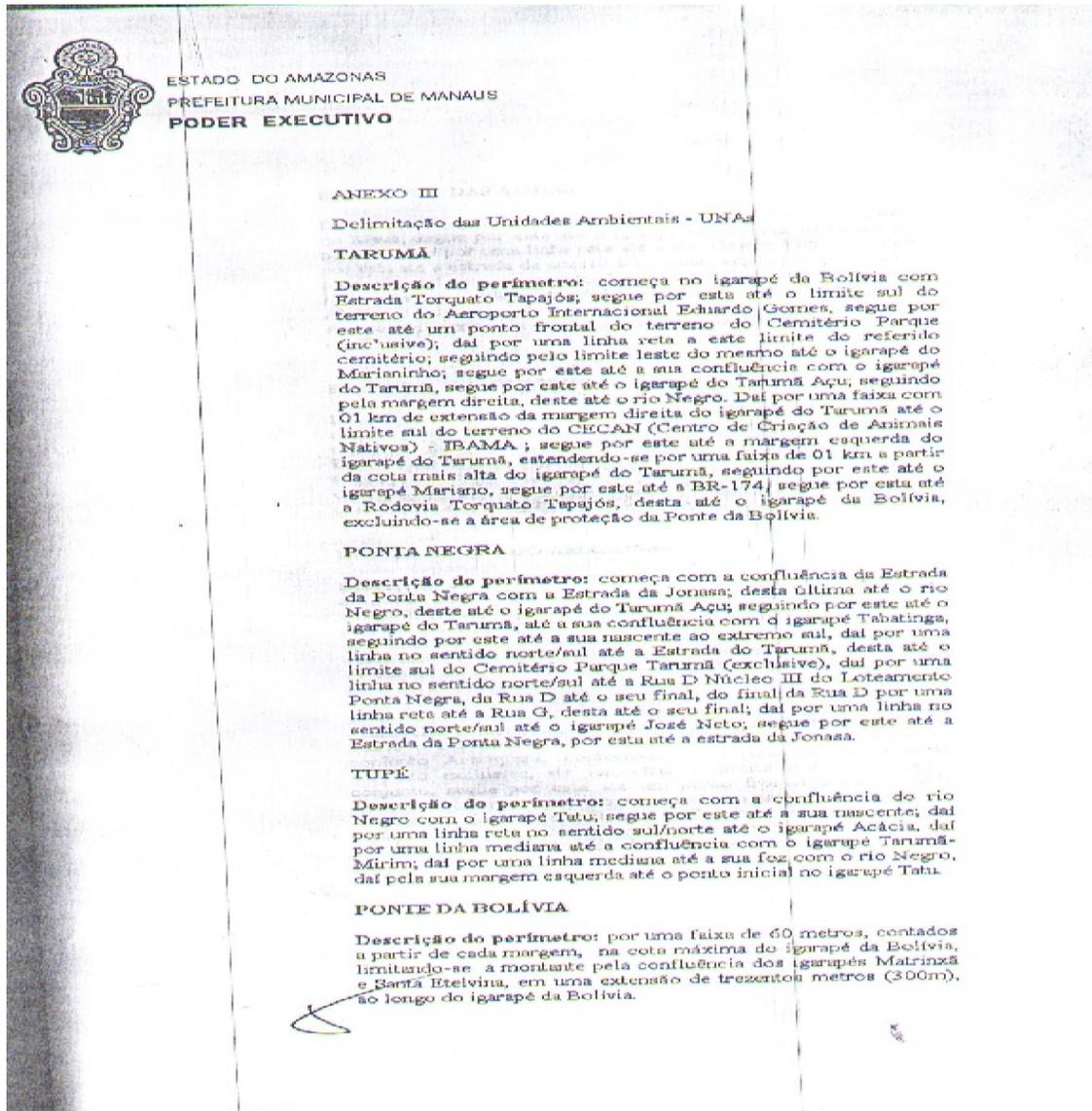
ANEXO II

UNIDADES AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO

UNIDADES			
		ÁREA (ha.)	ADM.
<input type="checkbox"/>	UNIDADES AMBIENTAIS		
01	UNA DA PONTA NEGRA	2.104	PMM
02	UNA DO TARUMÁ	9.558	PMM
03	UNA DA FONTE DA BOLÍVIA	8	PMM
04	UNA DO TUPE	13.500	PMM
05	UNA DO ENCONTRO DAS ÁGUAS	448	PMM
06	UNA DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	670	U.A.
07	UNA DA PRAIA DO AMARELINHO		PMM

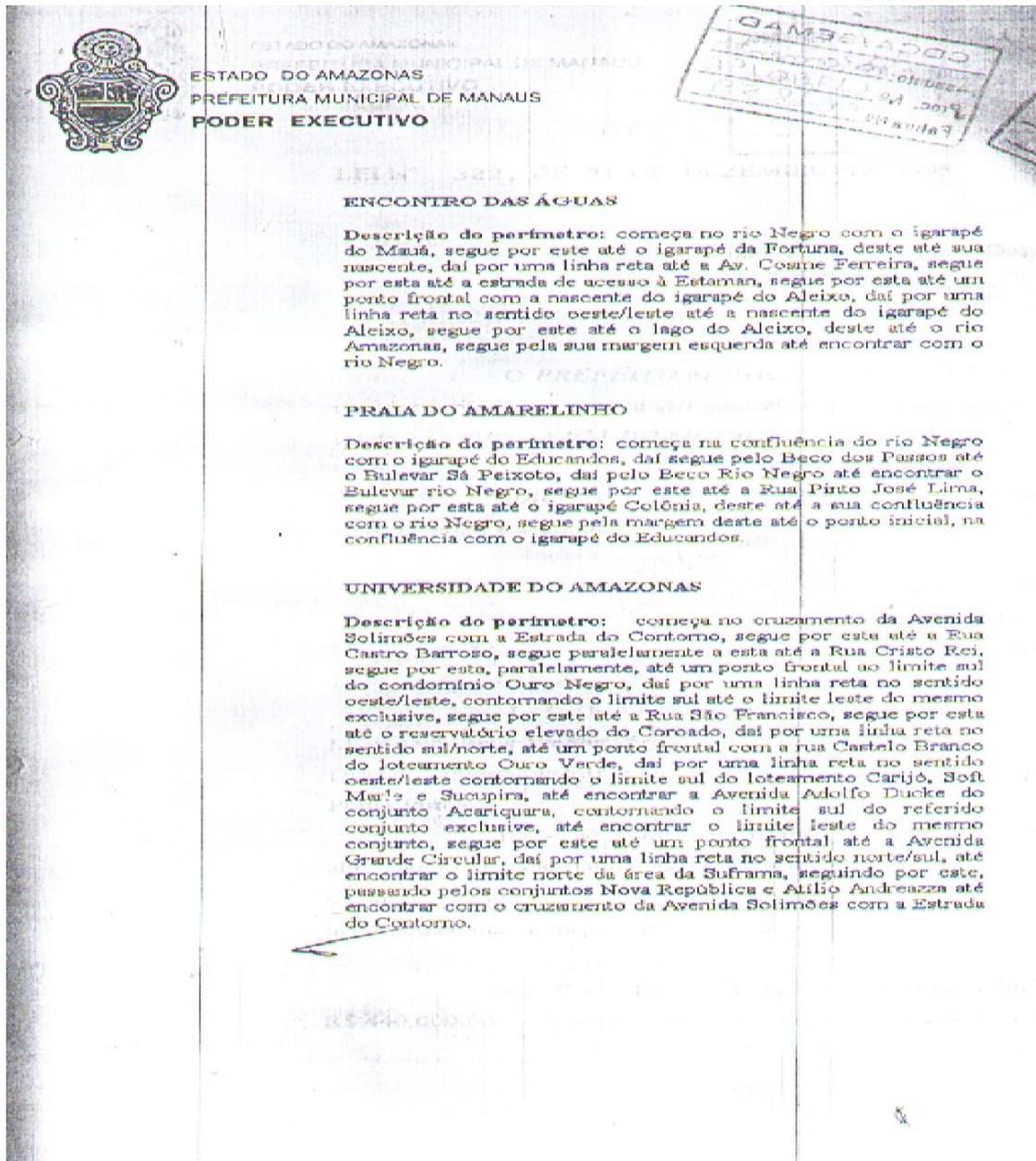
ANEXO 3. DELIMITAÇÃO GEOGRAFICA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MANAUS.

FL. 1



ANEXO 3. DELIMITAÇÃO GEOGRAFICA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE MANAUS – CONTI.

FLS. 2



ANEXO 4. DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS QUE REGULAMENTA A CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.

FL1.

72/06



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS
PODER EXECUTIVO

DECRETO N.º 4.581 DE 18 DE JUNHO DE 1999

DECLARA de relevante interesse ecológico o espaço territorial que menciona, integrante da base física do Município de Manaus, para fins de proteção ambiental e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS, no exercício regular da competência comum que lhe conferem os incisos III, IV e VII da Constituição da República, usando da prerrogativa contida no inciso VI da Lei de eficácia nacional n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, combinado com o art. 296 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS e o art. 5.º da Lei Municipal n.º 321, de 20 de dezembro de 1995,

DECRETA:

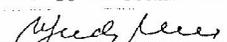
Art. 1.º - Fica instituído como espaço territorial de relevante interesse ecológico, a denominada Área do Tupé, parte integrante do Município de Manaus, situada na margem esquerda do rio Negro.

Art. 2.º - À Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Sedema), fica atribuída não só a gestão ambiental da área de que fala este Decreto, bem como a competência para, ouvida a comunidade e os órgãos interessados, baixar regulamentação específica dispondo sobre o seu adequado uso, com expressas limitações, necessárias e suficientes para preservar a diversidade de ecossistemas, manter a diversidade biológica existente, proteger paisagens naturais, etc.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 18 de Junho de 1999


ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal de Manaus

DT. P/Sedema

COORDEADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA
SETOR DE PUBLICAÇÃO
Publicado no D. O. Nº 499/99
de 21/6/99
pp: F. P. S. G. P. A. P. A.
Chefe do Setor de Comunicação Social

ANEXO 5. DECRETO MUNICIPAL N. 4.581 DE 18 DE JUNHO DE 1999 QUE CRIA A ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO DO TUPÉ – ARIE TUPÉ CONT.

FL1.

 Diário Oficial ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS - AM CRIADO MEDIANTE O ARTIGO Nº 129 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO	
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS CIRCULAÇÃO Nº 08 NOV. 2002 1500 PUB. LO. 000	
Manaus, terça-feira, 05 de novembro de 2002. Número 628 ANO III R\$ 15,00	
EDIÇÃO ESPECIAL	
PLANO DIRETOR URBANO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS	
PODER EXECUTIVO	
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS - PMM	<p><i>Neste sentido, o Plano Diretor Urbano e Ambiental deve sempre fornecer diretrizes que, interpretando as vocações econômicas, demandas sociais e as características ambientais do Município, conduzam ao desenvolvimento integrado e sustentável.</i></p> <p><i>O caso específico de Manaus combina estas demandas que, certamente, exigem um instrumento de orientação do crescimento urbano com fortes componentes ambientais, estratégicos, institucionais e físico-territoriais.</i></p> <p><i>Um dos principais desafios do Poder Público tem sido promover adequada gestão territorial de ocupação urbana, no papel que lhe cabe como regulador do uso e ocupação do solo.</i></p> <p><i>O aumento continuado da população urbana das cidades brasileiras, aliado ao alto índice de exclusão social, à redução da capacidade de investimento do Município e a um percentual cada vez maior de pobres vivendo em condições subumanas de existência resultam num agravamento crescente dos problemas urbanos e ambientais, sobremaneira aqueles relacionados à poluição e a degradação dos espaços.</i></p> <p><i>Em Manaus, estes problemas se acentuam pela maciça urbanização do espaço físico associada as condições ambientais vulneráveis do território tornando as questões urbano-ambientais mais sofríveis vez que estão diretamente relacionadas a forma de ocupação do solo e a carência de uma infra-estrutura adequada.</i></p> <p><i>A expansão acelerada da área urbana nos últimos vinte anos, tem despendido elevados investimentos públicos para abrandar os problemas porém os instrumentos de administração urbana e ambiental praticados tem sido ineficazes no controle da qualidade das novas ocupações, pois, quando consideramos a baixa no rendimento dos mecanismos de gestão utilizados para avaliar e monitorar as intervenções urbanas verifica-se que o prejuízo ambiental causado pelas ocupações populacionais se agrava, impondo ao Poder Público a reavaliação dos instrumentos de controle urbano e, conseqüentemente, a adoção de novos modelos de planejamento territorial.</i></p> <p><i>A expansão acelerada da área urbana nos últimos vinte anos, tem despendido elevados investimentos públicos para abrandar os problemas porém os instrumentos de administração urbana e ambiental praticados têm sido ineficazes no controle da qualidade das novas ocupações, pois, quando consideramos a baixa no rendimento dos mecanismos de gestão utilizados para avaliar e monitorar as intervenções urbanas, verifica-se que o prejuízo ambiental causado pelas ocupações populacionais se agrava, impondo ao Poder Público a reavaliação dos</i></p>
MENSAGEM	
MENSAGEM Nº 16/GP	
Senhor Presidente, Senhores Vereadores,	
<i>Com base no que estabelece o inciso II do artigo 57 da Lei Orgânica do Município, submetemos à superior deliberação de Vossas Excelências os Projetos de Lei abaixo descritos:</i>	
REGULAMENTA o Plano Diretor Urbano e Ambiental, estabelece diretrizes para o desenvolvimento da Cidade de Manaus e dá outras providências relativas ao planejamento e à gestão do território do Município;	
REGULAMENTA o perímetro urbano no Município de Manaus e descreve os limites da cidade conforme as diretrizes do Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus;	
REGULAMENTA o parcelamento do solo urbano no Município de Manaus;	
INSTITUI o Código de Obras e Edificações do Município de Manaus, Estado do Amazonas, e dá outras providências;	
INSTITUI as Normas de Uso e Ocupação do Solo no Município de Manaus, Estado do Amazonas, e dá outras providências;	
INSTITUI normas relativas ao Licenciamento e Fiscalização de Atividades em Estabelecimentos e Logradouros, que integra o Conjunto de Posturas do Município de Manaus, Estado do Amazonas, e dá outras providências.	
<i>O texto constitucional define o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana e estabelece que a propriedade urbana cumprirá sua função social quando atender às exigências fundamentais de ordenação da cidade.</i>	

ANEXO 6. PLANO DIRETOR URBANO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS – LEI N. 671 DE 04 DE NOVEMBRO 2002 QUE REENQUADRA A ARIE EM RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL TUPE – CONT.

Art. 39 - Para fins de gestão e planejamento municipal, integram o território do Município de Manaus as seguintes Macroáreas:

- I - as Unidades de Conservação localizadas integralmente fora da Área Urbana e da Área de Transição e as unidades de conservação localizadas na Área Urbana e na Área de Transição;
- II - as Áreas de Interesse Agroflorestal;
- III - a Área Urbana e a Área de Transição.

Art. 40 - Para efetivação da Macroestruturação do Município deverão ser ainda implementados pólos de urbanidade de apoio ao desenvolvimento sustentável em Manaus.

§ 1º - Os pólos de urbanidade deverão estender o atendimento de serviços públicos e social em Manaus e promover a instalação de serviços ou equipamentos de suporte à comercialização de produtos e ao abastecimento à população dispersa no território municipal.

§ 2º - São diretrizes para implantação dos pólos de urbanidade:

- I - ampliar o alcance de políticas sociais e de promoção da cidadania;
- II - garantir a saúde e a educação em todo o território municipal;

III - favorecer o abastecimento da população dispersa, no território de Manaus, evitando grandes deslocamentos à sede municipal;

IV - viabilizar o escoamento da produção agrícola ou agroflorestal de pequenas comunidades;

IV - favorecer a implantação de cooperativas auto-sustentáveis que beneficie o desenvolvimento de atividades produtivas compatíveis com as peculiaridades ambientais da região;

V - articular a rede de transporte existente e prevista pelo Plano de Transporte Integrado.

CAPÍTULO I DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 41 - As unidades de conservação correspondem as categorias definidas no Código Ambiental de Manaus.

Art. 42 - São criadas e implementadas as seguintes unidades de conservação municipal:

I - Área de Proteção Ambiental (APA) do Puraquequara, abrangendo toda a bacia do Rio Puraquequara, em parte incluída na Área de Transição.

II - Reserva de Desenvolvimento Sustentável (REDES) de Jatuarana

Art. 43 - São reenquadradas nas categorias definidas no Código Ambiental de Manaus e implementadas as seguintes unidades de conservação municipal

I - Área de Proteção Ambiental (APA) do Tarumã/Ponta Negra, originada das Unidades Ambientais (UNAs) do Tarumã e da Ponta Negra, em parte incluída na Área Urbana e na Área de Transição;

II - Reserva de Desenvolvimento Sustentável (REDES) do Tupé, originada da Unidade Ambiental (UNA) do Tupé.

Art. 44 - Integram o território municipal de Manaus as seguintes unidades de conservação:

- I - sob tutela Federal:
 - a) Estação Ecológica de Anavilhanas;

b) Reserva Florestal Adolpho Ducke, integralmente incluída na Área de Transição;

II - sob tutela Estadual:

a) APA Estadual da Margem Esquerda do Rio Negro;

b) Parque Estadual do Rio Negro Setor Sul;

III - sob tutela Municipal:

a) APA do Puraquequara, em parte incluída na Área de Transição;

b) APA do Tarumã/ Ponta Negra, em parte incluída na Área de Transição;

c) REDES do Tupé;

d) REDES de Jatuarana.

§ 1º - A delimitação das REDES de Jatuarana e do Tupé deverá ser estabelecida no Zoneamento Ambiental Municipal.

§ 2º - No caso de supressão da tutela Federal ou Estadual das áreas previstas no incisos I e II deste artigo, o Município, por ato do executivo, promoverá medidas de proteção de acordo com as diretrizes expressas nesta lei, até que seja efetivada novo enquadramento por lei Municipal, Estadual ou Federal.

CAPÍTULO II DAS ÁREAS DE INTERESSE AGROFLORESTAL, MINERAL E TURÍSTICO

Art. 45 - Áreas de Interesse Agroflorestal, Mineral e Turístico são as áreas no Município não abrangidas por áreas de preservação permanente ou por unidades de conservação, destinadas a um aproveitamento sustentável pelo desenvolvimento de atividades agrícolas, florestais, minerais e turísticas.

Parágrafo único - As Áreas de Interesse Agroflorestal, Mineral e Turístico deverão ter seu aproveitamento econômico definido pelo Zoneamento Ambiental Municipal, respeitadas as diretrizes estabelecidas no Zoneamento Estadual Econômico Ecológico.

CAPÍTULO III DA ÁREA URBANA E ÁREA DE TRANSIÇÃO

Art. 46 - A Área Urbana e a Área de Transição, delimitadas pela Lei Municipal de Perímetro Urbano, serão objeto de regulamentação municipal específica que determinará as condições de uso e ocupação do solo urbano, segundo a Estratégia de Uso e Ocupação do Solo Urbano e o modelo espacial da Estruturação Urbana

Parágrafo único - Compõe a regulamentação específica referida no caput

I - a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

II - a Lei de Parcelamento do Solo Urbano;

III - a Lei do Perímetro Urbano;

IV - o Código de Obras e de Edificações;

V - o Código de Posturas.

Art. 47 - Área urbana é a área no Município destinada ao desenvolvimento de usos e atividades urbanos, delimitada de modo a conter a expansão horizontal da cidade, visando otimizar a utilização da infraestrutura existente e atender às diretrizes de Macroestruturação do Município.

Art. 48 - Área de transição é a faixa do território municipal que contorna os limites da Área Urbana, incluindo

1500

Artigo I. UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROG. DE PÓS GRAD. SOCIED. E CULTURA NA AMAZÔNIA

QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO AOS MORADORES DA COMUNIDADE
COLONIA CENTRAL / RDS TUPÉ

QCTN°/.....

01 - IDENTIFICAÇÃO DA RESIDÊNCIA :

a) Endereço da residência :

.....
.....

.....
.....

b) tipo de material predominante utilizado na construção :

() madeira () tijolo () barro () palha () plástico () outros :

.....

c) situação legal da residência :

() própria () alugada () cedida () posse () outros :

.....

d) Situação do lote da terra em que você reside :

() próprio () arrendado () posse () cedido () Outra :

.....

e) Quanto a situação legal do lote :

() Tem título definitivo () Tem título provisório () Não tem título () Outro :

.....

02 - SITUAÇÃO SÓCIO-FAMILIAR :

a) Quantas pessoas moram na residência : pessoas

b) O(A) chefe da família é :

() o pai () a mãe () o tio () a tia () o avô () a avó () outros :

.....

c) Qual a religião da família :

() Católica () protestante () evangélica () umbanda () espírita () budista ()

outras

Especificar :

.....

.....

d) Quadro sócio - familiar :

Nº Ord.	Nome do morador	Idade	Parentesco	Tempo Resid.	Escola ridade	Naturalidade	Profissão		Renda R\$	Fonte
							atual	anterior		
01										
02										
03										
04										
05										
06										
07										
08										
09										
10										
11										
12										
13										
14										

03- REALIDADE SÓCIO - ECONÔMICA :

a) A renda percapta da família é proveniente de que atividade (s) :

() da pesca () da agricultura () do comércio :..... () do serviço público () outros :

b) antes de residir no tupé, você residia em que logradouro :

Estado :....., Município :
 Complemento :

c) Na comunidade do tupé, comparando com a vida que você tinha anteriormente a sua condição de vida ? :

() melhorou () piorou () não alterou

Por quê :

d) Qual o (s) motivo (s) que levaram você a decidir morar no tupé :

() econômicos () familiar () social () político () por não Ter outra alternativa () outros

Justificar :

04- QUANTO À EXPLORAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E GERAÇÃO DE RENDA :

a) Você ou sua família já tiveram alguma atividade produtiva de subsistência ?

() Sim () Não Se a resposta for sim :

Qual : A quanto tempo :
.....
.....
.....
.....

b) Você ou sua família possuem alguma atividade produtiva de subsistência hoje ?
() Sim () Não Se a resposta for não, por quê :
.....
Se a resposta for sim, qual (is) :
..... Local :

c) Você gostaria de realizar alguma atividade produtiva de subsistência e de geração de renda para sua família?
() Sim () Não Justificar :
.....
.....

Em que área do campo produtivo :
() pesca () agricultura () comércio () criação de animais () exploração das praias () outros :
Justificar :
.....
.....
.....

d) Você participaria de reuniões com os demais membros da comunidade para debater sobre as alternativas de renda e atividades produtivas que tenham a possibilidade de serem desenvolvidas no tupé ?
() Sim () Não Justificar :
.....

e) Você tem conhecimento de quais são as instituições que atuam na comunidade e no lago do tupé ?
() Sim () Não Se a resposta for sim:
Qual : O que faz ?
..... A quanto tempo :
.....
.....
.....
.....
.....
.....

**Artigo II. UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROG. DE PÓS GRAD. SOCIED. E CULTURA NA AMAZÔNIA**

**Artigo III. REALIZAÇÃO DE PESQUISA JUNTO AS POPULAÇÕES
HUMANAS**

Seção 3.01 AUTORIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Os moradores da Comunidade Colônia Central, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé vêm afirmar através deste instrumento que se encontram cientes e estão de pleno acordo com total anuência e apoio à realização do Projeto de Pesquisa: Título: Colono, Mutireiro e Combinador: Um estudo do cotidiano dos moradores da Comunidade Colônia Central, que tem como pesquisador (a) responsável : Cláudio Costa de Araújo, RG N° 1532324, CPF N° 175.876.622-00, residente e domiciliado (a) cito à Rua Surucúá, 1574, Lto. }Campos Sales, Bairro Tarumã vinculada à (Instituição de ensino / pesquisa): Universidade Federal do Amazonas, no curso de (pós-graduação) Sociedade e Cultura da Amazônia (PPGSCA) , onde o (a) referido (a) pesquisador (a) assume o compromisso de respeitar, resguardar e preservar os valores sociais, morais, culturais, religiosos e ambientais no âmbito da pesquisa, assim como manter relacionamento cordial e harmonioso entre os membros da comunidade e ainda ao final da pesquisa apresentar junto aos moradores o resultado da pesquisa, deixando inclusive cópia do trabalho para a organização comunitária da localidade.

O referido Projeto de Pesquisa foi devidamente apresentado aos membros da comunidade, que estiveram presentes em sua maioria na reunião comunitária realizada em 15 / 03 / 2007, das 09:00 às 12:00 horas com pauta específica para este fim, conforme ata da Associação Comunitária e Lista de Frequência em anexo.

Obs. O presente instrumento vem suprir as exigências do código de ética junto ao Conselho de Ética de Pesquisa junto as Populações Humanas da (Instituição de Pesquisa): Universidade Federal de Amazonas.

Manaus, Amazonas, Comunidade Colônia Central, 15 / 03 / 2008.

E por ser verdade o presente documento, assino e dou fé.

Pte. da Ass. Comunit.
CPF, RG

Testemunha: Morador da Comunidade
CPFRG

Pesquisador (a)

Coordenador do Projeto de Pesquisa

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)